

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

ANDRÉ ALVES PEREIRA

**A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E O DESENVOLVIMENTO DA
AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO NA COMUNIDADE DA PENÍNSULA DO
CAVERNOSO NO MUNICÍPIO DE CANDÓI-PR**

DISSERTAÇÃO

PATO BRANCO
2014

ANDRÉ ALVES PEREIRA

**A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E O DESENVOLVIMENTO DA
AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO NA COMUNIDADE DA PENÍNSULA DO
CAVERNOSO NO MUNICÍPIO DE CANDÓI-PR**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Regional, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Hieda Maria Pagliosa Corona

PATO BRANCO
2014

P436s

Pereira, Andre Alves.

A segurança alimentar e nutricional e o desenvolvimento da agricultura familiar: um estudo na comunidade da Península do Cavernoso no município de Candói - PR / Andre Alves Pereira. -- Pato Branco: UTFPR, 2014.

142 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Profa. Dra. Hieda Maria Pagliosa Corona

Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Pato Branco, PR, 2014.

Bibliografia: f. 124-131.

1. Segurança alimentar e nutricional. 2. Desenvolvimento. 3. Agricultura familiar. I. Corona, Hieda Pagliosa, orient. II. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. III. Título.

CDD 22. ed. 330



TERMO DE APROVAÇÃO Nº 52

Título da Dissertação

A segurança alimentar e nutricional e o desenvolvimento da agricultura familiar: um estudo na comunidade da Península do Cavernoso no município de Candói-PR

Autor

André Alves Pereira

Esta dissertação foi apresentada às 14 horas do dia 14 de março de 2014, como requisito parcial para a obtenção do título de MESTRE EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL – Linha de Pesquisa Regionalidade e Desenvolvimento – no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. O autor foi arguido pela Banca Examinadora abaixo assinada, a qual, após deliberação, considerou o trabalho aprovado.

Profª. Dra. Hieda Maria Pagliosa Corona
UTFPR
Presidente

Profª. Dra. Edina Schimanski
UEPG
Examinadora

Profª. Dra. Rozane Marcia Triches
UFFS
Examinadora

Visto da Coordenação

Miguel Angelo Perondi
Coordenador do PPGDR

O Termo de Aprovação assinado encontra-se na Coordenação do PPGDR.

À minha família

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço ao Deus de meu coração, àquilo que a matéria não explica e que, de certo modo, é uma força, que rege o universo e a vida.

Agradeço aos meus pais a oportunidade da vida, os caminhos que me direcionaram e que permitiram ser quem sou. Agradeço a todos os meus irmãos, em especial ao César e ao Zé, a dedicação e companheirismo nos dias da pesquisa de campo.

Agradeço a todos os meus amigos, a compreensão das ausências, as nossas conversas e visitas e a parceria de longa data.

Aos colegas e amigos Vânia Bilert e Simão Ternouski, um agradecimento muito especial. Eles são pessoas maravilhosas que conheci durante o mestrado. Agradeço o tempo de estudo e aprendizagem, nos diálogos e nas oportunidades de crescimento teórico que realizamos, nas muitas viagens para as aulas do mestrado. Um momento único de parceria e aprofundamento.

Um agradecimento muito especial, à Professora Hieda, minha orientadora, que dedicou parte de seu tempo para me orientar. Agradeço a ela o conhecimento transmitido e a pela pessoa maravilhosa que é, sempre me direcionando e questionando a minha escrita e o conteúdo. Imensos agradecimentos. Aprendi contigo que fazer ciência é uma tarefa árdua e difícil, porém, estritamente necessária.

Agradeço à banca, tanto da Qualificação como da Defesa, as professoras Dr.^a Rozane Trichês (UFFS), Dr.^a Marli Renate von Borstel Roesler (UNIOESTE) e Dr.^a Édina Schimanski (UEPG). Estou grato por aceitarem o convite e pelas orientações.

Ao PPGDR, agradeço a oportunidade de crescimento e estudo.

Agradeço ao meus colegas de trabalho o imenso apoio e parceria.

Agradeço ao entendimento da pessoa que comigo está em relação afetiva pela compreensão e apoio.

O ato de agradecer é, antes, um reconhecimento. Reconhecimento que parte de um olhar sensível, o qual reconhece que somos seres dependentes uns dos outros e essa dependência nos torna mais humanos e, de fato seres sociáveis.

"Nada do que vivemos tem sentido, se não tocarmos
o coração das pessoas" (Cora Coralina)

RESUMO

PEREIRA, André Alves. A Segurança Alimentar e Nutricional e o Desenvolvimento da Agricultura Familiar: um estudo na Comunidade da Península do Cavernoso no município de Candói-PR. 2014. 143 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2014.

Na atualidade, a questão da segurança alimentar e nutricional, assim como de sua ligação com a agricultura familiar, perpassa aspectos do desenvolvimento rural. Desse modo, a agricultura familiar é percebida como um campo de reprodução social, composto por uma multifuncionalidade, a qual compreende fatores sociais, ambientais e de produção que, conjuntamente, direcionam a agricultura para além do fator produtivo. Assim, a presente dissertação tem como objetivo geral entender qual a contribuição da segurança alimentar e nutricional para o desenvolvimento da agricultura familiar na comunidade da Península do Cavernoso, em Candói-PR. Para isso, recorreu-se a um referencial teórico que versa sobre a agricultura familiar, diferenciando-a do modelo camponês, com leituras que compreendem a questão do desenvolvimento em suas múltiplas dimensões e com ênfase para o desenvolvimento rural e sustentável. A pesquisa concentrou-se em identificar a questão da produção alimentar da comunidade e dos programas de segurança alimentar e nutricional existentes com o intuito de apontar como esses programas contribuem para o desenvolvimento das famílias. Assim, a composição da pauta alimentar congrega o rol de alimentos comercializados pelos sujeitos da pesquisa, bem como alimentos produzidos para fins do autoconsumo. Do total de 79 famílias que compõe a comunidade, foram selecionadas 24 para a pesquisa, das quais foi possível perceber que a segurança alimentar e nutricional é marcada pela incidência de programas como o PAA e o PNAE e pela produção de alimentos com centralidade nas famílias e pelo desenvolvimento adjacente à questão alimentar.

Palavras-chave: Segurança Alimentar e Nutricional. Desenvolvimento. Agricultura Familiar.

ABSTRACT

PEREIRA , Andre Alves . The Food Security and the Development of Family Farming : a study in the Community Península do Cavernoso in Candói - PR . 2014. 143 f . Dissertation (Masters in Regional Development) - Graduate Program in Regional Development , Federal Technological University of Parana , 2014.

Nowadays, the issue of food and nutrition security, and their connection to family farming, permeates aspects of rural development. Thus, family farming is perceived as a field of social reproduction, consisting of a multi-functionality, which includes social, environmental factors and production, that jointly drive the agriculture beyond the productive factor. Therefore, this thesis has the overall objective to understand the contribution of food and nutrition security for the development of family agriculture in the Community Península do Cavernoso in Candói - PR . For this, we used a theoretical reference that deals with the family farming, distinguishing it from the peasant style, with readings that comprise the issue of development in its multiple dimensions and with an emphasis on rural and sustainable development. The research focused on identifying the issue of food production, previous food and nutritional security programs in order to point out how these programs contribute to the development of the families. Thus, the composition of the food agenda gathers all the food that is commercialized by them, as well as the food produced for their own consumption. There are 79 families in the community, 24 were selected for the survey. It was revealed that food and nutrition security is corrupted by the impact of programs such as PAA and PNAE and food production with the center in the families and the development that is adjacent to food issue.

Keywords : Food and Nutrition Security. Development. Family Farming .

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – MÉDIA ANUAL DE PRODUÇÃO ALIMENTAR.....	90
GRÁFICO 2 – COMPOSIÇÃO FAMILIAR GERAL.....	95
GRÁFICO 3 – ORIGEM ÉTNICA.....	97
GRÁFICO 4 – ESCOLARIDADE.....	98
GRÁFICO 5 – BENEFÍCIOS SOCIAIS.....	100
GRÁFICO 6 – RELIGIÕES.....	101
GRÁFICO 7 – EQUIPAMENTOS DOMÉSTICOS.....	109

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – RENDA ANUAL INFORMADA POR FAMÍLIA.....	107
---	-----

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – ASPECTOS DO ECODESENVOLVIMENTO EM SACHS.....	51
QUADRO 2 – DIMENSÕES DA SAN.....	71
QUADRO 3 – PRODUÇÃO PARA O AUTOCONSUMO.....	92
QUADRO 4 – USO DO SOLO E ADUBAÇÃO QUÍMICA.....	104
QUADRO 5 – SANEAMENTO BÁSICO.....	105
QUADRO 6 – PRESERVAÇÃO AMBIENTAL.....	106
QUADRO 7 – MOTIVOS DE ACESSO AOS PROGRAMAS DE SAN.....	112
QUADRO 8 – NÃO ACESSO AOS PROGRAMAS DE SAN.....	113

LISTAS DE FIGURAS

MAPA 1 – LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CANDÓI – PR NO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU.....	85
MAPA 2 – LOCALIZAÇÃO DA COMUNIDADE DA PENÍNSULA DO CAVERNOSO NO MUNICÍPIO DE CANDÓI-PR.....	88
FOTO 1 – LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA PENÍNSULA DO CAVERNOSO.....	103

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INSS	Instituto Nacional de Seguro Social
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MFA	Multifuncionalidade da Agricultura Familiar
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PBF	Programa Bolsa Família
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SUS	Sistema Único de Saúde

Sumário

1. INTRODUÇÃO	17
2. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E AGRICULTURA FAMILIAR: ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DOS CONCEITOS	27
2.1 DESENVOLVIMENTO UM CONCEITO EM CONTÍNUO PROCESSO DE (RE) CONSTRUÇÃO.....	27
2.1.1 Ruralidade e Desenvolvimento Territorial Rural	38
2.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: A ORIGEM DO TERMO	43
2.3 AGRICULTURA FAMILIAR E SOCIEDADE MODERNA	52
2.3.1 Agricultor Familiar ou Camponês: conceitos que expressam a história do rural	52
2.3.2 Agricultura Familiar e Sociedade Moderna: possibilidades de Desenvolvimento no Meio Rural	59
3. SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: UM DEBATE CONTEMPORÂNEO.....	64
3.1 A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL COMO UMA POLÍTICA PÚBLICA PARA O MEIO RURAL.....	64
4. MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR E A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	73
4.1 A CONTRIBUIÇÃO DA MULTIFUNCIONALIDADE PARA SAN	73
5. ABORDAGEM METODOLÓGICA: O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PESQUISA.....	78
6. O MUNICÍPIO DE CANDÓI E A COMUNIDADE DA PENÍNSULA DO CAVERNOSO	85
6.1 APONTAMENTOS HISTÓRICOS SOBRE O MUNICÍPIO E A QUESTÃO DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NA PENÍNSULA	85
6.1.1 Aspectos Produtivos na Península	88
6.1.2 Aspectos Sociais: “A gente tem uma casa boa, mas estamos lutando pra melhorar”	95

6.1.3 Aspectos ambientais: “pescar a gente quase não pesca. Dá até vergonha de falar, porque o alagado tá aqui do lado”	102
6.1.4 "Com um Pé de Abóbora Consegui Quatrocentos Reais"	107
7. A DISCUSSÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA COMUNIDADE E OS ASPECTOS CENTRAIS DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL.....	111
7.1 O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL: APROXIMAÇÕES EMPÍRICAS DA PESQUISA.	116
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
9. REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICOS	124
10. ANEXO	132
10. 1 ANEXO: FORMULÁRIO DE PESQUISA DE CAMPO	132

1. INTRODUÇÃO

Discutir, analisar e apreender a agricultura familiar, enquanto um espaço de reprodução social, requer que se olhe para o rural sob uma ótica não restritiva - focada na produção de alimentos unicamente, mas com uma visão analítica que permita compreender os diversos fatores sociais, culturais, econômicos e produtivos que estão presentes nesse ambiente.

A agricultura familiar é um espaço complexo e diverso, impresso na história como uma marca divisória da instauração da modernidade e do mundo urbano. Contempla nas suas atividades a produção de uma sociabilidade única, uma organização pautada na produção alimentar e na sobrevivência do arranjo familiar ao longo do tempo.

Neste sentido, associar os agricultores familiares com a produção de alimentos é algo muito comum, uma vez que, o trabalho desenvolvido por eles é fundamentalmente atrelado à questão do trabalho no cultivo da terra. Desse cultivo, as famílias retiram (da relação do sujeito-trabalho-terra) aquilo que necessitam para sobreviver. De outro modo, sabe-se que a agricultura nem sempre foi percebida como um espaço possível de se desenvolver, de incrementar em suas atividades práticas voltadas para a ideologia do sistema capitalista que, em sua gênese, emerge realçando o mundo urbano e a industrialização das forças produtivas. Desse modo, o advento da modernidade trouxe ao panorama mundial novas formas de inserção nas práticas produtivas, bem como naquelas que expressam a relação entre o sujeito e o meio ambiente.

Assim, o período da modernidade, instaurado com o advento do sistema capitalista, propaga uma nova racionalidade da construção do urbano como ideologia macro do desenvolvimento. Sobre essa racionalidade, Beck (1944) analisa-a como aquela que contempla no bojo de suas estruturas formas anteriores ao próprio capitalismo. Esse é o caso da existência concomitante do trabalho com a agricultura, cujas práticas lembram o modo camponês e outras que expressam uma agricultura incorporada ao modo capitalista, algo visível não somente nas grandes porções de terras dispostas para o agronegócio, como também para a agricultura familiar.

Assim, o trabalho que segue contém uma explanação conceitual sobre o camponês e o agricultor familiar, por entender que as formas elencadas sejam representações nominativas para o homem que trabalha com a agricultura e se referem a momentos históricos distintos. Elas expressam, portanto, atividades e formas organizativas diferentes e, no entanto, podem ocorrer mesmo na "agricultura moderna" práticas que refletem o modo camponês do século XV.

A presente dissertação utiliza como referência de análise central o conceito da agricultura familiar. Entende-se que esse conceito é aplicável à lógica atual da reprodução social do homem na agricultura e que apesar disso não desconsidera a existência de práticas do modo camponês. Além disso, a dependência que a agricultura familiar possui com o mercado também é um ponto central nessa dissertação, pois, ao se analisar a temática da segurança alimentar e nutricional - SAN - e a sua relação com o desenvolvimento rural, contempla-se a questão direta com o mercado e por consequência com a economia.

Nesse propósito, a temática central da presente dissertação tem como objetivo compreender a contribuição da segurança alimentar e nutricional para o desenvolvimento da comunidade da Península do Cavernoso, localizada no município de Candói, no Estado do Paraná. Assim, ao se discutir conceitos como a segurança alimentar e nutricional, o desenvolvimento rural e a agricultura familiar, requer-se um direcionamento interdisciplinar, pois trata-se de espaços¹ que envolvem a (re) produção social em um sentido e atingem a sociedade nas suas mais diversas expressões. Dessa forma, a perspectiva da interdisciplinaridade contribui para essa análise, de um modo mais amplo e abrangente.

No que compete à análise da interdisciplinaridade, a contribuição de Raynaut e Zanoni (2011) foi essencial. Segundo os autores, esse é um conceito que se apresenta inacabado, algo que ainda não foi experimentado, vivido e provado. Desse modo, a interdisciplinaridade aparece como um *devoir*, mas um *devoir* que já se mostrou importante para a ciência à medida que existe diversos programas de pós-graduação que trabalham com essa perspectiva ou com temáticas que requerem esse direcionamento. De outro modo, quando se fala da interdisciplinaridade, deve-se reconhecer a existência da multidisciplinaridade. Neste trabalho, o viés

¹ A noção de espaço é entendida a partir da contribuição de Boudieu, numa ampliação da noção de espaço físico de Pascal (2001, p.159) "o que eu denomino espaço social, lugar da coexistência de posições sociais, de pontos mutuamente exclusivos, os quais, para meus ocupantes, constituem o princípio de pontos de vista".

interdisciplinar assume uma leitura essencial, pois traz teorias e direcionamentos das mais diversas áreas do conhecimento e que tem uma profunda ligação com a SAN e com o desenvolvimento, até porque são estes dois temas que suscitam a multi, a inter e a disciplinaridade.

Reconhece-se a perspectiva interdisciplinar no que compete às análises sobre o tema central da pesquisa, pois a “tentativa” primeira desse conceito está na suposta unidade do Saber, o que não é o entendimento neste trabalho. Entende-se que a leitura das diversas áreas do conhecimento podem contribuir para a análise da realidade que fora desvinculada no processo histórico por um cartesianismo latente. Assim, a perspectiva interdisciplinar, é uma necessidade teórica para apreender a totalidade do objeto de pesquisa, compreendendo - o como derivado de uma sociedade múltipla, heterogênea e em constante modificação.

A presente dissertação compreende a interdisciplinaridade, dessa forma, posto que tal postura também é o direcionamento do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - PPGDR, da Universidade Federal Tecnológica do Paraná/UTFPR, câmpus de Pato Branco, na qual se construiu o presente trabalho. Com área de concentração em desenvolvimento sustentável, o programa atua sobre as bases de uma fundamentação na interdisciplinaridade. Ela é percebida como espaço para a construção do conhecimento sobre o desenvolvimento nas suas diversas expressões, o que contribuiu para a construção da análise que se está fazendo.

A organização curricular do referido programa está estruturada em duas linhas de pesquisa: ambiente e sustentabilidade; e regionalidade e desenvolvimento. Ambas derivam da grande área, que é o desenvolvimento regional sustentável, e refletem uma preocupação com as expressões do desenvolvimento regional.

Apesar disso, a pesquisa que segue está centrada na microrregião de Guarapuava e na Mesorregião do Centro-sul do Estado do Paraná, mais precisamente no município de Candói. Nota-se que o PPGDR está localizado na Mesorregião Sudoeste Paranaense, (região fronteiriça com o centro-sul) e apresenta índice de desenvolvimento humano Municipal - IDHM - mais altos que a região estudada neste trabalho. Segundo o Atlas Brasil (2013) a região Centro-sul apresenta baixo IDHM. A título de exemplificação, municípios como Marquinho, Rio Bonito do Iguazu e Candói, respectivamente, têm IDHM de: 0,614; 0,629; e 0,635. Comparativamente, na região de localização do PPGDR, os municípios apresentam,

em sua maioria, IDHM classificado como alto, é o caso, por exemplo, de Chopinzinho com IDHM de 0,740 e Coronel Vivida, com IDHM de 0,723. Essa comparação não é discutida neste trabalho, porém, é necessária para compreender uma constatação das disparidades existentes entre regiões de um mesmo Estado.

No caso do município de Candói, é importante que se mencione que ele faz parte do Programa Nacional dos Territórios de Cidadania e é composto, majoritariamente, por pequenas comunidades formadas por agricultores familiares (dentre elas, três são comunidades quilombolas). Portanto, nota-se a importância da agricultura familiar para a economia e para o desenvolvimento do município.

Nessa linha de raciocínio, a segurança alimentar e nutricional é tema de relevância para o município, pois expressa o reconhecimento da agricultura familiar como suporte essencial no rural, bem como no que compete ao direcionamento de programas para a redução e/ou extinção da insegurança alimentar no meio rural, além de oportunizar políticas de fortalecimento do rural com ênfase no desenvolvimento local e regional.

Nessa via de compreensão, a agricultura familiar é entendida em suas múltiplas dimensões nos aspectos sociais, ambientais e de produção. Aspectos estes essenciais para análise da segurança alimentar e nutricional na comunidade, pois contêm uma dinâmica específica com interação da comunidade com o mercado exógeno e, também, com práticas de solidariedade, de ajuda entre os agricultores. Comporta nessa leitura o conceito de multifuncionalidade da agricultura familiar - MFA - estendendo a noção de agricultura em sentido restrito (da produção) para uma perspectiva da família rural², considerando a "provisão, por parte desses agricultores, de bens públicos relacionados com o ambiente, a segurança alimentar e o patrimônio cultural" (CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009, p. 47). Essa noção permite que se analise a MFA com ênfase em quatro níveis: o das famílias rurais, o do território (o qual estão vinculadas e com o qual estipulam relações sociais), o da sociedade e o das políticas públicas voltadas para esse segmento. Esses níveis congregam o espaço da agricultura familiar e, por este motivo, são elencados e apreendidos neste estudo.

² O sentido de família rural compreende o conceito apontado por Bonnal, Cazella e Maluf: "Por familiar rural estende-se a unidade que se reproduz em regime de economia familiar e que se desenvolve qualquer processo biológico sobre um pedaço de terra, 'situada' num território com determinadas características socioeconômicas, culturais e ambientais" (CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009, p.48).

A questão das políticas públicas para o meio rural, em particular para a agricultura familiar, é algo recente e marca a década de 1990 no Brasil. Todavia, iniciativas de desenvolvimento da agricultura já se faziam notar nas décadas de 1950 e 1960. Esse período era composto por uma modernização da agricultura, na lógica desenvolvimentista que o país estava passando, o que não significou a existência de uma política pública específica para a agricultura familiar, o que só ocorre com o PRONAF na década de 1990.

Aliás, entende-se que, com a modernização da agricultura, o alimento (oriundo da agricultura, preponderantemente familiar) passou a ter um caráter ainda mais importante na lógica mundial, posto que a agricultura nesse período, emerge como um espaço capaz de se desenvolver conforme as diretrizes do sistema capitalista para esse segmento.

De outro modo, ressalta-se que a problemática da pesquisa foi estruturada visando a compreender como a segurança alimentar e nutricional contribuiu para o desenvolvimento da agricultura familiar. A partir desse objetivo foi construído um referencial teórico que trouxe uma leitura que situa a agricultura familiar dentro da sociedade moderna. Sociedade esta que apregoa modelos de desenvolvimento, dos quais o meio rural não está isento.

Para tanto, o referencial teórico e metodológico contemplou a fundamentação conceitual sobre os tipos de desenvolvimento, de agricultura familiar, de segurança alimentar e nutricional e sobre a emergência do conceito de sustentabilidade rural, atrelando-o com o desenvolvimento rural.

Nesse propósito, a escolha da comunidade foi pensada a partir do conhecimento prévio de que a produção local de hortifruti da comunidade se destaca no município de Candói. O outro critério envolve a questão da origem da comunidade, a qual é oriunda de projeto de Colonização do INCRA, do ano de 1982, que a caracteriza como comunidade de Reforma Agrária.

A estrutura do trabalho está dividida em cinco capítulos, cada um contendo referências que pautam o objetivo geral, trazendo discussões que contemplam o tema estudado. No primeiro capítulo, a questão do desenvolvimento emerge como um conceito amplo e em constante reconstrução. As leituras de autores como Amartya Sen (2000), Navarro (2001), Furtado (1979) e Schneider (2007), dentre outros, expressam o desenvolvimento enquanto gênese da sociedade capitalista, compondo-o como processo ideológico e prático aplicável à realidade, pensado a

partir de uma esfera global e de sua relação com a esfera local. As contribuições de Sen (2000) sobre as liberdades instrumentais trouxeram ao debate sobre o desenvolvimento fatores que realçaram a presença atuante do Estado democrático e dos atores sociais (sobre o conceito de ator social, as análises de Touraine foram essenciais) na (re) produção social do meio rural.

O desenvolvimento por essa via é apresentado, primeiramente, como uma diretriz pautada na sua relação sinônima com o crescimento econômico. O crescimento econômico seria, portanto, a materialidade do desenvolvimento. Essa é uma leitura que não se aplica à realidade atual. Desde RIO/92, outras tipologias do desenvolvimento como social, sustentável, regional, local, rural, etc., versam sobre condicionantes que, presentes na sociedade, refletem um conceito de desenvolvimento que se amplia, reconhecendo outras condicionantes, como a preservação das comunidades tradicionais e da pauta alimentar, do respeito à biodiversidade, que são características que não expressam o crescimento econômico. Porém, não se fala de um desenvolvimento ausente de crescimento econômico, pois o desenvolvimento econômico nos moldes apregoados até a RIO/92 não pode ser mais a meta. Observam-se, assim práticas de sustentabilidade, as quais surgem com uma preocupação que envolve a relação de exploração do ser humano *versus* ambiente.

Para tanto, o rural, enquanto expressão da agricultura familiar, é apreendido como um espaço que, diante do processo de mecanização da agricultura no Brasil (décadas de 1950 a 1960), também se afina com a lógica do desenvolvimento, aqui denominado desenvolvimento rural. Desse modo, reconhecer a singularidade da agricultura familiar foi um percurso que contemplou análises diferenciadas sobre o conceito, o que permitiu apresentar diferenças entre os modos de vida da agricultura familiar e do campesinato. Ressalta-se que em ambos os modos existem características diversas que se mesclam na realidade da agricultura do século XXI . A opção em discutir essa relação concentrou-se no sentido de frisar que a agricultura familiar, enquanto um espaço de uma ruralidade específica (sobre a ruralidade, as contribuições de Wanderley (2000) se fizeram extremamente necessárias), é marcada pela sociedade moderna e por diretrizes do desenvolvimento nesse segmento. Além do mais, o campesinato na sua formação europeia não contempla a realidade do Brasil. No Brasil, utiliza-se o termo camponês como sinônimo de caboclo, o que em síntese é para o Brasil o nosso

camponês, ou seja, o agricultor que viveu (ou vive) da agricultura para a subsistência, que tem uma similaridade com o conceito do camponês, apregoado por Mendras (1978) na sua forma organizativa sendo, no entanto, diferente, pois diferente e única é cada realidade.

Outro tema abordado envolve o desenvolvimento sustentável como mais uma derivação do conceito macro de desenvolvimento. Nesses aspectos, as contribuições de Enrique Leff (2001) e Sachs (1993) foram fundamentais. O desenvolvimento sustentável é apresentado como um conceito que requer algumas modificações de posturas. Esse conceito solicita uma mudança que apreende o tipo de racionalidade vigente, ou seja, aquela que está diretamente ligada à racionalidade econômica (preponderante no sistema explorador capitalista, até meados da década de 90), para uma racionalidade ambiental. A racionalidade ambiental exige uma percepção diferenciada, no que compete ao estilo de vida consumista, de geração de lixo, de desrespeito à diversidade cultural, de desconhecimento das ações do ser humano sobre o meio ambiente, dentre outras.

De outro modo, reconhecer essa sustentabilidade do desenvolvimento não é descartar a questão do uso dos recursos naturais pelo ser humano ou mesmo do processo de exploração da natureza. Antes, compete olhar para as múltiplas dimensões da sustentabilidade e, a partir daí, analisar o desenvolvimento sustentável para a agricultura familiar, como aquele que reconhece a singularidade da agricultura em suas dimensões (ambientais, econômicas, sociais e culturais), ou seja, uma agricultura que assume não apenas a produção alimentar do país (conforme o Censo Agropecuário de 2006, 70% da alimentação do Brasil é de responsabilidade da agricultura familiar), mas que também se desenvolve no aspecto social, contribuindo para o melhor aproveitamento do ambiente e da região.

Portanto, a agricultura é um campo de ação de programas de desenvolvimento rural que reconhecem o papel essencial que ela assume (não somente na questão produtiva) no desenvolvimento da ruralidade e que ocorre na interação do ser humano com a terra, mediado pela produção alimentar, pela sobrevivência do grupo familiar e da comunidade.

Por essa via, o segundo capítulo contempla explicações sobre o origem da segurança alimentar e nutricional - SAN. Ao mesmo tempo, ele aborda a contribuição dessa temática para a agricultura familiar em um sentido que a compreende como aquela capaz de prover a sua subsistência, o seu autoconsumo e

incrementar na sua dinâmica a comercialização de alimentos e a execução de políticas públicas. Isso denota a interação da agricultura familiar com o mercado. Para tanto, a existência de uma política de SAN, ao mesmo tempo em que reconhece a agricultura como potencializadora do abastecimento alimentar local, também reflete que, dentro de programas alimentares, oriundos da esfera governamental, há a possibilidade de incorporar o desenvolvimento via SAN.

Nessa linha de raciocínio, o terceiro capítulo aborda a MFA e a SAN por entender que os aspectos sociais, ambientais e de produção têm uma profunda e intrínseca ligação com a dinâmica da SAN, pois, ambos os conceitos traduzem uma perspectiva que reconhece a agricultura em suas múltiplas funções. Assim, o alimento é central nesse debate, uma vez que a MFA reconhece o alimento para além do alimento mercadoria. Ele é uma fonte de (re) produção social, de transformação do ambiente e de permanência da vida humana não somente no meio rural, mas se estendendo para o urbano, advindo da interação e circulação do alimento via mercado. Complementa essa análise as considerações sobre o conceito de estratégia a partir de Bourdieu (2001), citados no primeiro capítulo.

A propósito, o agricultor não é um sujeito ausente de uma percepção ou responsável por se produzir na ruralidade. Ele é, antes um ator social que age conforme aquilo que mais lhe propicia qualidade de vida, ou seja, as estratégias do agricultor familiar estão marcadas pela sua compreensão histórica do que é ser agricultor. Além disso as suas estratégias consideram as novas interferências do mercado da agricultura, que podem ou não ser assimiladas e incorporadas em suas atividades.

Os capítulos seguintes abordam a questão metodológica da pesquisa, com foco no viés quantitativo, com dados representativos da comunidade da Península do Cavernoso. Os dados versam sobre a contribuição da SAN para o desenvolvimento da agricultura familiar, em uma abordagem ampla e que congrega a SAN como política pública, como autoconsumo e como condizente à agricultura familiar. Por essa via, de um total de 79 famílias, foram entrevistadas 24 famílias.

A delimitação de 24 famílias comportou um recorte necessário à pesquisa. Das 79 famílias que vivem na comunidade, sabia-se previamente que 46 já faziam uso de algum programa de SAN (no caso do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA). Esse dado contribuiu para que o recorte contemplasse não uma análise comparativa das famílias que utilizam ou não o PAA uma vez que, essa pesquisa

não tem como foco uma análise comparativa do programa em si, mas sim da SAN enquanto um conceito maior e aplicável ao desenvolvimento da agricultura familiar, a qual pode conter o programa mencionado, outros ou, ainda, nenhum.

Assim, das 24 famílias entrevistadas, 12 fazem uso do PAA e o restante, na época da pesquisa, não tinha aderido ao programa em específico, porém, poderiam desenvolver outro programa, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, o Programa Bolsa Família, ou, simplesmente, produzirem para o autoconsumo, sem ter, necessariamente, vinculação com qualquer programa de SAN em específico.

O acesso ao PAA contribuiu para identificar se existia na comunidade algum programa de SAN com maior representatividade, o que fora identificado junto à associação local. A partir dessa realidade, enumerou-se os 79 lotes da comunidade, selecionando entre as 46 associadas e as 33 famílias que na época da pesquisa, não tinham acesso ao programa em questão. Com um mapa da comunidade, enumerou-se de 1- 46 as famílias que já utilizam pelo menos um Programa de maior expressão de SAN e que são associadas e 47 a 79 das famílias não associadas. Para cada grupo, retirou-se aleatoriamente 12 famílias, somando as 24 do total (no total geral das 24 famílias contou-se 106 pessoas).

Para responder ao formulário de pesquisa, cada família indicou a pessoa que achava mais competente para responder ao formulário de coleta de dados (anexo IX). Ora era a esposa quem respondia, ora o esposo, os avós, o filho mais velho. Essa liberdade de escolha foi pautada por uma característica muito importante: só respondia ao formulário a pessoa que o grupo considerava mais apta ou com mais conhecimentos da realidade, tanto da comunidade como da propriedade rural.

Assim, emerge a análise dos dados dos quais se sobressai o desenvolvimento local rural, com profunda ligação com a questão alimentar da comunidade, com o autoconsumo e com os programas que envolvem a SAN (o PAA, o PNAE e o Programa Bolsa Família). A partir dessa leitura, o desenvolvimento é identificado pela presença de programas para a agricultura e pela questão econômica advinda da comercialização do alimento mercadoria.

Portanto, o desenvolvimento se mostrou sustentável à medida que é percebido como uma possibilidade pelos agricultores, que materializam o contido nas prerrogativas do desenvolvimento sustentável (proteção da cultura local, da pauta alimentar, das nascentes de águas, do destino do lixo, do uso de

agroquímicos), muitas vezes sem ter a compreensão científica do termo. Porém, em suas práticas diárias do trabalho na agricultura familiar, elaboraram atividades que concretizam um desenvolvimento mais sustentável. Notou-se, assim, que a sustentabilidade na comunidade é entendida muito mais por práticas do que por discursos de conservação, ou seja, cada família desenvolve práticas que antecedem a própria origem do termo sustentabilidade e que foram repassadas de geração em geração.

O contido nesta dissertação expressa a relevância da agricultura familiar para o desenvolvimento rural, bem como a coloca como um espaço da (re) produção social do segmento rural. Ao mesmo tempo, ela atende à lógica de mercado e contempla uma racionalidade que por vezes, foge a essa lógica e se constrói como uma agricultura marcada pelo antigo e pelo moderno. Portanto, está-se falando de uma espaço dinâmico, composto por atores sociais que agem sobre sua realidade, modificando-a e sendo por ela modificados quando lhes for estrategicamente oportuno.

A propósito, o desenvolvimento e a segurança alimentar e nutricional comportam o alimento em duas linhas: a primeira expressa que ele é o responsável por garantir a sobrevivência da vida humana na agricultura familiar; a outra reforça o alimento enquanto mercadoria. A SAN percebe o alimento como centralidade, não somente por ele manter a vida, na perspectiva fisiológica, mas por englobar a questão da mercadoria e do comércio alimentar. Dessa forma, a dissertação que segue reconheceu essas diretrizes como presentes na sociedade capitalista e compreendeu a dupla função do alimento (de subsistência e de mercadoria).

Alias, ocorre na atualidade um distanciamento entre a produção alimentar e o cultivo dos alimentos, bem como entre as práticas de armazenamento e processos industriais. Dessa realidade, da sociedade de risco, o ato de se alimentar, contém um desconhecimento do que se está consumindo, pois existe uma oposição entre a produção e o consumo. Essa oposição é menos visível na agricultura familiar, a qual ainda tem certo controle sobre as práticas produtivas e de autoconsumo. O que difere na questão urbana que tem um distanciamento maior desse processo.

2. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E AGRICULTURA FAMILIAR: ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DOS CONCEITOS

2.1 DESENVOLVIMENTO: UM CONCEITO EM CONTÍNUO PROCESSO DE (RE) CONSTRUÇÃO

Existem diversas interpretações sobre o conceito de desenvolvimento e cada uma se refere a um dado momento histórico. Por isso, há uma complexificação em conceituar o desenvolvimento, até porque ele deve ser apreendido pela dinâmica da sociedade. Pensar, portanto, o desenvolvimento numa leitura mais abrangente é percebê-lo dentro de certo processo evolutivo, que envolve as condições materiais de uma determinada sociedade em detrimento de formas anteriores. Desse modo, o desenvolvimento é permeado por um modelo comparativo, entre o que havia e o que há, bem como, o que se prospecta para o futuro.

Enquanto conceito, ele está ligado ao advento da sociedade capitalista e foi inicialmente proposto como um objetivo último de toda sociedade, independente das diferenças em sua estrutura (agrícola, tribal, camponesa, social, etc.). Essa estrutura, toma como referência a integração com a produção e circulação da mercadoria e que permite a (re) produção social.

A mercadoria é, antes de qualquer coisa, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia. Não importa a maneira como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência, objeto de consumo, ou indiretamente, como meio de produção (MARX, 2003, p 57).

A mercadoria passa a ser entendida como propulsora do mercado, e responsável por direcionar o desenvolvimento em uma sociedade, pois apresenta dois valores essenciais à manutenção do mercado: um valor de uso e um valor de troca. Conforme Marx (2003), a mercadoria e as necessidades humanas têm uma contínua relação que pode ocorrer pela satisfação das necessidades humanas essenciais (alimentação, vestuário, habitação, etc.) e também por outras criadas pelo capital, com o objetivo de dar continuidade à circulação do sistema vigente. Portanto, o desenvolvimento, enquanto categoria de análise, passou a depender dessa produção e circulação de mercadorias, de uma ideologia de convencimento e

de uma necessidade desnecessária de possuir uma coisa, uma mercadoria. Marx chamou essa necessidade de "fetichismo da mercadoria", no sentido de que mesmo as condições materiais não sendo propícias ao atendimento de todas as necessidades básicas ou criadas, ideologicamente, busca-se o desenvolvimento em patamares que ignoravam as reais expressões econômicas, culturais, sociais e ambientais de determinada sociedade.

O desenvolvimento por esse prisma foi percebido como sinônimo de crescimento econômico e pelo aumento da exploração do ser humano. As críticas a essa associação de crescimento econômico atrelado ao desenvolvimento são muitas e expressam a ideia de que o desenvolvimento, contém o fator econômico propriamente dito, mas ele não se restringe a esse fator unicamente. Sen enfatiza que "Uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Nacional Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda" (SEN, 2000, p.28). Para o autor, se o conceito se restringe a essa máxima, ele, não abarca a melhora nas condições de vida da população, assim como, não há uma ampliação das liberdades da qual os seres humanos devem desfrutar. Sen (2000) expõe que a riqueza e a renda são condicionantes para se obter uma outra coisa, ou seja, algo que contenha aquilo que os indivíduos aspiram e queiram desfrutar dentro de suas liberdades. O autor não desconsidera o crescimento econômico, uma vez que ele apresenta uma certa segurança que, em sociedades democráticas, contribui para impedir inseguranças econômicas, ou mesmo a fome. (Os programas de SAN são exemplos dessa segurança econômica).

Comparativamente a Sen (2000), Boisier (2007) explana que o desenvolvimento não é apenas fruto de conquistas materiais e de reprodução da vida focada no fator econômico. Ele é, antes, uma consequência também de condições culturais, institucionais, éticas e políticas. Assim, o desenvolvimento tem mais a ver com o ser do que com o ter, porque o ser é capaz de criar e usar a linguagem. O ser é capaz de se relacionar de forma complexa com o meio, reconhecendo as particularidades envolvidas nesse espaço:

El desarrollo es entonces principalmente intangible, subjetivo e inter subjetivo, tiene que ver más con el ser que con el tener, aun que jamás podrá concebirse sin la superación de las carencias concretas más obvias (BOISIER, 2007, p. 5).

A análise de Boisier (2007) enfatiza que o desenvolvimento atinge os mais diversos segmentos da sociedade e ao mesmo tempo, precisa deles para se perpetuar, ou seja, o desenvolvimento deve congrega as particularidades dos espaços sociais e geográficos. Assim, desenvolvimento ocorre de várias formas e sob diversas nomenclaturas, dependendo de qual território, região e/ou realidade se está falando e do tipo de desenvolvimento que se quer implantar.

Embora se discuta essa noção de desenvolvimento com base no reconhecimento das potencialidades sociais e geográficas, há uma interferência marcante na obra do autor que revela os interesses exógenos sobre a realidade pontual, no que compete às diretrizes para o desenvolvimento. Denota-se que o movimento intencionado para o desenvolvimento perpassa o global e o local numa perspectiva de dependência de ambos. Pode-se incrementar que na esfera global ocorre os macro direcionamentos para o desenvolvimento e na esfera local está a realidade possível para materializar os direcionamentos propostos.

Seguindo por uma análise do desenvolvimento em Schneider (2007), percebe-se que ele é um fenômeno de natureza puramente social, que se materializa em condições ideológicas e políticas de uma coletividade e só tem sentido de ser se há o seu contrário - o não desenvolvimento - . A modernidade, ao instaurar um novo modo de produção, alicerçou o desenvolvimento com o crescimento econômico e com o advento do urbano. A agricultura foi tangenciada por esse processo, não de urbanização do rural, mas de um mecanização desse espaço com forte incremento do processo de industrialização das forças produtivas. De certo modo, o desenvolvimento emerge com o crescimento das cidades, do surgimento da tecnologia que, em tese, abarcaria toda a realidade, da qual o rural faz parte.

Ao se analisar o desenvolvimento rural no Brasil, Navarro (2001) o expõe em dois momentos distintos: o primeiro se origina a partir do fim da II Guerra Mundial (anos 1950) seguindo até os anos de 1970 ou início de 1980. No período citado, havia um contingente altíssimo da população brasileira vivendo no meio rural, sendo a agricultura um componente essencial para o fator econômico da época. O autor acrescenta que no período elencado se intencionava um padrão hegemônico para agricultura, que fora permeado pelo processo de uma racionalidade produtiva pautada na mecanização do rural e pela constante mudança nos padrões das famílias rurais.

Com a disseminação de tal padrão na agricultura, desde então chamado "moderno", o mundo rural (e as atividades agrícolas, em particular) passou a subordinar-se, como mera peça dependente, aos novos interesses, classes e formas de vida e de consumo, majoritariamente urbanas, que a expansão econômica do período ensejou, em graus variados, nos diferentes países (NAVARRO, 2001, p. 84).

O desenvolvimento no Brasil durante as décadas de 1950 a 1960 assume tais contornos, através da modernização da economia via industrialização e transformações no rural, com incremento de agroquímicos e maquinários. A agricultura, como um espaço singular (no que compete à organização da vida social, pois difere da organização central da modernidade), não comportava de imediato as perspectivas desenvolvimentistas apregoadas e a produção em massa requerida pelo mercado e pela expansão capitalista. Desse modo, tem-se muito mais uma modernização agrícola dirigida pelo Estado, baseada no aumento da renda das famílias rurais do que uma mudança estrutural.

O segundo momento do debate sobre o desenvolvimento rural emerge na década de 1990, e parte de uma linha que preconiza a impossibilidade dele ocorrer. Essa leitura sobre a realidade brasileira e sobre a incidência de um tipo de "desenvolvimento" para o meio rural requer ainda que se aprofunde de que desenvolvimento de que se está falando. Navarro (2001) faz uma distinção entre desenvolvimento agrícola, agrário e rural. Para o autor, o desenvolvimento agrícola ou agropecuário refere-se à questão da produção agropecuária propriamente dita, das condições que alavancam a produção, as quais permitiram que a agricultura se desenvolvesse.

Em contrapartida, o termo desenvolvimento agrário, além de englobar o fator produtivo, expõe o meio rural "em suas relações com a sociedade maior, em todas as suas dimensões e não apenas a estrutura agrícola, ao longo de um dado período de tempo" (NAVARRO, 2001, p. 87). Faz-se necessária uma distinção singular sobre a compreensão da terra enquanto patrimônio e produção. Navarro afirma que ela - a terra - é fator de produção, na perspectiva da manutenção do meio rural em uma leitura que se fundamenta na lógica do desenvolvimento e da economia, da qual a produção de alimentos é central. Contrária a essa noção (a terra como patrimônio), é a noção apresentada por Mendras (1978) como um fator inerente à racionalidade do camponês. O autor não desconsidera o fator produção. Antes assevera que essa

produção atende primeiramente às necessidades do grupo, o que não é o mesmo entendimento de Navarro ao citar o desenvolvimento agrário. Reforça-se que a distinção de ambos esbarra no rural em momentos distintos. O primeiro fala da agricultura moderna, na qual o agricultor tem uma ligação com o mercado. Para o segundo, a terra é o patrimônio do camponês. Sem a terra, o camponês perde a sua essência.

O conceito de desenvolvimento rural em Navarro, por sua vez, trata-se de um tipo de ação previamente intencionada (primordialmente pelo Estado) para o ambiente rural essa ação tem como foco propor mudanças naquele segmento através de políticas públicas, com ação modificadora e intencionada que reconhece as alterações advindas da economia local, da vida social e da conjuntura na qual, elas estão sendo desenvolvidas, concomitantemente, a interesses de mercado, dos quais o Estado é mediador.

No entendimento de Sen (2000), o Estado, através da implementação de políticas públicas, desenvolve uma função fundamental para o desenvolvimento, o que também é a interpretação de Navarro (2001). Para Sen (2000), são as capacidades individuais que materializam o tipo de vida que cada um quer "desenvolver". Essas capacidades individuais, de certo modo, estão atreladas às liberdades instrumentais e, portanto, o desenvolvimento como liberdade está condicionado à questão instrumental de liberdade, bem como às escolhas dos indivíduos. Desse modo, as liberdades instrumentais se referem ao entendimento da liberdade como um meio para se obter algo e não como um fim. O papel instrumental da liberdade é marcado pela compreensão de como o direito, ou, por exemplo, as oportunidades sociais contribuem para a promoção do desenvolvimento.

O autor cita cinco tipologias de liberdades instrumentais: as liberdades políticas, as facilidades econômicas, as oportunidades sociais, as garantias de transparências e a segurança protetora. As liberdades políticas

"referem-se às oportunidades que as pessoas têm para determinar quem deve governar e com base em que princípios, além de incluírem a possibilidade de fiscalizar e criticar as autoridades, de ter liberdade política" (SEN, 2000, p. 56).

Em suma, a descrição de liberdades políticas está condicionada àquilo que a sociedade, no processo de desenvolvimento, conseguiu garantir como movimento social, enquanto lutas travadas no campo do direito. Torna-se claro que o desenvolvimento, ao mesmo tempo que é uma expressão que congrega o reconhecimento dessas prerrogativas socialmente garantidas, engloba a ideia de que uma sociedade tem liberdade de se desenvolver se houver possibilidades para que esse processo ocorra. De um modo mais enfático, pode se sinalizar, como elencado por Navarro (2001), que o desenvolvimento é dinâmico e se modifica conforme as intencionalidades de determinado período, sendo reconhecido por ações do Estado (como central) para engendrar qualquer política nesse enfoque.

Nesse sentido, Sen (2000) também enfatiza essa máxima, a saber, a da presença de um Estado propositor que reconhece as capacidades participativas da população. O autor fala de um Estado democrático, no qual a participação condiz com as prerrogativas da liberdade individual. Nesse debate, o indivíduo é “participante de ações econômicas, sociais e políticas (interagindo no mercado [...], direta ou indiretamente, em atividades individuais ou conjuntas na esfera política ou em outras esferas)” (SEN, 2000, p. 33). Ao expor a temática do desenvolvimento como liberdade, o autor está propondo que a liberdade substantiva deve ser marcada pelas:

[...] capacidades elementares como por exemplo ter condições de evitar privações como a fome, a subnutrição, a morbidez evitável e a morte prematura, bem como as liberdades associadas a saber ler e fazer cálculos aritméticos, ter participação política e liberdade de expressão, etc. (SEN, 2000, p. 53).

Para tanto, quando se olha para o processo, por exemplo, de modernização da agricultura no Brasil, percebe-se que a produção familiar no meio rural atende mais às exigências de mercado do que ao respeito de liberdade substantiva. Fala-se aqui do acesso à educação no meio rural, da participação política dos agricultores que, somente na década de 1990, tiveram o reconhecimento da agricultura familiar como contribuinte para o desenvolvimento do país, com a aprovação do Decreto nº 19746/1996. Fato este atrelado a um desenvolvimentismo que, segundo Menezes *et al*, “nada reservou para a pequena produção” (MENEZES *et al*, 1996, p.74), posto o seu desconhecimento enquanto espaço de sociabilidade, produção alimentar e

desenvolvimento social, econômico e ambiental. A ênfase de Sen (2000) sobre o desenvolvimento como liberdade condiz com as estratégias que o agricultor utiliza para se manter no meio rural, contribuindo para a produção externa e interna.

Sobre o conceito de estratégia, Bourdieu (2001) compreende-a como participante da atividade do homem no mundo, sendo condicionada de um certo modo, por aquilo que se encontra nas diretrizes do campo (na estrutura social) no qual este indivíduo se encontra.

Poder-se-ia deixar de reconhecer que as "escolhas" do "sujeito" "livre" e "desinteressado" exaltadas pela tradição nunca são totalmente independentes da mecânica do campo, e portanto da história que ele constitui a resultante, pois, estas estratégias são ainda marcadas pelo *habitus*, pelas experiências passadas impregnadas nos agentes sociais. Observa-se que uma ação social não está isenta da influência do campo³ e do *habitus*, "isso significa afirmar que o agente nunca é por inteiro o sujeito de suas práticas" (BOURDIEU, 2001, p. 169).

Essa noção de "escolha" e de estratégia apontada por Bourdieu expressa o contido também em Sen (2000), ao apontar o desenvolvimento como um processo inerente às liberdades. Liberdades não genuínas, mas marcadas por condições objetivas, existentes em uma sociedade daquilo que se apregoa como desenvolvimento (local, regional, territorial, rural, urbano, etc.).

Bourdieu (2001) compreende assim como Sen (2000) a importância do Estado. Porém, Bourdieu (2000) fundamenta-se em apontar que o Estado nada mais é que um detentor de capital cultural e que serve, de certo modo, para algumas pessoas. Essas pessoas são os juristas, os magistrados, que, à medida que criam o aparato do Estado firmam-se enquanto "detentores ou depositários de poderes associados ao exercício da função pública" (BOURDIEU, 2001 p. 150). Para tanto, a centralidade do Estado, na função de direcionar políticas para a sociedade, condiz para ambos os autores no reconhecimento de que ele ocupa uma posição central,

³ Os conceitos de campo e de *habitus* são analisados por Bourdieu (2001) pela perspectiva de complementaridade entre ambos. O campo é o espaço, um universo particular, onde ocorrem as relações entre os indivíduos, as estruturas sociais, como um sistema de posições, "o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem, a arte, a literatura ou a ciência" (BOURDIEU, 2004, p.20). O *habitus*, por sua vez, é analisado "como sistema de disposições de ser e de fazer constituir uma potencialidade, um desejo de ser que, de certo modo, busca criar as condições de sua realização"[...] os agentes sociais, são dotados de *habitus*, inscritos nos corpos pelas experiências passadas [...] o agente nunca é por inteiro o sujeito de suas práticas: por meio das disposições e da crença que estão na raiz do envolvimento no jogo, quaisquer pressupostos constitutivos da axiomática prática do campo [...] se introduzem até nas intenções aparentemente mais lúcidas" (BOURDIEU, 2001, p. 163-182).

como já citado. Porém, do ponto de vista do reconhecimento das iniciativas da sociedade civil, expostas pelas proposições das conferências, pelas associações, pelos movimentos sociais, não é uma posição única.

De outro modo, as oportunidades elencadas por Sen (2000) perpassam as liberdades individuais e congregam, as facilidades econômicas, as quais, em síntese, são compreendidas como a capacidade que os indivíduos possuem para desenvolver suas trocas, propositalmente objetivando aumentar a capacidade econômica dos grupos sociais (empresas, famílias, etc.), no que compete ao acesso de crédito e de microcréditos. As potencialidades de geração de renda são direcionadas como um critério de desenvolvimento. Presente nesse contexto está o Estado, como propositor e garantidor de créditos. Ele se mantém ativo economicamente, oportunizando para a sociedade condições materiais de desenvolvimento.

Em Bourdieu (2001), encontra-se o Estado como fruto de lutas históricas, de centralizador de conquistas, marcado por uma ambiguidade de interesses que reforçam seu caráter antagônico. Bourdieu afirma que o Estado moderno não propaga uma liberdade genuína, fato mensurado também por Sen. Bourdieu ressalta que "ele pode ser descrito e tratado simultaneamente como uma reserva, sem dúvida relativamente autônoma, de poderes econômicos e políticos que pouco têm a ver com interesses universais, e com uma instância neutra" (BOURDIEU, 2001, p. 155).

Ao se analisar as formas do desenvolvimento, nota-se que nas diversas interpretações e/ou aproximações do que se entende por esse processo existe uma presença ativa do modelo de "ser desenvolvido", o qual se afirma como o "ideal" a ser atingido e conquistado por todos. Tal modelo deve ser mediado pelo Estado, o qual é o responsável por determinar as construções tipológicas que congregam oportunidades sociais para o desenvolvimento.

Essas oportunidades sociais, quando analisadas por Sen (2000), referem-se a uma particularidade que envolve os serviços disponibilizados para a sociedade. Esses serviços, por sua vez, envolvem questões de ordem substantivas, ou seja, serviços e/ou políticas de saúde e de educação, por exemplo. Ao serem acessadas pelos indivíduos, essas políticas potencializam maior visibilidade e oportunidades de desenvolvimento. O acesso a esses serviços e/ou políticas possibilitam que se rompa com a lógica de barreiras, como analfabetismo, mortalidade infantil, falta de

conhecimento em práticas de saúde e aumento da expectativa de vida. Tal acesso demonstra que, ao incrementar essas ações, a sociedade está preocupada com um desenvolvimento que se volta para ela mesma.

Nessa linha de raciocínio, Sen faz uma análise que "refere-se às necessidades de sinceridade que as pessoas podem esperar: liberdade de lidar uns com os outros sob garantias de dessegredo e clareza" (SEN, 2000, p.57). Dessa categoria, emerge a importância dos mecanismos de transparência, que visam a dar controle à questão política e econômica da sociedade, fazendo, por exemplo, que situações como a corrupção possam ser inibidas.

Ao se referir à segurança protetora, o autor reconhece que, no modo de desenvolvimento capitalista, há uma gênese fundada na desigualdade do acesso às condições materiais da vida e, portanto, existe a necessidade de garantias para os indivíduos que estão em situação de vulnerabilidade e que não têm contato com o mundo do trabalho, tais como as políticas sociais.

As categorias expostas por Sen (dos mecanismos de transparência e da segurança protetora) dão ênfase ao entendimento de que o desenvolvimento é uma mescla de posturas da sociedade civil (de escolhas dentro de indicadores, de programas, políticas e projetos) e do Estado.

Partindo, ainda, dessa análise sobre o desenvolvimento, pode-se perceber que a modernização trouxe antagonismos entre o mundo rural e o urbano, permeado por tipologias do desenvolvimento. Se, por um lado, o desenvolvimento surge como uma resposta à busca do aumento da lucratividade, da maior circulação de mercadorias e de um "padrão" de ser desenvolvido, por outro lado, o desenvolvimento encontra no meio rural especificidades que requerem novas leituras sobre o próprio desenvolvimento ensejado por esse espaço.

Dito isso, o conceito de desenvolvimento se fortalece e se expande no contexto histórico pós II Guerra Mundial, em um período de constante insegurança (econômica, alimentar, bélica, etc.) advinda das preocupações com a chamada Guerra Fria. O desenvolvimento esperado compreendia indicadores que refletissem o crescimento econômico, medido, geralmente, por índices do PIB/renda *per capita*, que permitiam avaliar a situação de cada país.

Essa leitura fundamenta um direcionamento para o desenvolvimento do qual ele não sofreria uma modificação na forma como estava sendo proposto, ou seja, o fator econômico continuaria como centralidade, mas a forma de se obter um

aumento nessa economia deveria levar em consideração características locais e regionais. Neste sentido, qual a dimensão do desenvolvimento local? Sem a compreensão desse conceito não é possível analisar o desenvolvimento ou mesmo prospectá-lo, pois há, ainda, outra dimensão que apreende essa realidade: a dimensão do global.

Na estrutura do desenvolvimento, as vertentes locais, regionais ou territoriais, tem uma ligação direta com a perspectiva global. As realidades desenvolvimentistas não estão desconectadas de uma matriz comum, elas atendem a instituições globais e assim, por exemplo, "o desenvolvimento local está inserido em uma realidade mais ampla e complexa, com a qual interage e da qual recebe influências e pressões positivas e negativas" (BUARQUE, 1999, p.9-10).

Referindo-se ao desenvolvimento local e regional, duas condicionantes devem ser pontuadas. Uma apreende a realidade a partir de como ela se apresenta localmente, revelando as condições geográficas, territoriais, sociais e econômicas existentes. Essas condições atendem às potencialidades locais e demonstram como se constrói a vida no referido espaço. A outra refere-se ao fato de que o desenvolvimento local está referenciado ao padrão de desenvolvimento, que geralmente não é pensado e incrementado pelo município ou região. Esse fator revela as condições exógenas, vinculadas ao processo de globalização da economia, em que o mercado é central. Para Veiga (2005), há uma nítida interferência do global no local em tempos de globalização da economia, onde o desenvolvimento local é permeado pelo que se compreende por desenvolvimento global.

O desenvolvimento local está alicerçado, portanto, com o mercado global o qual prima pela centralização da economia e pela descentralização das fontes geradoras da mercadoria, as quais preponderantemente, referem se ao local. De outro modo, observa-se que com o advento da postura neoliberal no Brasil há uma responsabilização dos municípios para que incorporem nas suas atividades planejamentos e propostas que visam a esse desenvolvimento:

que pode ser aplicado para diferentes cortes territoriais e aglomerados humanos de pequena escala desde a comunidade e os assentamentos de reforma agrária, até o município ou mesmo microrregiões homogêneas de porte reduzido (BUARQUE, 1999, p. 11).

Ao mesmo tempo em que o conceito macro de desenvolvimento é percebido como oportunidades pela economia, ele expressa o acirramento da questão social, derivada do processo antagônico da apropriação dos meios de produção e pela venda da força de trabalho em escala global. Para Iamamoto (2007) a questão social não é algo único e estático, não é uma situação particular que se apresenta do mesmo modo na sociedade, antes ela deve ser:

apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2007, p.27).

Para Iamamoto (2007) o processo acumulativo, além de gerar o desenvolvimento, também gera a desigualdade na distribuição das riquezas socialmente produzidas. No entendimento de Furtado (1979) as suas análises reconhecem o papel central do processo da acumulação. Ele expõe que o processo acumulativo (que é fruto do aumento da produtividade) e que é apropriado por uma parcela pequena da sociedade (comerciantes) gera um tipo de desenvolvimento que, atrelado a esta acumulação e concentração de riqueza, tem no consumo o sua "mola propulsora".

A ênfase de Furtado (1979) está em apresentar as bases históricas do desenvolvimento econômico, refletindo, a partir dessa construção, as condições reais que a sociedade apresenta para se desenvolver. Ele ressalta que a "apropriação por grupos minoritários é indispensável para evitar que o consumo absorva a totalidade do produto" (FURTADO, 1979, p.148), numa dinâmica permeada pela oferta e procura, na qual, a apropriação do excedente, ou a sua utilização, é o que produz o desenvolvimento. A contribuição de Sen (2000) sobre o desenvolvimento caminha em sentido mais amplo do que a de Furtado (1979). Para Sen (2000), o desenvolvimento é percebido como aquele que expande as liberdades reais que os indivíduos aspiram na sociedade. Sen (2000), assim como Furtado (1979), reconhece a existência do fator econômico para as diretrizes do desenvolvimento. Porém, o desenvolvimento, é visto como o responsável por nutrir a vida econômica e social dos indivíduos e pela base estrutural da liberdade. Portanto, fala-se do desenvolvimento como liberdade. O desenvolvimento deve suprir as

necessidades básicas dos indivíduos e não privá-los das suas liberdades. Por essa via, as liberdades instrumentais são condizentes com o desenvolvimento, à medida que são capazes de contribuir para que os indivíduos possam agir mais livremente.

Neste íterim, há uma relação existente entre o global e o local na qual perpassa o desenvolvimento. Bonano comenta que “o global não existe sem o local e o local é caracterizado pelas relações sociais que são estruturadas pelas relações sociais globais” (BONANO, 1999, p.54). Essa posição do autor revela uma dependência e imposição do aspecto global sobre o local. Surge, dessa relação, a ausência do lugar, o qual é central para a compreensão do local. Escobar (2005) propõe que o local está ligado com o lugar, onde as pessoas vivem diariamente, ou seja, lugar da cultura, da identidade e do pertencimento. O global, por sua vez, engloba o capital, o espaço, numa analogia que suprime o lugar e que desconsidera a sua realidade, para incorporar uma "realidade global" como algo mais genérico, mais igual, sem muita singularidade e desprovida de pertencimento.

Assim, conjectura-se o desenvolvimento local, mas também o desenvolvimento territorial, o qual pode ser apreendido no aspecto urbano e rural. Neste sentido, o desenvolvimento territorial rural compreende uma realidade bastante heterogênea e marcada por profundas transformações advindas do processo de modernização do meio rural.

2.1.1 Ruralidade e Desenvolvimento Territorial Rural

O desenvolvimento com enfoque no local tem uma ligação direta com a noção de território e, por conseguinte, com o desenvolvimento territorial. Reconhecer, portanto, as particularidades específicas do território permitem direcionar o desenvolvimento com base nas capacidades de produção, de fornecimento de matérias-primas, de fortalecimento dos arranjos produtivos locais. Assim, de acordo com as particularidades, tem-se a fonte de como o desenvolvimento local pode ser estruturado.

O Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de Agricultura para o Desenvolvimento de 2008 (2008, p.2) enfatiza que a agricultura contribui para o desenvolvimento local à medida que ela é vista como "atividade econômica, como subsistência e como fornecedor de serviços ambientais, tornando o setor um

instrumento singular para o desenvolvimento”. O desenvolvimento local rural assume essa múltipla capacidade que deve, segundo os autores do relatório, ser incentivada pelo Estado e pelas organizações da sociedade civil.

Esse desenvolvimento, atrelado à agricultura, modifica, altera e incorpora novas formas sociais. A agricultura acompanha a sociedade moderna e, para Wanderley (2000), a ruralidade é resultado da construção histórica que tem sua emergência conjuntamente com o processo de industrialização, a qual atinge aquele segmento. Para a autora, a ruralidade que se expressa com as sociedades industrializadas não significou o fim do rural, mas trouxe mudanças na agricultura fundada no modelo camponês tradicional. Assim, o desenvolvimento local perpassa o *locus* de tais mudanças, as quais direcionam as ações políticas que deveriam evidenciar as potencialidades locais.

O desenvolvimento é intencional, sendo marcado pelo processo contínuo e mutável promovido pela ação deliberada das instituições, em geral, públicas. O desenvolvimento da agricultura congrega expressões tais como: território, região, sustentabilidade, segurança alimentar e nutricional e de multifuncionalidade da agricultura familiar. São expressões que denotam a complexidade em que o termo está imerso.

Território para Verde,

está sujeito ao aparato político e jurídico, em que estão estabelecidas relações de domínio distintas [...] como uma unidade de planejamento e gestão, é um conceito novo. Novo não no seu recorte espacial - as regiões são, até hoje, o emprego concreto dessa concepção -, mas sim na sua proporção de contar com a singularidade cultural de determinado lugar (VERDE, 2004, p.5-6).

Um fator importante quando se analisa o território é que, segundo Verde (2004), ele assume uma posição diferente do conceito de região, interpretada pela centralidade da divisão geográfica. Território congrega, por exemplo, diversos municípios, situados em várias regiões próximas com características culturais, econômicas, sociais e ambientais similares.

A região, segundo Ultramari e Duarte (2009), atua sobre o conceito de polaridade, ou seja, ela existe se houver o seu contrário que a mantém, o urbano - o rural. Os autores apontam que "uma região se desenvolve e se organiza em torno de

um centro de concentração das atividades econômicas, definindo, portanto, uma polarização" (ULTRAMI; DUARTE, 2009, p. 35), a qual pode ser compreendida como a disparidade econômica existente entre as regiões sul e nordeste do Brasil.

Raffestin (2009) analisa que os territórios atuam também sobre a polarização, à medida que um território é algo, ou representa algo, em relação a outro. Deste modo, "os territórios são criados através de uma simbiose entre o mundo agrícola e o mundo rural" (RAFFESTIN, 2009, p.19). Essa origem do território condiz com uma ação política de Estado, uma intencionalidade de mercado ou mesmo o reconhecimento do rural como foco de desenvolvimento.

É importante que se mencione que, nesse contexto, o local é uma categoria que assumiu relevância no discurso global, principalmente, na década de 1990, onde tem sua gênese. No Brasil, na década citada, tem-se a incidência de uma postura neoliberal, a qual é carregada de desregulamentação dos movimentos sociais, com disseminação do individualismo, de uma máxima à liberdade econômica ante outras liberdades substantivas, dentre outras condições. Esse período é marcado pela "ineficácia das políticas macroeconômicas e de desregulamentação em que certos países tiveram uma inserção e um crescimento distintos de outros" (VERDE, 2004, p. 5). Diante do quadro global, a perspectiva da política econômica se volta para o local, assumindo um processo de descentralização das atividades produtivas. Conforme já mencionado, esse é um local que, de certo modo, atende às exigências do global.

Para tanto, ao redirecionar o olhar para o local, as territorialidades são reconhecidas em suas mais variadas formas. O conceito de territorialidade é apresentado por Saquet (2008) como as expressões de governança que contribuem para o desenvolvimento local, contemplando questões de poder (político, ideológico, econômico, etc.) atreladas a um espaço, cujo controle se faz via noção territorial. Por conseguinte, as territorialidades compreendem como cada território a partir da dinâmica social articula à questão do desenvolvimento. Por essa via, os conceitos de campo e *habitus*, de Bourdieu (2001), coadunam com as territorialidades apresentada por Saquet (2008), visto que, nessa compreensão, há uma clara relação entre o espaço social e o geográfico, aos quais os sujeitos pertencem. Esse pertencimento é marcado pelo desejo de ser e de realização, tendo em vista as experiências inscritas em seus corpos.

Do mesmo modo, Santos (2003) expõe que o território é o lugar, que a população se utiliza para realizar suas atividades, ou seja, é um lugar de identidade. Para Escobar (2005), esse território é também o lugar que pela suas especificidades, não atende às requisições do global e é aos poucos omitido. Essa omissão não é somente de um debate acadêmico, mas da realidade que lentamente vai incorporando novas vivências. Essas vivências são expressões de um movimento a nível mundial de capital econômico e de um desenvolvimento que reconhece o lugar como espaço possível de ser modificado pela significância material e produtiva que tem na projeção global.

Segundo Santos (2003) com o processo de globalização em que o mundo está imerso, os territórios se tornam todos os dias reféns do território do dinheiro (uma compreensão voltada para a perspectiva neoliberal, da liberdade estritamente econômica), da economia global e de uma busca incessante pelo desenvolvimento que, por vezes, é confundido como crescimento econômico. O autor fala de uma globalização que desmerece aspectos culturais, sociais e econômicos numa ânsia que impõe ao mundo a ideia de um único território - o território da economia global. Nesse processo, que atrela o local com o global, o rural não está à margem dessa ação mencionada pelo autor que, ao mesmo tempo, suscita a ideologia do desenvolvimento e acrescenta às realidades locais uma ideologia quase que intangível.

O rural é o lugar onde está a vida na agricultura, em todas as suas particularidades (produtivas, sociais, culturais, econômicas e ambientais), concretizando uma realidade que se conecta, de certo modo, às prerrogativas do desenvolvimento em esfera global. Assim, o lugar do rural é também o território, do qual a comunidade ou município fazem parte. O território não é unicamente uma construção política administrativa. Conforme já elencado, ele condiz com uma construção social, como explicitam Delgado *et al* (2005).

Pensar o desenvolvimento territorial, nesse sentido, é compreender a existência de processos de transformação para o território que reconheçam as particularidades desse campo. Essa transformação é marcada pelo combate à pobreza e pelo fortalecimento das potencialidades existentes, as quais envolvem os aspectos culturais, educacionais, produtivos, econômicos e geográficos.

Contudo, a problematização não está puramente na conceituação do que é ou não um território, mas sim no intuito de que, ao prospectar um desenvolvimento para

o território, ele deve conter as diretrizes do desenvolvimento nacional e a partir da ligação existente entre as esferas de comando no governo e de sua dependência. Delgado *et al* vão enfatizar que "o desenvolvimento nacional se manifesta através de transformações econômicas, políticas, culturais, ambientais nos diversos territórios que compõem a noção de território nacional" (DELGADO *et al*, 2005, p.21). Conforme exposto, o desenvolvimento é um movimento que parte de uma estrutura maior para uma menor (não menos importante mas delimitada geográfica e socialmente por condições reduzidas, ou de pessoas, ou de recursos, ou de fronteiras espaciais).

O desenvolvimento territorial rural, por sua vez ,deve reconhecer o território

como espacios geográficos, cuya cohesión deriva de un tejido social específico, de una base de recursos naturales particular, de unas instituciones y formas de organización propias, y de determinadas formas de producción, intercambio y distribución del ingreso. (SEPÚLVEDA *et al*, 2003, p. 4).

A territorialização do desenvolvimento (nesse caso do rural) engloba os fatores sociais (o tecido social, as pessoas que vivem nesse espaço), os recursos naturais (natureza, as matérias-primas), as formas de organização existente no território (as associações, as instituições num sentido amplo, o tipo de organização do trabalho, seja familiar, agroindustrial, com traços de economia camponesa ou não), a produção (alimentar, de mercadorias, etc.) e a renda.

O desenvolvimento, como visto, foi apresentado com diversas terminologias, cada uma atendendo a um tipo específico de desenvolver-se. Os adjetivos do desenvolvimento o situam no espaço e no tempo, elencando características diversas sobre uma mesma base estrutural do desenvolvimento. Essa base é a economia. Assim como a sociedade, o desenvolvimento é cíclico e mutável nas formas de se materializar, mas não na estrutura. Se, atualmente, o desenvolvimento sustentável ganhou relevância nos discursos sobre práticas de sustentabilidade, de relação entre o ser humano e o ambiente, das formas de exploração pós década de 1980, em momento algum se suprimiu o fator econômico e nem a lógica produtivista inerente ao sistema capitalista.

A questão , portanto, é entender que, na lógica conceitual do desenvolvimento sustentável, está a sustentabilidade do sistema. Por essa via, a sustentabilidade, de

certo modo, compreende também a segurança alimentar e nutricional, pois essa é uma temática que emerge dentro do próprio sistema e não está ligada somente aos programas adjacentes, bem como com as práticas alimentares, produtivas, de manuseio, de geração de renda, de permanência na agricultura familiar, por exemplo. Essa temática contempla milhões de pessoas em todo o mundo.

2.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: A ORIGEM DO TERMO

Das tipologias do desenvolvimento (local, regional, global, territorial, social, econômico, etc.), o termo sustentável emerge com uma especificidade: a preocupação com a questão ambiental, e sua relação direta com a questão alimentar.

O desenvolvimento sustentável propõe que se observe a relação entre o ser humano e a natureza, a questão do processo de extração de matérias-primas para a produção de mercadorias e os meios de exploração, que são essenciais ao sistema capitalista. Além disso, é preciso observar a relação desrespeitosa com as comunidades tradicionais, com a cultura ou mesmo com a limitação espacial. Tal assertiva não expõe que o ambiente, seja intocável.

De outro modo, ao se analisar o desenvolvimento, observa-se que, por um lado, há a exploração dos recursos naturais e, de outro, há a desigualdade social derivada desse processo de exploração, na qual o desenvolvimento ocorre de forma desigual. Os seus objetivos são propor uma melhora nas condições de vida das pessoas; ampliar as demandas para um mercado consumidor; engendrar na sociedade "necessidades desnecessárias"; acumular riquezas; etc. E, por outro lado, ele também é o inverso desse objetivo, pois é marcado pela desigualdade social, pelo aumento da pobreza, por uma parcela social que não consegue adentrar nos quesitos de "nação desenvolvida".

Para Silva a necessidade de pensar um novo modelo de desenvolvimento para o mundo pode ser compreendido quando se analisa que:

Na verdade, após um quarto de século de crescimento econômico acelerado persistem - e em muitos casos se agravam - a questão agrária, a depredação ambiental, a precária condição das minorias étnicas, dos imigrantes, entre outros, demonstrando a incapacidade do sistema

capitalista de resolver problemas vitais para a humanidade (SILVA, 2010, p.165).

A autora chama a atenção para o fato de que, até meados da década de 1980, o desenvolvimento era sinônimo de crescimento econômico e o sistema trabalhava para o aumento da acumulação. Na abertura ao pensamento neoliberal, o desenvolvimento volta a ser discutido e marca as sociedades com supressão de direitos sociais e ampliação da globalização do mercado, os quais incidem no aumento da produtividade e da lucratividade em detrimento da globalização da distribuição das riquezas socialmente produzidas.

Nesse aspecto, ressalta-se a importância do Clube de Roma que, em 1970, propôs soluções para os problemas relacionados às pressões demográficas que atingiam os recursos não renováveis. Dentre essas proposições destaca-se o estudo "Limites do Crescimento", o qual apresentou os efeitos danosos que o crescimento demográfico e econômico, de maneira descontrolada, poderiam causar ao planeta (FRANCO, 2008).

No entanto, essa proposta de controle de crescimento, que perdurou ainda por muitas décadas, foi amplamente questionada e considerada pessimista. Assim, durante o Painel em Founex⁴, países desenvolvidos e em desenvolvimento discutiram questões sobre problemas ambientais e o conceito de eco-desenvolvimento foi se tornando notável.

Para Silva (2010), é perceptível a leitura equivocada do Clube de Roma ao apontar a tese de que o aumento populacional contribuiria para a desigualdade e degradação do meio ambiente. Recaiá, portanto, sobre os países mais pobres, a carga de uma exploração ambiental, ao mesmo tempo em que as teses não consideravam que países mais ricos poluem mais.

A partir daí, com base no reconhecimento de que a degradação também decorre da forma de utilização dos recursos, não somente do crescimento populacional, foram surgindo propostas que apresentaram possibilidades de um desenvolvimento menos agressivo. Tais propostas foram muito discutidas durante a Conferência de Estocolmo, em 1972, "[...] que destacando os problemas da pobreza

⁴ Painel Técnico em Desenvolvimento e Meio Ambiente, realizado em Founex, na Suíça, de 4 a 12 de junho de 1971. Como preparativo para a Conferência de Estocolmo, foi onde se iniciou o relacionamento meio ambiente e desenvolvimento e onde surgiu o conceito de "ecodesenvolvimento" (FRANCO, 2008, p. 141).

e o crescimento da população, elabora metas ambientais e sociais centrando sua atenção nos países em via de desenvolvimento.” (FRANCO, 2008, p. 142).

Em 1983, a médica Gro Harlem Brundtland, mestre em saúde pública e ex-Primeira Ministra da Noruega, foi convidada pela ONU para estabelecer e presidir a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que ficou conhecida como Comissão Brundtland, em 1987. A Comissão publicou o Relatório de Brundtland – Nosso Futuro Comum, um documento inovador que traz o conceito de desenvolvimento sustentável para o mundo (RAMOS, 2009). Durante a elaboração do documento,

[...] a palavra "desenvolvimento" foi empregada por alguns num sentido muito limitado, como *o que as nações pobres deviam fazer para se tornarem mais ricas*, e por isso passou a ser posta automaticamente de lado por muitos, no plano internacional, como algo atinente a especialistas, àqueles ligados a questões de *assistência ao desenvolvimento*. [...] Mas é no *meio ambiente* que todos vivemos; o *desenvolvimento* é o que todos fazemos ao tentar melhorar o que nos cabe neste lugar que ocupamos. Os dois são inseparáveis. Além disso, as questões de desenvolvimento devem ser consideradas cruciais pelos líderes políticos que acham que seus países já atingiram um nível que outras nações ainda lutam para alcançar. Muitas das estratégias de desenvolvimento adotadas pelas nações industrializadas são evidentemente insustentáveis. E devido ao grande poder econômico e político desses países, suas decisões quanto ao desenvolvimento terão profundo impacto sobre as possibilidades de todos os povos manterem o progresso humano para as gerações futuras (CMMAD, 1991, p. XIII-XIV).

Pelo exposto, o desenvolvimento sustentável penetra o cenário internacional através do Relatório de Brundtland do final da década de 1980. O relatório é apresentado com uma leitura diferente do divulgado na Conferência das Nações Unidas sobre o Homem e o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, em 1972. o qual o termo utilizado se referia a uma compreensão quanto à problemática ambiental e estava focado no ecodesenvolvimento, expressando a problemática ambiental pela relação/exploração homem *versus* natureza. O fator econômico é expresso como "meta fim". Para Silva "Este evento, que marcou o ambientalismo mundial, foi convocado em razão da necessidade de discutir temas ambientais que poderiam gerar conflitos internacionais, [...] poluição da água, do ar e do solo" (SILVA, 2010, p.168).

O desenvolvimento sustentável requer que se criem possibilidades de se fazer mais com menos, aproveitando os recursos ao máximo e não os extraindo ao

máximo como se fossem infindáveis. Com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - CNUMAD -, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, o termo Desenvolvimento Sustentável fora consagrado como um "tipo ideal" de desenvolvimento a ser atingido. O relatório final da conferência descreve a incorporação do termo e solicita novas práticas:

a necessidade de uma NOEI, isto é, uma Nova Ordem Econômica Internacional⁵. Coerentemente, o relatório também é conhecido como Nosso Futuro Comum (*Our Common Future*). Estas três expressões, Desenvolvimento Sustentável, Nova Ordem Econômica Internacional e Nosso Futuro Comum, formam um tripé com a articulação e conjugação interna de propostas, cujo eixo central é a preocupação em garantir, em novas roupagens, uma continuidade sustentada do sistema (WALDMAN, 1992, p. 5).

Nesse aspecto, essa vertente que previu uma nova ordem para o sistema sem dúvida trazia no bojo das discussões direcionamentos que visavam a diminuir a degradação do meio ambiente. Porém, a ideia macro pode ser exposta como aquela que amplia o desenvolvimento do sistema capitalista, mas um desenvolvimento que passa a incorporar novas condições, dentre elas, a preocupação com a escassez dos recursos naturais, a inovação da preocupação com as gerações futuras e a perpetuação da espécie. Assim, o desenvolvimento sustentável não descarta o crescimento econômico, mas alia-se a práticas que respeitam os limites da natureza e dos seus ecossistemas.

O desenvolvimento sustentável é delimitado por uma conjuntura histórica que o liga com o desenvolvimento do capitalismo. Leff (2001) afirma que, na atualidade, o discurso da política neoliberal é o de explicitar que, através da lógica do mercado, não há contradição entre o crescimento econômico e o ambiente no qual esse crescimento acontece. Ao elencar essa falácia, o autor compreende a questão ideológica posta pelo pensamento neoliberal, a qual expressa os interesses do grande capital e que passa a incorporar o discurso da sustentabilidade sem, necessariamente, conhecer as particularidades locais da pauta alimentar das pessoas que vivem da agricultura. Assim, o autor propõe que o conceito deve ser

⁵A expressão Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI) é originária da década de 60, como resultado de diversos encontros promovidos pelos países do Terceiro Mundo. A construção de uma NOEI implicava na postura de contestação a um sistema que "faz mais ricos os ricos e mais pobres os pobres" (WALDMAN, 1992. p. 5).

minuciosamente estruturado e posto no debate para se evitar distorções ou simplismos.

Os termos sustentabilidade e desenvolvimento sustentável emergem como conceitos que marcam as últimas décadas do século XX, direcionando um novo olhar sobre a relação, já mencionada, do ser humano com os recursos naturais. Ora ocorre uma similaridade dos termos, ora há conotações diferentes, Isso se deve ao fato de que o conceito de sustentabilidade não é algo genuíno e nem pensado para o desenvolvimento.

A sustentabilidade significa que no processo evolucionário e na dinâmica da natureza vigoram interdependências, redes de relações inclusivas, mutualidades e lógicas de cooperação que permitem que todos os seres convivam, co-evoluam e se ajudem mutuamente para manterem-se vivos e garantir a biodiversidade. A sustentabilidade vive do equilíbrio dinâmico, aberto a novas incorporações, e da capacidade de transformar o caos gerador de novas ordens (LEFF, 2001, p.5-6).

No entanto, a sustentabilidade ganha força enquanto conceito possível de ser aplicado à lógica do desenvolvimento. Sachs (1993), por sua vez, vai expor que a sustentabilidade no sistema capitalista pode ser econômica, social, ambiental, territorial, cultural ou política. Cada uma dessas dimensões compreende especificidades da realidade e, portanto, significa que, longe de se pensar no desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico puramente, a sustentabilidade expressa que o desenvolvimento deve compor as condicionantes mencionadas. Com efeito, são essas condicionantes que traduzem o real anseio da sociedade, no que compete à manutenção da vida, ao respeito à cultura local, às construções políticas, às oportunidades econômicas, à relação do trabalho com a natureza e à manutenção do tecido social.

Essa compreensão possibilita uma diferenciação clara de que o desenvolvimento sustentável não tem o mesmo conceito do desenvolvimento proposto até a década de 1970, o qual se concentrava na preocupação com o processo de industrialização do país com ênfase na produção de mercadorias, extração de matérias-primas, degradação ambiental, sem direcionar as ações desenvolvimentistas para uma percepção sobre a questão ambiental.

O que se vê nesse processo é que a década citada já assinalava que o modo como o desenvolvimento estava ocorrendo trazia no seu bojo um rastro de

destruição ambiental, social e cultural. Deste modo, se as diretrizes para o desenvolvimento continuassem no mesmo patamar, acelerado e com forte degradação e exploração ambiental, a realidade encontraria maiores complicações no que diz respeito à poluição, ou mesmo, à escassez de recursos naturais.

O conceito de sustentabilidade, sob esse ângulo, é citado por Leff (2001) como uma mescla de duas racionalidades: a ambiental e a econômica, as quais, de certo modo, devem atuar conjuntamente. A racionalidade econômica é a mais difundida, pois atende às requisições do sistema. As duas racionalidades comportam a sustentabilidade em suas várias expressões e, no entanto, cada sustentabilidade apresenta um direcionamento limitado.

Corona afirma que a sustentabilidade apresenta rompimentos e dificuldades:

dimensionar eficazmente quando ocorrem as rupturas da sustentabilidade de um sistema é muito difícil, pois esta é relacionada com uma série de questões de ordem social, política e ética, as quais integram a construção da arena de negociações e arbitragens em que estão em disputas os pontos de vista dos diferentes atores sociais (CORONA, 2006, p.22).

Como afirma a autora, para se compreender a sustentabilidade, é necessário conhecer também quais são as limitações dessa temática, pois a "sustentabilidade dos sistemas é sempre relativa" (CORONA, 2006, p.21). Ela é dinâmica e mutável pela ação dos atores sociais, que são os agentes de transformação nas estruturas sociais.

De outra forma, Ruscheinsky (2003) vai ressaltar que, embora a sustentabilidade ganhe expressão mundial após a ECO/92 ela não é um termo novo e já era utilizada na agricultura do século XIX. Observa-se, também, que seus significados expressam diferentes interesses e interpretações. No entendimento do autor, o termo ganha na atualidade um simplismo e é utilizado para qualquer evento, marcando mais uma ideologia do capital e de sua expansão econômica, de mercados e de consumidores, do que uma construção que atenda de fato às necessidades sociais e humanas do desenvolvimento na relação mais equilibrada com o ambiente.

Por sua vez, as práticas diárias de milhões de pessoas em todo o mundo estão fundadas em padrões consumistas, de maneira que romper com esse processo requer uma nova racionalidade. Portanto, modificar tais práticas implica em

transformações de consciência, de mudanças de atitudes e de hábitos. Porém, como propor essas mudanças se o desconhecimento e o distanciamento em torno do que se produz e consome também atinge milhões de pessoas? Essa explanação reflete mais a questão da sustentabilidade do que do desenvolvimento sustentável. E, para Leff os termos são conceituados como:

O conceito de sustentabilidade surge, portanto, do reconhecimento da função de suporte da natureza, condição e potencial do processo de produção [...]. O desenvolvimento sustentável foi definido como "um processo que permite satisfazer as necessidades da população atual sem comprometer a capacidade de atender às gerações futuras" (LEFF, 2001, p.15-19).

A sustentabilidade condiz com o processo de produção, do social, da economia, da cultura e do ambiente. Na sociedade atual, essa produção envolve o que Beck (1944) chamou de "sociedade de risco", a qual deriva das ameaças produzidas pela sociedade. Neste sentido, alterar hábitos é uma premissa que entrelaça uma nova prospecção da sociedade, na qual o processo interdisciplinar contribui significativamente. Na sustentabilidade, esse processo conclama novos direcionamentos políticos, de legislações, de produção da vida material, do cotidiano e das novas transformações, que trazem à tona a questão ambiental como centralidade no debate contemporâneo, cuja racionalidade ambiental apreende as especificidades locais e o reconhecimento da limitação da natureza.

Aliás, a diferença existente na construção da racionalidade ambiental é que ela deve caminhar com o processo da sustentabilidade enquanto conceito macro, o qual, reconhece o ambiente em sua totalidade. Por sua vez, "A racionalidade econômica desconhece toda lei de conservação e reprodução social para dar curso a uma degradação do sistema que transcende toda norma, referência e sentido para controlá-lo" (LEFF, 2001, p. 23). De certo modo, com o advento da perspectiva neoliberal, o discurso da racionalidade ambiental está por vezes imbuído de uma ideologia distante da realidade e de uma culpabilização dos indivíduos pela degradação ambiental.

Assim, requer-se que a sustentabilidade tenha um equilíbrio entre a racionalidade ambiental e a econômica, além de algo, que leve em consideração a sociedade como um todo. Touraine enfatiza que no processo da modernidade ou da

alta modernidade o indivíduo “não é senão a unidade particular onde se misturam a vida e o pensamento, a experiência e a consciência” (TOURAINÉ, 1994, p.220). Partindo dessa perspectiva, o autor analisa a relação existente entre o indivíduo, o sujeito e o ator. Ele ressalta que o sujeito, a partir do vivido na realidade, é capaz de dar sentido pessoal a sua existência. Por sua vez, o indivíduo é a unidade particular que pensa, que sente e que tem consciência do que é. Já o ator é aquele que modifica a realidade a partir da apreensão do que realmente ele é na sociedade, bem como do que é capaz de modificar. Essa identificação é essencial para que ocorra a transformação do indivíduo em ator social.

O conceito de ator social, citado por Touraine (1994), contém uma dupla análise na relação de um conhecimento consciente de si mesmo e do outro. Esse conhecimento engloba as reais possibilidades de transformação, que o ator é capaz, baseando-se nas escolhas livres e nas estratégias que se utilizará, conforme já assinalado por Bourdieu (2001). No campo da racionalidade ambiental ou da econômica, é o ator social que, inserido no ambiente, apresenta as condições para desenvolver ou uma ou as duas racionalidades, pois incorre às regras do campo.

Desse modo, Leff (2001), ao comentar sobre o desenvolvimento sustentável, percebe a ação dos sujeitos nesse jogo e situa essa terminologia de desenvolvimento como um discurso que, às vezes, atende a uma lógica que reforça uma falsa ideia, ou seja, de um desenvolvimento sustentado que já incorporou uma mudança da racionalidade puramente econômica, para uma racionalidade que contém o fator ambiental como centralidade. O desenvolvimento sustentável, portanto, além da mencionada preocupação com as gerações futuras, busca “reconciliar os contrários da dialética do desenvolvimento: meio ambiente e o crescimento econômico” (LEFF, 2001, p. 26) que, ao longo dos séculos, trouxeram à tona uma nova sociedade, instaurando a era da modernidade.

Neste sentido, Sachs (1993) já assinalava que o ecodesenvolvimento⁶, ou o desenvolvimento socioeconômico equilibrado, é composto pela viabilização das dimensões econômicas, sociais, culturais, espaciais e ecológicas e/ou ambientais. Cada uma delas reflete a realidade de uma região. Em suma, o autor propõe que, ao longo de décadas, essas dimensões, sejam capazes de incrementar ações, que

⁶ Ignacy Sachs não utiliza o conceito do desenvolvimento sustentável por entender que o conceito está carregado de irregularidades nas suas traduções, como também é um rebatismo do ecodesenvolvimento e do desenvolvimento socioeconômico equilibrado.

tenham como centralidade planos e/ou programas de reconhecimento da relação ser humano e natureza.

As diretrizes para o desenvolvimento devem ser uma mescla da incorporação dessas dimensões com estratégias que ampliam a distribuição das riquezas, a mudança no estilo de vida, o melhor equilíbrio entre o campo e a cidade, o processo de descentralização da indústria, a melhor gestão dos recursos, tanto públicos como privados, entre outras. O quadro abaixo contém uma síntese de cada aspecto, elencado por Sachs (1993):

Aspectos de Viabilidade do Ecodesenvolvimento	Conceitos de Sachs
Social	Criação de um processo de desenvolvimento sustentado para uma sociedade justa pela geração de emprego e renda. Busca da qualidade de vida.
Ambiental/Ecológica	Avaliação da capacidade de recursos do planeta. Redução da poluição. Tecnologia para redução e/ou conservação de energia e de recursos naturais.
Econômica	Alocação eficiente dos recursos. Fluxos constantes de investimentos públicos e privados. Lucratividade
Cultural	Processos de desenvolvimento com raízes endógenas. Processos de mudanças na continuidade cultural. Geração e difusão de tecnologias adequadas e independentes para a busca de solução.
Espacial	Equilíbrio entre o campo e a cidade; repartição populacional sobre o território; métodos modernos na agricultura.

Quadro 1: Aspectos do Ecodesenvolvimento em Sachs

Fonte: Elaborado pelo autor com base em SACHS, In: **Estratégias de transição para o século XXI**. São Paulo: Nobel, 1993.

Todos os aspectos elencados por Sachs sugerem uma mudança de racionalidade, da qual Leff (2001) coaduna. Nota-se que a discussão que envolve o desenvolvimento sustentável abarca uma crítica quanto às formas apregoadas de desenvolvimento vigentes até a década de 1980.

O desenvolvimento sustentável trouxe ao cenário mundial uma grande indagação que, do fim da década de 1980 até o início de 1990, não se tinha elaborado, ou seja, pensar em um desenvolvimento prospectivo com

direcionamentos para décadas futuras, reconhecendo que o ambiente natural tem recursos finitos e que o sistema tem necessidade deles para se manter.

O desenvolvimento sustentável também diz respeito à questão alimentar, na proporção em que reconhece as várias dimensões da reprodução social. Dentro delas, o alimento assume uma singularidade: a manutenção da vida. É por isso que, dentro da lógica capitalista e urbana, ter condições de se alimentar é ter condições de possuir meios de prover a alimentação pela aquisição junto aos mercados fornecedores de alimentos. De outro modo, para assegurar essa certeza de garantia à subsistência para uma alimentação em quantidade, qualidade e regularidade, solicita-se que haja uma segurança alimentar e nutricional, da qual a agricultura familiar é um espaço impar.

2.3 AGRICULTURA FAMILIAR E SOCIEDADE MODERNA

2.3.1 Agricultor Familiar ou Camponês: conceitos que expressam a história do rural

A agricultura, tal como se apresenta na sua forma familiar, é fruto de um espaço-temporal afinado com o modo de produção capitalista e reflete um segmento social bastante amplo e heterogêneo. A agricultura familiar, ao mesmo tempo em que contempla um desenvolvimento para o espaço rural, que se pode chamar de moderno e/ou industrial do ponto de vista da mecanização da agricultura, também revela características de um período anterior, expressas por práticas e relações sociais do modo de vida camponês.

Deste modo, numa perspectiva teórica, a agricultura é um campo vasto de análise que representa um espaço de produção e de uma sociabilidade com características particulares de cada região. Os autores têm se dedicado ao entendimento sobre agricultura familiar quando ela é percebida pelas semelhanças e divergências com modo de vida camponês. Autores como Mendras (1978), Abramovay (2007), Wanderley (2000), entre outros, fazem um detalhamento das condições de vida das famílias que trabalham no espaço rural, visando a identificar se suas características se assemelham às de um camponês ou de um agricultor familiar moderno.

Nesse embate, há uma variável que fundamenta as análises da relação com o mercado. Essa relação, quando percebida por Mendras (1978) ao analisar o camponês e a lógica do trabalho do grupo familiar, é direcionada para o consumo do grupo e não realça necessariamente, o aspecto da venda para o mercado. Segundo o autor mesmo havendo uma interligação com o mercado não há uma descaracterização do camponês, haja vista as funções na lavoura serem desenvolvidas pelo grupo doméstico.

Mendras acrescenta que a coletividade do camponês está focada no grupo e nas relações de interconhecimento direcionadas à comunidade interna, sem, no entanto, estender-se para outras coletividades. Assim, o autor elucida que há uma diferenciação do aspecto das relações sociais do agricultor e camponês, expressando que:

O agricultor vive em uma sociedade industrial 'de massas', na qual as coletividades locais não têm mais autonomia do que outros grupos ou organizações (da qual ele também faz parte) e são o último degrau de uma rede político-administrativa (MENDRAS, 1978, p.14).

A conceituação de agricultor familiar, por sua vez, tem como fundamento as relações do modo de produção desenvolvidas na agricultura e na sua relação com o mercado e, por conseguinte, com uma coletividade mais ampla vinculada aos interesses do capital. Abramoway expõe que a forma camponesa no decorrer da história “permanece igual a si mesma no curso de sua secular existência” (ABRAMOVAY, 2007, p.110). Isso significa, para o camponês, que o modo de produzir e de gerir a vida no meio rural, não contém a necessidade de se atrelar ao mercado, o que difere do proposto para a agricultura familiar.

Wanderley (2000) compreende o camponês como aquele que surge antes do agricultor familiar, quando as formas organizativas condiziam a um grupo específico, o qual tinha como centralidade os laços de parentesco. Para a autora, há nítidas particularidades presentes entre as duas categorias e que lhes permite serem expressivas. Quando se analisa a sua relação com a sociedade global, suas ligações com a sociabilidade maior e externa ao meio e com a questão dos objetivos centrais para a atividade desenvolvida na agricultura, revelar-se-á se elas atenderão ao autoconsumo, à comercialização ou a ambas.

As análises de Mendras (1978) posicionam o camponês em dois momentos: o primeiro denota um modo que se desenvolve através de práticas ditas “primitivas”; o segundo o situa através do envolvimento com o mercado, permeado pelo sistema agrário e alimentar. Para o autor, há uma ligação que atrela essa produção ao autoconsumo, porém, pela dinâmica da sociedade moderna, essa relação pode sofrer transformações diante das respostas oferecidas às necessidades da família e da manutenção da propriedade.

O autor cita, ainda, que o camponês tem uma preocupação com a “unidade indissociável” (MENDRAS, 1978, p. 44), com o fortalecimento do grupo familiar e com a unidade maior (compreendida como a extensão da família para a comunidade doméstica, na qual se desenvolvem práticas de solidariedade, de ajuda mútua, de trocas de favores, em suma, de uma perspectiva de ação que foge à lógica de mercado, do lucro e da acumulação).

Nessa leitura, a terra (a propriedade) é percebida como um meio de vida e não como um capital, ou seja, ela é um meio quando utilizada para a produção alimentar e manutenção do grupo. Se há a necessidade de uma produção agroalimentar que atenda às exigências do mercado no campesinato, esse requisito externo pode ser descartado, pois o objetivo central do trabalho na agricultura não é o lucro obtido através da venda da produção e da exploração da mais-valia pelo trabalho assalariado, mas é, antes, as necessidades do grupo que escolhe como e o que será produzido.

A economia camponesa, como foi visualizada, apresenta uma dinâmica diferenciada da economia industrial ou capitalista em relação às condicionantes da manutenção desse modo, tais como: o lucro, o trabalho assalariado, a mercadoria como centralidade da produção e reprodução da sociedade. Essas características não se identificam quando se analisa o camponês, pois sua economia está fundada em atividades que não contemplam as especificações quantificáveis do sistema vigente.

A análise da economia camponesa não desconsidera o consumo, pois ele é central. Todavia, o consumo está ligado à produção alimentar, ao desenvolvimento do grupo e à manutenção da relação social entre o grupo e a comunidade. As estratégias utilizadas pelo camponês visam a reproduzir a sua lógica de consumo e a propor alternativas de sobrevivência da unidade indissociável, na qual o consumo é expresso na perspectiva do autoconsumo do grupo.

Por outro lado, quando ocorre a entrada do camponês no mercado, a questão do autoconsumo é a parte mais atingida. Mendras (1978) aponta que nesse processo de afinidade com o mercado a agricultura camponesa encontra uma diminuição da quantidade de alimentos para o grupo em detrimento da parte que vai para o mercado e que atende a interesses específicos do capital.

Para Mendras (1978), o camponês não é um modelo conceitual que se propaga na agricultura familiar. Para o camponês, o patrimônio (entendido como a porção de terra que lhe pertence), a mão de obra e a racionalidade econômica continuam voltadas para o grupo. No caso da agricultura familiar, a racionalidade difere, pois o lucro e a geração de renda fundiária atende ao grupo e também aos interesses do capital, do mercado e do valor atribuído ao dinheiro.

A economia camponesa se expressa pela relação com a economia envolvente e daí resulta a necessidade de entender o dinheiro como mecanismo de troca: “o dinheiro não tem valor na economia camponesa, porque não serve para nada no seu funcionamento cotidiano” (MENDRAS, 1978. p 50). Ele é apenas um meio para o camponês e pode, a qualquer momento, ser dispensado, pois a lógica racional camponesa não o contempla. O dinheiro só tem valor na economia envolvente. Por essa especificação, o camponês mantém uma autonomia ante a lógica capitalista.

Evidencia-se que o campesinato é uma forma de organização da agricultura centrada na família e na produção para o autoconsumo. Na sociedade capitalista, o modo de produção contém a mercadoria como centralidade. Portanto, falar de um segmento social, que pode ou não fazer parte do sistema, cria a “falsa impressão” de que se está falando de um modo de “produção paralelo”, quando, na verdade é exposta a autonomia do camponês. Neste sentido, Abramovay ao comentar a racionalidade do camponês, expressa a como incompleta:

[...] porque seu ambiente social permite que outros critérios de relações humanas (que não os econômicos) sejam organizadores da vida. É por esta razão que não pode ser dispensada a contribuição decisiva da antropologia clássica, que via os camponeses membros de uma *sociedade parcial*, com uma *cultura parcial*. Parcialidade, no caso, não é isolamento, mas a capacidade de estruturar a vida em torno de um conjunto de normas próprias e específicas. Vida em comunidade, vínculos personalizados não só entre os indivíduos [...], mas entre agentes sociais com lugares antagônicos na hierarquia social, regras coletivas determinantes do uso dos fatores produtivos e do consumo, mais que um tipo econômico, o camponês representa, antes de tudo, um modo de vida (ABRAMOVAY, 2007, p.111).

A fundamentação do autor, ao mencionar a racionalidade econômica do camponês, está em encontrar nas condicionantes não quantificáveis, expressas pelo capital, as diretrizes para a organização do campesinato. Deste modo, percebe-se que o campesinato está direcionado com o modo de ser do agricultor, do seu trabalho na agricultura, de como ele concebe a relação com o mundo externo, da sua economia e da sua organização secular. Ser, portanto, um agricultor, na perspectiva do camponês, não significa pontuar as ações em trocas mercadológicas.

Neste sentido, as considerações de Wanderley (1979), na década de 1970, expressam que, no caso da agricultura familiar, a forma de organização do sistema capitalista requereu essa nova configuração para agricultura. Para a autora, o camponês, ao perder o direito absoluto sobre a terra (sua propriedade), que no processo capitalista fora transformada em propriedade privada, passa a ser um mero vendedor de sua força de trabalho para o capital.

O foco da discussão da autora é a partir de uma análise da renda fundiária em Marx. Assim, através do capitalismo, a agricultura assume uma postura central na formação do proletariado e, no caso em destaque, do proletariado agrícola. Tal conclusão é proposta tendo em vista que a propriedade se torna privada, ou seja, há um direito sobre a terra e esse direito não é mais do camponês. Essa leitura concretiza-se pela existência de um capitalista no meio rural. Mas não o capitalista no sentido apregoado no processo da industrialização, do dono da empresa, mas na perspectiva do dono da terra, a qual se torna capital. Wanderley chama a atenção para o fato de que:

Ao 'penetrar' na agricultura, o capital encontra uma classe que, por razões históricas (modos de produção anteriores), detém o monopólio sobre a terra. Esta classe não será o agente do capital, mas, pela sua posição social - de proprietários da terra, elemento essencial para que se realize a produção agrícola - está em condições de impor certas exigências para que o capital possa ser investido no setor (WANDERLEY, 1979, p.22).

A análise da autora reforça a necessidade de uma tipologia para o mundo rural, ou seja, um modelo que atenda às necessidades do grupo familiar, às exigências do capital e à questão agroalimentar preponderante. Dito isto, é notável que, à respeito da produção no modelo camponês, por exemplo, ela não tem a necessidade de obedecer a uma lógica de mercado. Se a produção atende às

necessidades do grupo, o trabalho atinge seu objetivo-fim. Assim sendo, não há exploração do trabalhador, no que compete a sua subordinação aos interesses do proprietário da terra, posto que ele é o dono dos meios de produção. Com a introdução do capital na agricultura, a terra passa para um viés de acumulação de riquezas e fonte de geração de renda, cujo o capital é o agente ativo.

Portanto, dessa lógica do capital como agente ativo, resulta um direcionamento da autora na década de 1990 que reconhece que o agricultor não é somente um mero vendedor da força de trabalho, conforme exposto acima. O agricultor familiar congrega em suas atividades a relação entre a propriedade e o trabalho. Dessa relação, resulta certa autonomia, a qual propicia que o agricultor tenha condições de se adaptar às constantes modificações e não se restrinja a características do assalariado rural.

Embora a compreensão da autora tenha percorrido um direcionamento divergente da década de 1970 na compreensão da relação do surgimento da propriedade privada com o camponês, a questão da sobrevivência do grupo familiar continua como central, e a questão fundiária se volta para a reprodução da família. Todavia, a autora acrescenta que a agricultura familiar é um conceito amplo e multifacetado. A agricultura familiar, na concepção de Wanderley (2000), não é mais sinônimo de pobreza no campo, mas uma agente que atua na realidade do meio rural.

Para Mendras (1978), como para Abramoway (2007), ao analisar a agricultura familiar, o modo de produção camponês atinge um processo de degradação de sua essencialidade. Os autores chamam a atenção para a organização voltada exclusivamente para o grupo. A manutenção do grupo desconsidera a necessidade de um contato direto e permanente com o mundo externo. Limitam-se, assim, as relações sociais para um grupo menor, no caso, a família. Por outro lado, a agricultura familiar, tal como a conhecemos na atualidade, é um segmento estratégico na organização do sistema capitalista e atua sobre um leque de possibilidades que expressam a sua interação direta com os interesses de mercado.

As transformações no meio rural são expressas por Wanderley (2000) a partir de uma análise que percebe o desaparecimento das sociedades camponesas. Esse fator conclama que a lógica imposta pelos processos de industrialização e urbanização da sociedade moderna não abarcam o tipo de reprodução social desenvolvida no campesinato. Todavia, um cuidado é necessário quando se

menciona o desaparecimento das sociedades camponesas. Esse suposto "desaparecimento" deriva de uma análise que percebe que o modo de vida camponês não é preponderante em relação à organização das atividades no meio rural. Disso resulta o reconhecimento de que podem conviver no mesmo espaço da agricultura familiar práticas do campesinato.

A autora expressa que, diante do processo de constituição da sociedade moderna a dicotomia entre o campo e a cidade, entre o meio rural e o urbano, ficou condicionada ao desaparecimento, do camponês tradicional, aquele que atende às características elencadas por Mendras (1978).

Em termos de análise, embora se discuta a agricultura familiar como um conceito vigente na lógica do mundo moderno, na qual o meio rural é parte significativa, o termo em si é alvo de considerações, pois não consegue exprimir a gama de situações que se encontram no meio rural.

Entretanto, o termo "agricultura familiar" não consegue abarcar toda a heterogeneidade verificada entre os agricultores assim denominados; tampouco pode ser utilizado para designar a agricultura de pequeno porte, praticada por produtores que têm e exploram uma área de terra pequena; muito menos pode ser usado com sinônimo de agricultura tradicional, convencional, ineficiente, atrasada ou mesmo pobre (GARCIA; BUAINAIN, 2013, p. 138).

É pertinente ressaltar que o conceito de agricultura familiar não contempla as complexas relações sociais que se encontram no meio rural. Ademais, como uma categoria que pretende ressaltar a forma familiar predominante no mundo rural, a agricultura familiar assume uma papel importante, pois representa uma forma organizativa que abarca a forma camponesa. Além disso, ela traduz um arranjo que compreende uma intencionalidade de resistência ante o modo de produção dominante, focado na emergência global de uma racionalidade moderna, industrial e desenvolvida.

Portanto, os conceitos de camponês e agricultor familiar não são sinônimos e carregam significados próprios. Eles expressam conceitos diferentes de um mesmo processo - o do trabalho realizado no meio rural pelo grupo familiar. Os conceitos condizem com estruturas sociais e momentos históricos distintos, mas permanecem em diferentes sociedades. A emergência do processo de industrialização trouxe ao meio rural um reconhecimento das potencialidades de desenvolvimento focado,

primeiramente, no fator econômico. Deste modo, o meio rural foi percebido como um fornecedor de matérias-primas e de produção alimentar para a indústria e para os centros urbanos. Neste sentido, as análises de Wanderley (2000) enfatizam as particularidades do rural no Brasil ao expressar a importância dada ao urbano, com o qual o rural se vincula. O agricultor encontra na cidade (no centro urbano) os serviços básicos. "Seu habitante deve sempre deslocar-se para a cidade se quer ter acesso ao posto médico, ao banco, ao Poder Judiciário e até mesmo à Igreja paroquial." (WANDERLEY, 2000, p. 32).

Diante do exposto, a questão que surge é entender qual a necessidade de se diferenciar os conceitos de agricultura familiar e camponesa. A resposta, se é que pode ser dada de imediato, engloba diversos fatores com características internas (da agricultura, do ruralidade) e externas (da ação do Estado, dos mercados, da relação urbano - rural). Para efeito deste trabalho, considera-se a categoria de agricultor familiar por entender que no Brasil ela se consolidou tanto nos discursos dos movimentos sociais, como nas políticas públicas. Compreende, ainda, essa categoria o camponês e/ou o nosso caboclo.

Dito isso, a agricultura familiar no Brasil, enquanto uma delimitação da ruralidade, é recente. A delimitação conceitual do termo exprime a interferência do Estado, no que compete à organização do grupo rural e do direcionamento de políticas públicas para o meio. A Lei nº 11.326/2006 compreende o agricultor familiar através de quatro fatores: a) predomina o trabalho familiar; b) não possuam mais de 4 módulos fiscais de terra (quantidade esta que difere conforme a região do país); c) tenha a renda prioritariamente das atividades desenvolvidas na lavoura; d) dirija o empreendimento com sua família.

2.3.2 Agricultura Familiar e Sociedade Moderna: possibilidades de Desenvolvimento no Meio Rural

A modernidade não é um conceito simples, único e imutável. Ela deriva de condições presentes na história e apresenta como princípio uma nova racionalidade. A modernidade está fundamentada no processo de industrialização, com transformações das forças produtivas e com a centralidade do urbano como *locus* do desenvolvimento.

O processo dicotômico gerado pelo advento da modernidade expressa antagonismos entre o suposto mundo “desenvolvido” e o “atrasado”, em geral, ligados ao urbano e ao rural, ao mundo industrializado e o não industrializado respectivamente. Essa visão do conceito de desenvolvimento levou, em um primeiro momento, a uma modernização centrada no crescimento econômico e sem preocupações com a questão ambiental.

Giddens (1991) explana que a modernidade inaugura um novo sentido para o processo de sociabilidade, o qual foi iniciado na Europa e se estendeu ao longo do tempo por diversas regiões do mundo. Esse novo sentido propõe como os homens passam a agir na realidade objetiva, a partir da racionalidade centrada nos pressupostos que embasam a instrumentalidade necessária ao modo de produção vigente, realçando a importância do conhecimento produzido pela ciência e pela tecnologia.

Sobre a modernidade, Beck (1944) propõe uma análise elencando o conceito de individualização proposto na era moderna e o analisa sob a égide daquilo que ele conceitua como modernização reflexiva. Há nesse processo dois momentos: o primeiro é delimitado pela desincorporação dos modos de vida anteriores ao período da modernidade; o segundo é delimitado pela reincorporação dos modos de vida da sociedade industrial. Apesar disso, o autor destaca o autor que ambos ocorrem o que denota o caráter dinâmico da sociedade. Ao mesmo tempo, ela incorpora novos modos de vida e contempla o mundo anterior, o qual não é mais preponderante.

Nesse processo que percebe o "novo" e o "velho", ora interagindo, ora se distanciando, há a presença latente do conhecimento, um tipo de entendimento da sociedade e das suas dinâmicas que compreende o conhecimento em bases científicas. Portanto, a mudança de paradigmas de como se produz o conhecimento na modernidade firma um período que transcende barreiras culturais, geográficas, de espaço e de tempo, além de reforçar aspectos fundados no modo de produção capitalista. Touraine comenta que a modernidade, ao iniciar um novo tempo, caracteriza se como: “antitradição, a derrubada das convenções, dos costumes e das crenças, a saída dos particularismos e a entrada no universalismo ou ainda a saída do estado natural e a entrada na idade da razão” (TOURAINÉ, 1994, p.216).

Aliás, a racionalidade moderna "funda a sociabilidade entre os homens, impõe-lhes uma forma determinada de relações sociais, que é a relação de troca especificamente capitalista" (GUERRA, 1999, p. 93). De outro modo, a

racionalização caracteriza a ideia do homem moderno como aquele que usa a razão e considera o que a ciência produz de “verdade”. A “verdade”, nesse contexto, é entendida como aquilo que a ciência pesquisou e que passou por um crivo metodológico e de análise. Desta forma, ela tem uma validade porque pode ser testada e colocada à prova.

O advento da modernidade é primeiramente uma busca pelo domínio dos processos naturais, através da ciência e das tecnologias e pela valorização da historicidade. A esse respeito, Giddens comenta que:

Devemos ser cuidadosos como o modo de entender a historicidade. Ela pode ser definida como o uso do passado para ajudar a moldar o presente, mas não depende de um respeito pelo passado. Pelo contrário, historicidade significa o conhecimento sobre o passado como um meio de romper com ele - ou, ao menos, manter apenas o que pode ser justificado de maneira proba. A historicidade, nos orienta primeiramente para o futuro. O futuro é visto como essencialmente aberto, embora como contrafactualmente condicional sobre linhas de ação assumidas com possibilidades futuras em mente. Este é um aspecto fundamental do "alongamento" tempo-espaco que as condições da modernidade tornam possível e necessário. (GIDDENS, 2001, p. 56)

Para tanto, as análises do autor sobre a historicidade reconhecem o papel fundamental do conhecimento da História - enquanto disciplina que apreende o vivido – como também permite que essa compreensão seja ampliada, criticada, enfim, seja racionalmente analisada. Somente a partir desse posicionamento é que a historicidade torna-se algo viável para a humanidade, pois, ao retornar para o passado, fá-lo com uma prospecção de materializar um futuro.

Dois conceitos surgem dessa relação: um, que afirma que sem história não existe futuro, como diz um jargão popular “o homem sem história é morto”, e outro que, ao adicionar o sufixo *dade*⁷ ao substantivo história, modifica-o para um adjetivo, com sentido de ação, atitude, o que denota uma ligação com a modernidade, a qual incorpora a historicidade como mecanismo de modificação das relações sociais.

Dessa forma, quando se menciona o termo modernidade está se reportando também ao surgimento da ciência e do desenvolvimento da sociedade, a partir de um progresso científico que atinge todos os segmentos sociais. A história também é objeto da ciência. Bachelard (1971) comenta a importância da ciência, a qual age

⁷ Sobre o uso e significado do sufixo *dade* na Língua Portuguesa ver a dissertação de mestrado de Lizângela Simões, apresentada em 2009.

como perita e, portanto, o que estiver fora deste campo é reconhecido como misticismo, sendo considerado como não verdadeiro. Compete submeter os fatos aos métodos da ciência, conduzindo ao que hoje se chama de conhecimento científico.

No processo de modernização, a centralidade da vida social está no âmbito da produção industrial e nos centros urbanos. Assim, a agricultura passou a ser percebida como um espaço secundário que, inicialmente, não atendia às exigências da modernidade, ficando à margem dos objetivos iniciais do crescimento econômico e industrial marcados pela emergência das cidades, contrapondo-se ao ambiente rural, até então majoritariamente vigente.

Nesse aspecto, Giddens (1991) menciona que a sociedade passou e passa por períodos de descontinuidades, mas nenhuma dessas descontinuidades foi tão fortemente enraizada e transformada do que a promovida pela modernidade. Assinala-se que o conhecimento científico contribuiu essencialmente para a descontinuidade moderna, pois, a ruptura de modos de vida tradicionais, expressos na agricultura, por exemplo, promove modificações pelo processo da industrialização e modernização desse modo de produção. O autor enfatiza que, embora a modernidade tenha contribuído para rupturas fundamentais, algumas formas de vida social permanecem como outrora, porém não são as hegemônicas, como é o caso do camponês.

Nessa trama discursiva, o processo de modernização trouxe ao debate aspectos inovadores, tanto nos processos técnicos, como na tecnologia, os quais desconsideravam a agricultura tradicional e/ou modo de vida camponês, tidos como "atrasados". Para Furtado (1979), o desenvolvimento surgido no século XVIII modificou a economia global e trouxe à tona novas formas de produção. Nesse período, tem-se o aumento da produtividade em detrimento das formas tradicionais até então vigentes. Então, a produtividade emerge visando a aumentar riquezas, ampliar a economia, atrelando diretamente a reprodução social à lógica industrial e criando, assim, um distanciamento entre a coisa produzida e os recursos econômicos provenientes dessa produção.

É oportuno observar que a agricultura familiar tem sido um universo repleto de antagonismos e contradições. Ao mesmo tempo que congrega o processo tecnológico e produtivo da modernidade, desenvolve algumas práticas que se assemelham ao que Mendras (1978) enfatiza como aspectos do campesinato, como

o respeito à coletividade, as relações de interconhecimento, a centralidade da família e o autoconsumo.

Há uma relação entre a sociedade moderna e o desenvolvimento. Essa relação é marcada pela dependência que se constrói a partir de uma ideologia de desenvolvimento, a qual é instável, dinâmica e temporal. Resulta dessa leitura uma máxima: “que a sociedade moderna é desenvolvida”, e o que não estiver dentro dos ditos “preceitos de desenvolvimento” não faz parte da modernidade e, conseqüentemente, é considerado "arcaico", "obsoleto" ou mesmo "atrasado".

A propósito, existe uma linha transversal que percorre a agricultura familiar e que atinge as suas particularidades. A essa linha dá-se o nome de desenvolvimento. No que tange a esse tema, a sua relação com a segurança alimentar e nutricional, da qual a agricultura é parte, ocorre, pelas políticas de SAN, pelo autoconsumo e pelo entendimento do assegurar alimentação, conforme as preferências culturais.

3. SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: UM DEBATE CONTEMPORÂNEO

3.1 A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL COMO UMA POLÍTICA PÚBLICA PARA O MEIO RURAL

A temática da segurança alimentar e nutricional é um tema recente no debate nacional. Desde, a década de 1990, o governo tem buscado (através de programas e políticas de desenvolvimento para esse meio) mecanismos não somente para saciar a fome, a inanição e a desnutrição alimentar, mas iniciativas que primam por uma segurança alimentar que dê garantias de qualidade dos produtos, de distribuição, de mecanismos de acesso aos alimentos e, principalmente de um desenvolvimento local focado na agricultura familiar.

Embora se discuta a segurança alimentar e nutricional, há que se perguntar: de que tipo de segurança se está falando? Esta indagação faz jus ao período compreendido pelas duas grandes Guerras Mundiais, onde o conceito de segurança alimentar e nutricional é percebido como uma problemática, instaurada pela questão da fome e da impossibilidade de um país manter a sua soberania alimentar. Com a centralidade dos interesses bélicos, o mal endógeno às suas fronteiras - a falta de alimentos - fez com que a questão da segurança alimentar tomasse forma como uma questão de interesse do Estado.

A dimensão da noção de insegurança alimentar, no contexto da satisfação das necessidades humanas básicas, ganha uma nova tessitura, onde, às assimetrias entre renda e preços dos alimentos somam-se fragmentações e subversões de práticas e hábitos alimentares tradicionais em nome de um novo padrão "standard" de dieta associado à modernidade da vida (...) sacrifícios à soberania alimentar das nações pela via da subordinação econômica dos Estados pobres e subdesenvolvidos às nações centrais do capitalismo (JUNIOR; FILHO, 2008, p.17).

A temática, portanto, da segurança alimentar e nutricional se alinha com a questão da agricultura, até porque a produção alimentar remete ao alimento proveniente do cultivo da terra. Em atendimento a essa interpretação, no ano de 1943, ocorreu a I Conferência Internacional, que teve como objetivo discutir a agricultura e a produção de alimentos. Diante do debate apresentado na

Conferência, a segurança alimentar toma um caráter de direito humano, com propostas para direcionar o acesso à alimentação para todos.

Um marco da questão alimentar no período posterior a II Guerra Mundial foi a criação da FAO (*Food and Agriculture Organization*) em 1945, uma instituição responsável por contribuir para a concretização do que fora proposto, no que compete à alimentação e a seu acesso. Três anos mais tarde, após a instituição da FAO, é criada a Organização Mundial da Saúde (OMS). Ambas as instituições congregam como preocupação central o "combate à fome no mundo contemporâneo" (MALUF, 2011, p. 51).

Através da Conferência, a alimentação é reconhecida como um direito humano. Premissa que é reforçada pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948. Frisa-se que, no período analisado, a perspectiva do desenvolvimento buscava o equilíbrio da economia no pós II Guerra Mundial. Declarou-se "que a causa primeira da fome e da desnutrição era a pobreza" (MALUF, 2011, p.51), e seria esta, portanto, "o mal a ser combatido".

Mas, como combater a pobreza, se ela se estrutura a partir de um sistema fundado, em um desenvolvimento desigual? Essa desigualdade, quando analisada por Smith (1988), revela-se marcada por disparidade quanto ao acesso aos bens e serviços socialmente produzidos, os quais fundamentam o próprio sistema. A dicotomia, portanto, existente entre o conceito de riqueza *versus* pobreza, é contraditória e dependente no sistema capitalista.

Assim, essa premissa vale tanto para as coisas, como para o processo ideológico do desenvolvimento, o qual expõe a todos uma ânsia de atingir o mais alto grau. Esse processo é orientado pelo modelo eurocêntrico e norte-americano, no qual o consumo sempre renovado e ampliado é o foco central. Portanto quando se atinge um nível, já existem outros níveis a serem atingidos.

A pobreza pode ser analisada sob este prisma, ou seja, o do desenvolvimento desigual. Ela é acirrada a partir do desenvolvimento e fundamentada na desigualdade da sociedade capitalista. O'Connor (2003) analisa que o desenvolvimento é desigual e combinado e, por conseguinte ao mesmo tempo em que gera a riqueza gera a pobreza. O desenvolvimento desigual é apresentado como aquele que pode:

ser definido en términos económicos y socioeconómicos (relaciones entre estado y economía, y relaciones entre clases sociales y economía, respectivamente) [...] formas económicas, sociales y políticas, características de regiones " desarrolladas", con las formas que se encuentran en regiones " subdesarrolladas" (o entre la ciudad del campo) (O'CONNOR, 2003, p.3).

Entende-se, assim, que a perspectiva combinada do desenvolvimento é também a responsável pela disseminação de um tipo de desenvolvimento que, como afirma o autor, deve ser similar senão idêntica com o proposto para as regiões ditas "desenvolvidas". Nesse debate, a questão da fome emerge como uma derivação da pobreza, percebida aqui como condizente ao sistema capitalista e ao desenvolvimento desigual e combinado. George expõe que "os grupos aproveitadores da pobreza que gera a fome tentam manter o *status quo* entre o mundo do rico e do pobre" (GEORGE, 1978, p.23), aumentando a desigualdade entre as regiões e oportunamente gerando mais pobreza. Isso reforça a relação existente entre a pobreza e a fome.

Se hipoteticamente ocorre a total ausência do conceito de pobreza, poderia se cogitar que não haveria condições para a existência da fome. Essa leitura aponta que não seria correto cogitar essa possibilidade, posto que a questão da fome denota não somente as condições de conseguir saciá-la, mas também, os aspectos da produção, do acesso e do mercado. Para tanto, essas condições expressam fatores econômicos, sociais e culturais que, presentes em cada realidade, revelam peculiaridades de como cada sociedade se organiza em torno da alimentação.

O Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), da Organização das Nações Unidas (ONU), aprovado em 1966, reforça os aspectos citados, apontando que é necessário um direcionamento que reforce as potencialidades inerentes a cada fator elencado. No artigo 11 do referido Pacto, está contida a busca para garantir a alimentação como direito para as sociedades dos Estados membros, bem como a organização de mecanismos para os regimes agrários fortalecerem a agricultura.

Deste modo, a relação entre agricultura e segurança alimentar se faz estritamente necessária. Para Corona (2003), as décadas de 1960 e 1970 são reconhecidas como um período em que a "Revolução Verde" se instaura, dinamizando e propondo mudanças nas esferas da produção e nas relações entre

os agricultores, mercado e Estado. Assim, assegurar alimentação no meio rural passou a depender de fatores externos impostos pela ideologia do desenvolvimento. A mecanização da agricultura, o uso de agroquímicos industrializados, o encurtamento dos ciclos reprodutivos das plantas e animais, entre outros aspectos, definem o processo de modernização e da racionalização necessária para assimilar todas essas transformações.

A alimentação entra de forma mais ampla na lógica do mercado e o acesso a ela fica dependente da obtenção de valores monetários, oriundos da inserção do alimento - mercadoria. Consequentemente, a modernização da agricultura ensejada requeria o fortalecimento de produtores e consumidores, no e para o mercado. O alimento -mercadoria é, então, percebido pela relação da demanda, do acesso e do consumo.

A questão da segurança alimentar também esteve presente na Cúpula Mundial de Alimentação, em 1996, organizada com a presença de 180 nações. Ela concluiu que a preocupação mundial era com a fome e a subnutrição, propondo reduzir até o ano de 2015 o número de pessoas subnutridas. Da cúpula resultou a Declaração de Roma e o Plano de Ação da Cúpula Mundial de Alimentação. Ambos os documentos congregam diretrizes que primam por políticas locais, regionais e comunitárias para o desenvolvimento da segurança alimentar.

A segurança alimentar como política pública amplia o conceito originário (de suprir a fome puramente) e prima pelo reconhecimento das potencialidades locais e regionais, visando a garantir a produção, reservas alimentícias e a sociabilidade de comunidades rurais. Em pleno mundo globalizado, onde as incertezas e inseguranças atingem todos os setores da vida humana e da sociedade, garantir a segurança de alimentação de qualidade passa a ser um grande desafio.

A questão da segurança alimentar e nutricional no Brasil tem como base as análises de Josué de Castro, da sua obra "A Geografia da Fome", de 1946. O referido autor trouxe uma contribuição que mesclou o entendimento da fome sob a perspectiva dos alimentos com baixo teor nutricional. Esse fator permitiu ampliar a visão de que a pauta alimentar é delimitada por questões culturais, do tipo de alimentos que determinado grupo consome, pelo acesso a alimentos mais baratos e pela questão geográfica. A crítica do autor é direcionada para o processo de industrialização de que o país estava sendo objeto, o qual, não conseguia sanar a fome do população.

Silva e Takagi (2004) expressam que o conceito de fome está fundamentado na questão estrutural do país, em como ele organiza sua política e no processo de produção e redistribuição de renda. De um modo conciso os autores colocam a fome na centralidade de um debate político, o qual se apresenta insuficiente para saná-la, pois direciona uma tipologia de desenvolvimento que aumenta as expressões de desigualdade social e econômica. "A fome é a consequência da pobreza, mas é também sua causadora, pois compromete a construção da cidadania e das gerações futuras, que sofrem as mazelas de um desenvolvimento humano prejudicado." (SILVA; TAKAGI, 2004, p. 48).

O tema da segurança alimentar e nutricional é proposto no Brasil como uma possível política pública pelo chamado governo paralelo. O governo paralelo atuou como uma oposição qualificada ao governo de Fernando Collor de Mello. Suas reivindicações foram manifestadas nos mais diversos setores da sociedade e envolveram instituições, movimentos sociais, campanhas e atividades que representavam a postura do Partido dos Trabalhadores. Tais reivindicações visavam a refletir as demandas da sociedade brasileira, bem como refletir sobre as necessidades em torno de diversos aspectos da vida social, com ênfase no acesso à alimentação. De acordo com Belik "Com a criação do Governo Paralelo em 1989, o PT iniciou também várias discussões sobre o que seria uma política de segurança alimentar" (BELIK, 2011, p.22).

Nesse enfoque, Maful (2011) explana que, com criação do Fórum Brasileiro de SAN, em 1998, há uma preocupação da sociedade civil em torno da questão da insegurança alimentar. Para autor, a SAN no Brasil está delimitada por dois momentos distintos. O primeiro data da década de 1990 e estava localizado no acesso ao abastecimento alimentar. No segundo, a alimentação foi percebida enquanto diretriz contributiva para o desenvolvimento social, reconhecendo que as expressões da questão social (a pobreza, a desigualdade social e a fome) fossem colocadas na agenda política para evitar a insegurança alimentar.

A insegurança alimentar é percebida por Silva e Takagi (2004) não como sinônimo de fome. Tal assertiva permite compreender aquilo que Castro (1946) já assinalava, ou seja, que o consumo de alimentos com baixo teor de calorias não supre a necessidade humana para manter a qualidade de vida. É como pensar na obesidade e entendê-la como sinônimo de pessoa saudável. Isso, todavia, é uma proposição demasiada equivocada, posto que a obesidade é motivo de preocupação

de organismos de saúde no mundo todo, porque, de certo modo, também reflete a insegurança alimentar.

Para Junior e Filho:

a noção de (in) segurança alimentar e nutricional irrompe do contexto da pobreza e fome onde, por simplificação foi aprisionada. Ela se assenta nos espaços dos requerimentos primordiais para o pleno desenvolvimento da pessoa humana, onde, qualquer falha significa risco iminente à vida (JUNIOR; FILHO, 2008, p.4).

A insegurança alimentar percorre todas as sociedades. Ora ela é percebida pela ausência de condições favoráveis aos alimentos (de acesso, de produção, do clima) aos alimentos, e ora pelo consumo de alimentos que não contêm os nutrientes necessários para ter qualidade de vida.

Assegurar a qualidade dos alimentos em um mundo cada dia mais artificial é uma tarefa que compromete diversas profissões e a sociedade como um todo. Nessa mesma proposição, a agricultura familiar tem sido um dos espaços que, pela própria dinâmica social e ambiental do meio, é capaz de produzir e comercializar alimentos com mais segurança e com menos utilização de substâncias químicas. Ao mesmo tempo, ela produz em pequena escala, o que pode melhorar o processo de acompanhamento e qualidade.

Valente (2012) ao analisar a questão de segurança alimentar e nutricional no período do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), explana que algumas conquistas do período anterior ao referido governo, como, por exemplo, a criação do I Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional, em 1993, que atuou como órgão de consulta para a Presidência da República nos assuntos sobre a fome e a miséria no país. Essas instâncias foram extintas por uma posição política que percebia a questão da SAN como entrave à questão tarifária e como uma possível barreira para União Européia, atendendo à postura neoliberal imposta.

A SAN é uma política de intencionalidades. No Brasil, ela está estruturada, primeiramente, sob a égide governamental e se desenvolve através dos planos de governo. Neste sentido, o Programa Fome Zero - PFZ, instituído em 2001 pelo primeiro governo Lula, marca uma nova postura política para a SAN, porque contempla em seus objetivos e ações a redução da pobreza e a garantia de alimentação básica, além de defender o direito a três refeições diárias. O

instrumento utilizado para o acesso à alimentação o cartão alimentação disponibilizava um valor de R\$ 50,00 para as famílias que tinham renda mensal inferior a meio salário mínimo. Heck ao comentar o Fome Zero, menciona a necessidade e importância social do referido Programa.

O programa Fome Zero atinge e trata fundamentalmente dos mais pobres entre os pobres, aqueles que tradicionalmente, para as elites e os conservadores, estão no lixo da história e que, para grande parte da esquerda histórica, não contam para a revolução, porque estão fora da produção e do mercado. Está é a primeira e grande novidade (HECK, 2004, p.93).

O PFZ trouxe ao cenário nacional uma política de SAN focada no processo de abastecimento alimentar. Porém, com a representatividade das organizações da sociedade civil presentes no II Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CNSAN, em 2004, ocorre um avanço nas ações que primam pelo direcionamento da SAN e do Programa Fome Zero, no sentido de que tal programa pode, em longo prazo, contribuir para desenvolvimento social das famílias beneficiárias.

O desenvolvimento social, dentro do conceito mais amplo do desenvolvimento, é um condicionante que carrega as ações de um desenvolvimento econômico. Deste modo, é como se afirmasse que o social se desenvolve na medida em que possua condições econômicas para que isso ocorra.

Como analisado anteriormente, existe uma contribuição significativa do Estado para a gestão e elaboração de políticas públicas com foco no desenvolvimento. A SAN, nessa linha de raciocínio, organiza-se no Brasil como uma política de governo. O ano de 2006 é marcado pela aprovação da Lei 11.346/06 que institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN. Ela é sendo um marco no reconhecimento da questão alimentar no país. Uma das diretrizes centrais da referida lei menciona a importância da diversidade econômica, social, cultural, regional e ambiental do país. O seu Art. 3º explicita que essa lei:

consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

O SISAN congrega as estruturas das três esferas do governo, da sociedade civil, das entidades privadas com ou sem fins lucrativos (associações, ongs, Oscips) que tenham como premissa o trabalho com a segurança alimentar e nutricional. Como percebido, a questão da SAN, ao ser abordada por todos esses segmentos, amplia a perspectiva de uma política pública com direcionamento intersetorial.

Esse reconhecimento atende também às quatro dimensões da segurança alimentar e nutricional, elencadas por Silva e Takagi (2004) para que se expresse o conceito de uma vida saudável com segurança alimentar e nutricional. As dimensões perfazem o alimento como centralidade da vida humana, pois a vida não existe se não há alimentos em quantidade e qualidade suficientes para todos. A ausência deles faz o conceito de fome se sobressair e é justamente isso que a política da SAN quer evitar.

DIMENSÃO	PRINCIPAIS DIRETRIZES
Quantidade	Consumo mínimo de calorias, proteínas e vitaminas;
Qualidade	Consumo de alimentos que sejam nutritivos; Alimentos corretamente manuseados, embalados e armazenados; Com validade adequada; Que atendam às normativas regulamentadoras dos organismos de fiscalização e vigilância sanitária;
Regularidade	Acesso à alimentação no mínimo três vezes ao dia;
Dignidade	Condições de acesso aos alimentos em locais próprios, com segurança alimentar que evite o consumo de alimentos coletados em lixões, nas ruas e demais espaços impróprios; Condições de adquirir os alimentos que se quer consumir, que fazem parte da pauta alimentar particular;

Quadro 2: Dimensões da SAN

Fonte: Elaborado pelo autor com base no texto: Fome Zero: política pública e cidadania. De José Graziano da Silva e Maya Takagi.

A política de segurança alimentar em vigência no país estende a dimensão da segurança para o desenvolvimento local ao proporcionar que a agricultura familiar seja um dos campos de incidência dessa política, juntamente com outras formas de

organização da sociedade, responsáveis pelos processos de produção, distribuição, acesso e consumo de alimentos.

No Brasil, a alimentação como um direito social é bem recente e data do ano de 2010, com a aprovação da ementa constitucional nº 64, pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados. A referida ementa altera o artigo 6º da Constituição federal, e acrescenta a alimentação no rol de direitos sociais asseguradas pela Carta Magna. O reconhecimento da alimentação como um direito social é de extrema importância, não somente por ela ser essencial à vida humana, mas também por englobar uma perspectiva política que compreende formas de organização do Estado e da sociedade civil para garantir que tal direito seja efetivado.

Deste modo, percebe-se que a política de SAN tem uma abrangência nacional e local, sendo que cada uma dessas esferas compreende programas e planos que a afirmam enquanto uma política pública de relevância mundial. No local, o foco está nas potencialidades que podem ser estruturadas através de ações governamentais e da sociedade civil. O governo através de programas executa a política pública de SAN numa linha que preconiza o desenvolvimento de comunidades rurais e reconhece esse espaço como responsável pela produção alimentar.

Segundo Almeida *et al* (2006), o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA - e o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE - têm sido fontes de execução de segurança alimentar local. A política de SAN, ao desenvolver os programas expostos, redireciona a questão da alimentação para além do foco produtivo. Ela congrega a dinâmica rural nas esferas produtivas, sociais, culturais e ambientais. De certo modo, a relação entre a SAN e o aspecto multifuncional da agricultura familiar estão interligados.

A MFA, enquanto "instrumento de análise dos processos sociais agrários que permite enxergar dinâmicas e fatos sociais obscurecidos pela visão que privilegia os processos econômicos" (CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009 p. 48-49), contempla a promoção da SAN tanto para as famílias que vivem no rural, quanto para a sociedade de um modo geral.

4. MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR E A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

4.1 A CONTRIBUIÇÃO DA MULTIFUNCIONALIDADE PARA A SAN

A temática da segurança alimentar e nutricional marca um período da sociedade moderna, o qual expressa como a questão alimentar tem passado por constantes inseguranças, não somente pela escassez de alimentos, como também pela qualidade dos alimentos, no que diz respeito ao o processo produtivo, à utilização de agroquímicos, à comercialização e ao consumo em condições de higiene. Essas condicionantes denotam que o ato de se alimentar na sociedade moderna é objeto de questionamentos, que exprimem a distância existente entre o ato da produção e o momento do consumo alimentar.

Para tanto, a análise da SAN é necessária para a agricultura e nesse enfoque da agricultura familiar, por ser um espaço que, segundo o CENSO agropecuário de 2006, é responsável por 70% da produção alimentar do país. Segundo o mesmo documento, a agricultura familiar está presente em 84,4% de todos os estabelecimentos agropecuários, em uma área que ocupa 24,3% de todo o território nacional.

Nesse universo complexo, chamado agricultura familiar, que ocupa uma parte significativa do território do Brasil, mesclam-se formas tradicionais e modernas da agricultura. Ambas são reconhecidas pela política de SAN, que visa, ao incentivo e ao respeito à cultura, ao desenvolvimento local e social e ao desenvolvimento em bases sustentáveis. Por isso, a relação entre a agricultura familiar e o desenvolvimento sustentável é apresentado neste trabalho. A agricultura, ao mesmo tempo que contempla o desenvolvimento, concebe-o respeitando a sua realidade e dinâmica. Ela pode incrementar ou deixar de fazer qualquer iniciativa que, por exemplo, iniba a pauta alimentar das famílias, que é o tipo de produção que elas cultivam.

Para Corona (2003), a existência de formas diferenciadas na agricultura permite compreender que o processo de modernização, mesmo que hegemônico não eliminou as formas tradicionais. O saber camponês continua tendo importância nas estratégias da agricultura familiar e, portanto, não pode ser desprezado. De outro modo, entendia-se que o processo de mecanização da agricultura expresso

como sinônimo de desenvolvimento, ou, mais propriamente, como crescimento econômico, eliminaria as formas tradicionais da agricultura, pois estas não responderiam às demandas impostas pelo mercado e, portanto, cunhava-se uma visão do agricultor como “não desenvolvido” ou mesmo “atrasado”.

De fato, no sentido dado primeiramente ao desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, parecia não ser possível abarcar a realidade da agricultura numa conjuntura familiar. O mercado sempre exigente solicita produção em série e em quantidades compatíveis com as demandas, no estilo fordista de produção. Atualmente, a produção de alimentos na esfera pós-fordista é apresentada por Bonano (1999) como atrelada aos nixos de mercado, os quais atendem às demandas por produtos diferenciados, não necessariamente voltados para suprir a fome humana.

O desenvolvimento que se preconiza através da política de SAN leva em consideração o desenvolvimento das famílias (econômico e social). Ao mesmo tempo, ela visa a incrementar as condições de escoamento da produção, financiamentos e programas ligados à agricultura, tais como o PAA, PNAE e Pronaf. É parte significativa da lei a valorização da cultura local, da biodiversidade, da saúde. Assim, a lei contempla aspectos essenciais da vida no ambiente da agricultura familiar e suscita uma produção sustentável.

Nessa perspectiva, a política da SAN contribui para o desenvolvimento da agricultura familiar, pois suas diretrizes norteiam programas, projetos e ações que levam em consideração as dimensões ambientais, culturais, regionais, econômicas e sociais, visando a garantir o direito à alimentação.

A multifuncionalidade da agricultura familiar complementa e permeia o direito à alimentação através dos três conceitos básicos que retratam o aspecto multifacetado e complementar da própria agricultura. Os aspectos ambientais, sociais e produtivos interagem no meio rural, de maneira a realçar a agricultura como um espaço único e essencial para a manutenção de milhares de pessoas em todo o mundo.

Os (sub) conceitos que formam o macro conceito da MFA denotam uma compreensão holística da realidade na qual está imersa a agricultura. A compreensão da produção de alimentos é um processo que transforma o ambiente, modifica a natureza e desenvolve outras representações da própria natureza humana. Marx (2003) comentava que o homem, ao transformar a natureza, também

sofre um processo modificador da própria realidade social. A leitura proposta aqui é de empreender apontamentos sobre como se constrói a multifuncionalidade no aspecto social da agricultura familiar.

O aspecto multifuncional da agricultura familiar (MFA) percebe o alimento para além da mercadoria. Com efeito, ele faz parte de um processo de relações sociais. Cazella; Bonnal; Maluf (2009) explanam que o enfoque da multifuncionalidade é uma inovação para pensar a agricultura, pois compreende a interação entre o homem, o território e a reprodução social. Eles analisam a agricultura sob múltiplas funções. Entre elas, a de proteção do meio ambiente, a segurança alimentar e o patrimônio cultural. Essa compreensão totalizante enfatiza o reconhecimento de que o espaço rural é muito mais que produção de alimento. Ele é, antes, um espaço de sociabilidade e de desenvolvimento.

O enfoque da MFA abrange categorias que são, para Bonnal e Maluf (2009, p.72). conceituadas como “não produtivistas” e que reforçam o aspecto da sociabilidade na agricultura. Temas como o da própria segurança alimentar, são grifados pelos referidos autores como emergentes no âmbito rural. Eles incidem sobre como se dará a formulação de políticas públicas e como o grupo familiar realiza a sua produção. Tudo isso é feito e pensado sob o princípio de que cada território tem suas especificidades e que os aspectos produtivos, sociais e ambientais (a multifuncionalidade) ao serem observados, traduzem uma realidade singular.

Por outro lado, o espaço rural, onde as famílias convivem e produzem suas vidas é um território delimitado por fronteiras geográficas e culturais. Esse território revela como, e de que modo essas famílias se organizam em torno da produção alimentícia e como se dá o acesso e intervenção das políticas públicas *in loco*. Assim, a agricultura, no âmbito da MFA, aponta para as questões culturais, sociais, econômicas, englobando a questão territorial.

A Política Pública de SAN, que se desenvolve pela perspectiva da intersectorialidade, ou seja, o trabalho que envolve a questão da segurança alimentar e nutricional, engloba políticas de geração de emprego e renda, de saúde e de assistência social. A intersectorialidade amplia a possibilidade de que as quatro dimensões da SAN sejam desenvolvidas na sociedade.

Para Bonnal, Maluf e Cazzela (2009) o território pode ser definido a partir de ações do Estado, como as ações voltadas para controlar a produção ou para

destinar recursos para desenvolver a economia local. Território também significa o *locus* da ação coletiva e, portanto, é produto das interações sociais como um componente essencial na criação de laços sociais. Essa última conceituação reflete que na agricultura familiar a noção de território abrange o espaço físico e simbólico, pois ocorre em um mesmo território a produção material e imaterial da agricultura.

Contudo, a MFA congrega e não pode deixar de contemplar a questão alimentar: "a segurança alimentar é aqui considerada nos sentidos da disponibilidade e acesso aos alimentos e o da qualidade destes. [...] a importância da produção voltada para o autoconsumo" (BONNAL; MALUF; CAZZELA, 2009 p. 50), haja vista que a alimentação é parte essencial para a vida.

Garantir a condição de se alimentar, tem sido um campo de vastas intervenções, no qual se envolvem as questões teóricas, práticas, econômicas, sociais e políticas. Neste sentido, o Brasil, desde o pacto Internacional sobre direitos econômicos, sociais e culturais, ocorrido em 1966, demonstrou uma preocupação com a questão alimentar. Porém, não reconheceu naquele momento a alimentação como um direito humano, vindo a realizar tal ato somente em 1992.

De outro modo, observa-se que a produção de alimentos no Brasil tem dois lados distintos. De um lado, vê-se a expansão das monoculturas, reflexo da segunda revolução agrícola analisada por Foster (2005), a qual é a responsável pela mecanização da agricultura, através do uso de insumos agroquímicos e alteração genética de plantas e animais. O outro lado envolve a agricultura familiar, que resiste à lógica do capital e dos impérios alimentares⁸ voltados para a geração de lucro. Ela mantém "particularidades" que contribuem com a reprodução social da vida no rural. A agricultura familiar busca a geração de renda, mas acoplada ao desenvolvimento da família e da comunidade.

Atualmente, a política pública de SAN está presente em todos os Estados da União. Ela apresenta discussões nas esferas locais, municipais, estaduais e nacional, cujas considerações mostram como ela deve ser gerida. As conferências sobre SAN, por exemplo, desenvolvem-se abordando as condições regionais e visam a atender e propor alternativas contra a insegurança alimentar que assola

⁸ O termo se refere à existência de grandes corporações, empresas, indústrias que atuam com a manutenção de alimentos, que são, como termo afirma, impérios alimentares detendo a hegemonia de determinado segmento alimentar. Ploeg (2008) faz uma análise do tema, revelando-o com a oposição para agricultura familiar, a qual tem uma produção que atende aos interesses do grupo familiar.

milhões de pessoas no Brasil. Essas atividades, onde participam sociedade e poder público, atuam como verdadeiras arenas de exposição de opiniões, fatos, análise de diretrizes e propostas de inserção via políticas públicas e ações governamentais com foco na manutenção da vida em suas diversas expressões.

5. ABORDAGEM METODOLÓGICA: O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

Não é muito correto, do ponto de vista da estética da escrita e das normas que regem um trabalho científico, começar uma discussão com uma citação direta. Porém, como se está tecendo considerações sobre a pesquisa e sobre a metodologia do trabalho, a citação de Minayo (1994), sobre a importância da pesquisa social, é fundamental. Segundo a autora, "a pesquisa social é sempre tateante, mas, ao progredir, elabora critérios de orientação cada vez mais precisos" (MINAYO, 1994, p.13). A partir dessa análise é que se formam os critérios que embasam a delimitação, não somente do tema, mas também, de como se aproximar da realidade, para então se estruturar uma pesquisa propriamente dita.

Os critérios, por sua vez, visam a dar confiabilidade ao que está sendo pesquisado, ao mesmo tempo que delimitam o objeto, em um recorte de tempo, com especificações de sujeitos e de materiais (bibliografias, documentos, etc). Esse recorte, se é que pode ser assim exposto, não é sinônimo de reducionismo ou de diminuição da quantidade e da qualidade a ser pesquisada (sujeitos, amostragem, referências, etc.). Mas se trata de um critério da pesquisa científica que aspira a compreender a realidade social na sua singularidade, no espaço e tempo a ela inerente, cuja dinâmica cotidiana é permeada por uma construção do social a partir das intencionalidades dos homens.

É, portanto, nesse espaço empírico, delimitado estrategicamente por ações dos homens, que o pesquisador encontra não somente o objeto e os sujeitos de sua pesquisa, mas as expressões multifacetadas de uma mesma questão social as quais podem ser apreendidas na realidade genuinamente formada por uma historicidade concreta.

Analisar temáticas que envolvem a questão da agricultura familiar requer que se reconheça, antes, os segmentos sociais que compõem a construção da sociedade moderna. Talvez seja esse um dos espaços que mais sofreu modificações no decorrer da emergência do capitalismo e das suas ideologias para o desenvolvimento econômico e industrializado.

A pesquisa que se apresenta nesta dissertação encontra amparo nas leituras fundamentadas de autores que discorrem sobre os temas: da agricultura familiar, do

desenvolvimento do conceito macro e nas suas tipologias (sustentável, rural, local e territorial) e da segurança alimentar e nutricional. Esse compêndio permite que se aproxime de uma teoria que alicerça o debate que a pesquisa requer, além de aprofundar, o melhor método para se chegar aos dados que expressam a realidade na compreensão da SAN, como contribuinte para o desenvolvimento local e parte essencial e fundamental da agricultura familiar.

O campo da pesquisa é um universo marcado pelo contraditório, no qual os sujeitos históricos, ao construírem a sua realidade, agem como atores sociais. Ao mesmo tempo em que eles transformam a realidade são por ela modificados, em uma linha que intercruza tipologias do desenvolvimento e perpassa as dimensões do global e do local.

Nesse ambiente, o agricultor familiar está presente no debate maior do desenvolvimento, sendo agente ativo desse processo. Na esfera local, ele delimita como a agricultura é incorporada ao mercado. O agricultor familiar reconhece que o desenvolvimento, enquanto diretriz, é pensado na lógica econômica, na qual, estrategicamente, ele pode congrega a ampliação de potencialidades para a concretização dessas diretrizes.

Nesse contexto, olhar a agricultura nas suas múltiplas dimensões requer posturas metodológicas, com métodos mais abrangentes, de maneira a revelar fatores que permitam um diálogo entre realidade empírica e a fundamentação teórica/científica. Portanto, o trabalho de campo é pensado com vistas a captar na realidade os objetivos da pesquisa e congrega uma parte essencial da pesquisa social. Segundo Neto o trabalho de campo oferece muito mais que somente uma base empírica. Ele é “uma possibilidade de conseguirmos não só uma aproximação com aquilo que desejamos conhecer e estudar, mas também de criar um conhecimento, partindo da realidade presente no campo” (NETO, 1994, p.51).

Complementariamente, a relação entre as partes integrantes dessa atividade técnica denota que a produção do conhecimento é parte de um todo, que se materializa na sociedade. Todavia, um recorte desse todo é necessário quando a pesquisa solicita um objeto com características mais específicas. A amostra geral da pesquisa contempla o universo de 24 famílias (na introdução desse trabalho

constam os critérios para a seleção da amostra) da comunidade da Península⁹ Ilha do Cavernoso, localizada no município de Candói/Paraná.

A Península do Cavernoso apresenta uma realidade social marcada pela produção de alimentos (frutas, especialmente), sendo reconhecida municipal e regionalmente por esse perfil. Além do que, é uma comunidade de assentamentos de Reforma Agrária, oriunda de um Projeto de Colonização do INCRA, na década de 1980, que contempla como pano de fundo a existência da hidroelétrica de Itaipu.

No tocante à pesquisa, ela foi estruturada em fases. A primeira orientou-se pela busca das famílias de agricultores residentes na comunidade que comporiam os critérios já citados na introdução do trabalho. Nota-se que, como a comunidade está situada em uma península do alagado da Usina do Salto Santiago, existem algumas famílias que vivem às margens desse alagado e/ou tem casas ali, e, no entanto, não são agricultores. Portanto, não foram contemplados nem no rol geral das 79 famílias e nem na amostragem das 24 famílias, pois se entende que não apresentam as características de agricultura familiar. Para Minayo e Sanches:

Esta não é uma questão apenas técnica, relacionada à definição do tamanho da amostra; não é uma questão meramente estatística ou para deixar para o estatístico resolver. Pesquisadores experimentados na área das ciências humanas (aqui incluindo as ciências da saúde) não podem ignorar, e muito menos esquecer, que as questões de amostragem são parte integrante das questões gerais de desenho da investigação (MINAYO; SANCHES, 1993, p.242).

A escolha desse percentual partiu de uma análise prévia de que das 79 famílias, 46 já fazem uso do PAA¹⁰, ou seja, pelo menos uma política de SAN já está implantada na comunidade. Como o objetivo central deste trabalho é o de compreender a contribuição da SAN para o desenvolvimento da agricultura familiar, a amostra foi identificada em dois momentos: no primeiro, identificou-se as famílias que fazem uso do PAA (com os números 1 a 46, sendo que desse total fora retirado aleatoriamente doze números que representaram a amostra). O segundo momento congregou o universo das famílias restantes, identificadas com os números 47 ao 79, dos quais se retirou 12 famílias.

⁹ O significado da palavra península difere de ilha. Segundo o Mini-dicionário Aurélio: península: sf. Porção de terra cercada de água por todos os lados, menos um.

¹⁰ Dado encontrado junto ao Programa Mesa Brasil do SESC/Guarapuava e reafirmado pela associação de agricultores da comunidade.

Surge uma indagação: Por que 12 famílias de cada grupo e não toda a comunidade? A resposta a essa indagação compactua com o posicionamento de Minayo, que expõe que “o investigador separa, recorta determinados aspectos significativos da realidade para trabalhá-los, buscando interconexão sistemática entre eles” (MINAYO, 1994, p.18). No caso deste estudo, essa interconexão é a SAN e a sua relação com o desenvolvimento da agricultura familiar. A escolha das famílias foi pensada a partir do posicionamento das páginas 24 e 25 deste trabalho.

Na fase seguinte, ocorreu o emprego do formulário de pesquisa, o qual trouxe uma visão sobre a composição da pauta alimentar, da compreensão de segurança alimentar e nutricional e as contribuições da multifuncionalidade da agricultura familiar para os sujeitos.

Procurou-se, primeiramente, analisar a composição familiar e a origem étnica dos responsáveis pela propriedade. A partir da questão cultural e étnica, é possível compreender como a pauta alimentar é construída. Portanto, o método que permeou esta pesquisa foi o de compreender a realidade na sua singularidade e na dinâmica familiar tal como ela se apresentou. O que se observa nesse sentido é o método que o pesquisador utiliza para realizar este trabalho.

o trabalho não se realiza sobre coisas ou sobre objetos, como acontece em outras áreas do saber; dá-se, ao contrário, com pessoas e, mais ainda, com base numa intercessão partilhada entre o usuário e o profissional, na qual o primeiro contribui para o processo de trabalho, ou seja, é parte ativa desse processo (LEWGOY; SILVEIRA, 2007, p. 239).

Assim, é sobre as pessoas encontradas na sua realidade, na vivência mais genuína das particularidades humanas, que a pesquisa ocorreu. Estendendo-se ora aos domicílios, ora à lavoura, ora à colheita de alguma roça, ora à sombra de uma árvore, dentre outros espaços que marcam o cotidiano desse universo amplo e heterogêneo chamado agricultura. Sob este ângulo, o método é uma diretriz que o pesquisador se utiliza para pautar o seu trabalho.

A pesquisa é direcionada por um método e, no entendimento de Silva e Menezes (2005), a escolha de um único método pode não ser a melhor forma de compreender a realidade, a qual é composta por infinidades de expressões que requerem diversos métodos. "O ideal seria você empregar métodos, e não um método em particular, que ampliem as possibilidades de análise e obtenção de

respostas para o problema proposto na pesquisa" (SILVA; MENEZES, 2005, p.28). Para tanto, o método que direciona a pesquisa concentra-se em uma abordagem quantitativa e qualitativa, com dados representativos.

Os métodos orientam a análise da pesquisa, ou seja, revela como os dados coletados serão analisados e apresentados. Ao propor uma análise quantitativa, a pesquisa não discorda do viés qualitativo, mas, ela aproxima uma compreensão de que a partir da quantidade (de dados oriundos da realidade), uma análise qualitativa se constrói.

Os dados não são coisas isoladas, acontecimentos fixos captados em seu instante de observação. Eles se dão em um contexto fluente de relações, são "fenômenos" que não se restringem às percepções sensíveis e aparentes, mas se manifestam em uma complexidade de oposições de revelações e de ocultamentos. É preciso ultrapassar sua aparência imediata para descobrir sua essência (CHIZZOTTI, 2005 p. 84).

Portanto, é nessas oposições de interesses, fruto da liberdade dos indivíduos, de ocultamentos de fatos, situações diversas e de informações, que a pesquisa acontece. Os dados empíricos, vistos desse modo, não são compreendidos sem uma análise do autor sobre esta totalidade envolvente. Portanto, a representatividade das 24 famílias compõe o objetivo geral do trabalho.

As considerações de Orso (2003), por sua vez, expressam que não é no mundo das ideias, nem da aparência e nem da essência, mas sim no homem, enquanto objeto e sujeito da história, que está centrado o conhecimento. Ele parte de uma análise que percebe o sujeito em sua totalidade e em seu cotidiano. Assim, denota-se a relação do ator social e do sujeito que trabalha com o rural, o qual tem uma relação direta com o mercado e com as concepções do desenvolvimento. É sobre a agricultura familiar presente no século XXI, em uma região que prepondera esse segmento, que a pesquisa encontrou um cotidiano marcado pelo antigo e pelo atual.

Para tanto, em Deslandes (1994), o conhecimento da realidade da pesquisa é apreendido com mais qualidade quando o pesquisador tem certa afinidade com a temática. "A forma de justificar em pesquisa que produz maior impacto é aquela que articula a relevância intelectual e prática do problema investigado à experiência do investigador" (DESLANDES, 1994, p.42). Nesse aspecto, essa afinidade pode ser

compreendida pelo processo de vivência na agricultura familiar pelo pesquisador, o qual viveu por 18 anos no assentamento da Colônia São João Batista, em Candói/PR.

A pesquisa, portanto, é uma mescla de intencionalidades sobre uma situação problema que aproxima teoria e realidade, em uma leitura em que ambas se complementam. A escolha de um instrumento de pesquisa está fundamentada no direcionamento que a pesquisa requer. Para que isso ocorra, utilizou-se de um formulário adaptado, da V turma do doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná (CORONA *et al*, 2006), visto que as questões do referido instrumento versam sobre a construção de um diagnóstico da agricultura familiar. A estrutura do formulário contempla questões que versam sobre: o arranjo familiar, a produção agroalimentar, o acesso aos serviços e/ou programas de saúde, a educação, a comercialização da produção e de programas de segurança alimentar e nutricional, dentre outros.

O formulário foi organizado visando a identificar aspectos sociais, ambientais, produtivos e econômicos que, presentes na agricultura familiar, podem direcionar programas para o desenvolvimento local e/ou ampliar novas políticas para o segmento, com vista a manter a sustentabilidade da agricultura familiar, respeitando o seu aspecto multifuncional.

A partir da realidade vivenciada, os indicadores expressam uma dinâmica social que acompanha e depende diretamente de políticas voltadas para a agricultura familiar. Isso donde requer que o agricultor tenha condições de acessar essas políticas e dar prosseguimento aos programas de desenvolvimento rural.

Os dados coletados foram organizados e trouxeram visibilidade à questão alimentar e nutricional da comunidade, bem como ao desenvolvimento adjacente a esse processo. O formulário de coleta de dados está estruturado em oito tópicos. Esses tópicos tratam da identificação do grupo familiar, perpassando pelas condições do domicílio, pelo acesso aos serviços e/ou políticas de atenção básica, pela utilização da área e produção. Além disso, eles compreendem um panorama geral das atividades desenvolvidas na propriedade rural, bem como o manejo e conservação do solo, a assistência técnica e como é utilizada a mão de obra na propriedade.

O formulário contempla um rol de questões. Essas questões apreendem as dimensões da quantidade e tipos de alimentos produzidos, assim como a renda

anual bruta e o tipo de financiamento. Por sua vez, o item seis questiona sobre as estratégias utilizadas pela família para evitar frustrações na lavoura.

No item sete, o formulário faz um mapeamento das mudanças ocorridas na propriedade ao longo do tempo de moradia de cada família, realçando aspectos de aumento, diminuição ou permanência da área destinada à lavoura, à pastagem, ao uso de agrotóxicos/químicos, à diversidade de espécies nos rios, dentre outras. O último item (VIII) questiona sobre o acesso às políticas públicas de SAN, trazendo o PAA, o PNAE e o Programa Bolsa Família como centrais para a temática da alimentação e do desenvolvimento para a agricultura familiar.

Após a tabulação dos dados, o critério para a análise centrou-se em identificar como e de que modo a segurança alimentar e nutricional contribuiu para o desenvolvimento da comunidade. Desse modo, o alimento é percebido pela produção, financiamento, comércio, qualidade, quantidade e renda proveniente do alimento comercializado. Nota-se, todavia, que o desenvolvimento apreendido nessa análise não tem foco direcionado unicamente para o fator econômico, pois se fosse essa a compreensão, o discurso sobre a sustentabilidade do desenvolvimento, apreendida tanto por Sachs (1993), como por Leff (2001), perderia o sentido da dimensão ampla do desenvolvimento apregoado desde a Rio/92.

conceito de sustentável apreende que naquele território as comunidades, as famílias e os municípios tenham condições de manter suas atividades (econômicas, sociais, ambientais e culturais) em patamares que assimilem a real dinâmica do espaço e sejam respeitadas, conforme Sachs (1993) assinalava, as múltiplas dimensões do ecodesenvolvimento.

De outro modo, sem a participação social da sociedade civil e a integração das três esferas de governo (federal, estados e municípios) não há como concretizar estratégias de desenvolvimento, posto que, como impera a lógica de descentralização, esse processo é necessário.

Segundo o Art. 3º, do Decreto de 25 de fevereiro de 2008, são critérios para um território ser reconhecido como Território da Cidadania:

- Ser Território Rural, conforme Programa desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA);
- Índice de Desenvolvimento Humano (IDH);
- Concentração de agricultores familiares e assentamentos da reforma agrária;
- Concentração de populações quilombolas, indígenas e de pescadores;
- Número de beneficiários do Programa Bolsa Família;
- Número de municípios com baixo dinamismo econômico;
- Ruralidade;
- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB, s/p).

Para tanto, o município de Candói apresenta, conforme já exposto, agricultura familiar, assim como assentamentos de reforma agrária e comunidade com população quilombola. No que diz respeito aos assentamentos, a comunidade Península Ilha do Cavernoso apresenta seu histórico marcado pelo processo de modernização do Brasil, com ampliação das fontes de energia para dar viabilidade à industrialização do país, a qual se intensificava na década de 1970. Nesse contexto, emerge a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, na divisa do Estado do Paraná com o Paraguai, na conhecida tríplice fronteira (Brasil-Paraguai-Argentina).

A Península do Cavernoso foi marcada pela era desenvolvimentista, não na perspectiva de acesso ao desenvolvimento econômico (proposto pelo governo militar pós-golpe de 1964, conhecido como o "milagre brasileiro", no governo do general Médici) mas sim nas consequências negativas dele. Muitos dos atuais¹¹ agricultores eram ilhéus que viviam nas ilhas do Rio Paraná, sustentando-se basicamente da

¹¹ Existe na comunidade uma parcela significativa de agricultores que não são ilhéus. São agricultores que adquiriram as terras em anos posteriores ao surgimento da comunidade. Normalmente compraram as propriedades.

pesca e de poucos cultivos de subsistência. Com a subida das águas para formar a represa do lago de Itaipu, eles foram forçados a sair das referidas ilhas que, mais tarde, foram totalmente cobertas pelas águas. A única alternativa que os ilhéus tiveram foi acampar às margens do Rio Paraná, no intuito de forçar o Estado a resolver essa situação, o que, de imediato, não aconteceu.

É pertinente mencionar que a construção da hidrelétrica iniciou-se em 1974, porém somente no ano de 1984 ela começou a gerar energia. No período citado, na década de 1980, o Brasil caminhava rumo a um governo democrático e, aproveitando essa possibilidade, os ilhéus se organizaram em comissão para reivindicar uma solução quanto à desapropriação que haviam sofrido. O Governo Federal propôs assentar as referidas famílias na região do município de Guarapuava-PR, no PC - Projeto de Colonização Oficial do INCRA, hoje pertencente ao município de Cândói - PR.

Analisar, portanto, como ocorre a dinâmica alimentar (produtiva, distributiva, de acesso e de consumo) da agricultura familiar na comunidade elencada, suscita um olhar direcionado para as expressões culturais, econômicas e ambientais, nas quais a região está imersa. Nesse cenário, a busca centra-se em esmiuçar como e de que modo essa dinâmica interfere no processo de desenvolvimento da comunidade ante as exigências mercadológicas, e em como a agricultura familiar, através da política de SAN, desenvolve-se nesse meio.

Para Coca (2011), os ilhéus tinham uma estrutura de produção diferente da que encontraram na Península do Cavernoso:

O uso que eles faziam de seus territórios não objetivava o lucro, mas apenas a garantia de sua reprodução social. Eles se orgulhavam de não fazer uso de implementos químicos para aumentar a produção, já que prezavam pela convivência harmônica com o meio ambiente (COCA, 2011, p. 150).

Nesse enfoque, a comunidade analisada está localizada a uma distância de 50 quilômetros da sede do município e possui 1.172 hectares de extensão. As famílias que residem na comunidade desenvolvem suas atividades na agricultura, com raras exceções de pluriatividade¹². No município há cinco assentamentos,

¹² A compreensão de pluriatividade utilizada neste estudo parte de Schneider (2001, p. 3), ao expor que: "pluriatividade é entendida como uma estratégia de reprodução social da qual se utilizam as

produtividade e acesso ao mercado. Nesse debate, os métodos para identificação dos meios de vida utilizados pela agricultura familiar apontam uma série de fatores que não são, necessariamente, quantificáveis, do ponto de vista da renda e da questão econômica.

A abordagem dos meios de vida, nas palavras de Ellis (2000), contempla o que foi visualizado na comunidade em estudo. Tal abordagem, oriunda da Inglaterra, deve ser capaz de expressar a diversidade de estratégias que os agricultores utilizam para suportar as crises, além de identificar as redes locais que visam à diminuição da pobreza no meio rural. Dentre essas estratégias, está a diversificação da produção.

Na pesquisa, evidenciou-se que a diversificação da produção é um indicador encontrado na maioria das famílias estudadas. Ao questionar: quais são as estratégias utilizadas para evitar as frustrações na produção? Das alternativas propostas no formulário (nenhuma; diversificação de produção; seguro agrícola, poupança bancária, poupança familiar e outros), a da diversificação da produção mostrou-se presente em 76% das famílias (hortifruti, milho e feijão), enfatizando que, desse percentual, 2% fazem uso do Pronaf Seguro (plano safra 2013/2014). O restante, 24%, não faz uso de nenhuma estratégia para evitar frustrações na produção e produzem para o mercado (milho, feijão, mandioca e laranja preponderantemente).

Nessa linha de raciocínio, os meios de diversificação tratam de novas modalidades incorporadas pelos agricultores para atender à sobrevivência do grupo em suas relações com o mundo externo. Através da diversificação, as políticas para o meio rural tomam uma amplitude maior, na medida em que se percebe a agricultura familiar como produtora de uma racionalidade econômica específica e, no caso em estudo, a produção e comercialização com o PAA perfaz que as rendas das 12 famílias que acessam o programa, 11 reconhecem-no como a maior fonte da renda familiar). De outro modo, das famílias que não acessam nem o PAA e nem o PNAE, o destaque para a maior fonte de renda está na comercialização de cereais, frutas e para a aposentadoria que alguns idosos recebem.

Os intuítos do processo de diversificação são: criar oportunidades de redução da pobreza no meio rural; evitar o êxodo rural; criar condições de manutenção da propriedade rural familiar; e estruturar a agricultura através de políticas públicas voltadas para esse segmento. A pesquisa revelou que o PRONAF foi pouco

acessado pelos entrevistados nos anos de 2012/2013 - 2013/2014. Por sua vez, o Programa de Aquisição de Alimentos- PAA apresenta um alto índice de aceitação, totalizando, 46 famílias.

A comercialização com o PAA na península estrutura-se através da Associação local¹³, a qual presta assessoria e acompanhamento aos produtores cadastrados, além de ser a responsável por contribuir no planejamento dos projetos para a CONAB.

No caso do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE - das famílias selecionadas, somente uma acessa o programa e comercializa junto com a escola local suco de laranja. No quadro abaixo, está expresso a quantidade de alimentos produzidos e informados pela amostra, no período de um ano (2010/2011, como a pesquisa ocorreu em 2012 e 2013, esses dois anos não foram considerados), ressaltando a diversificação da produção.

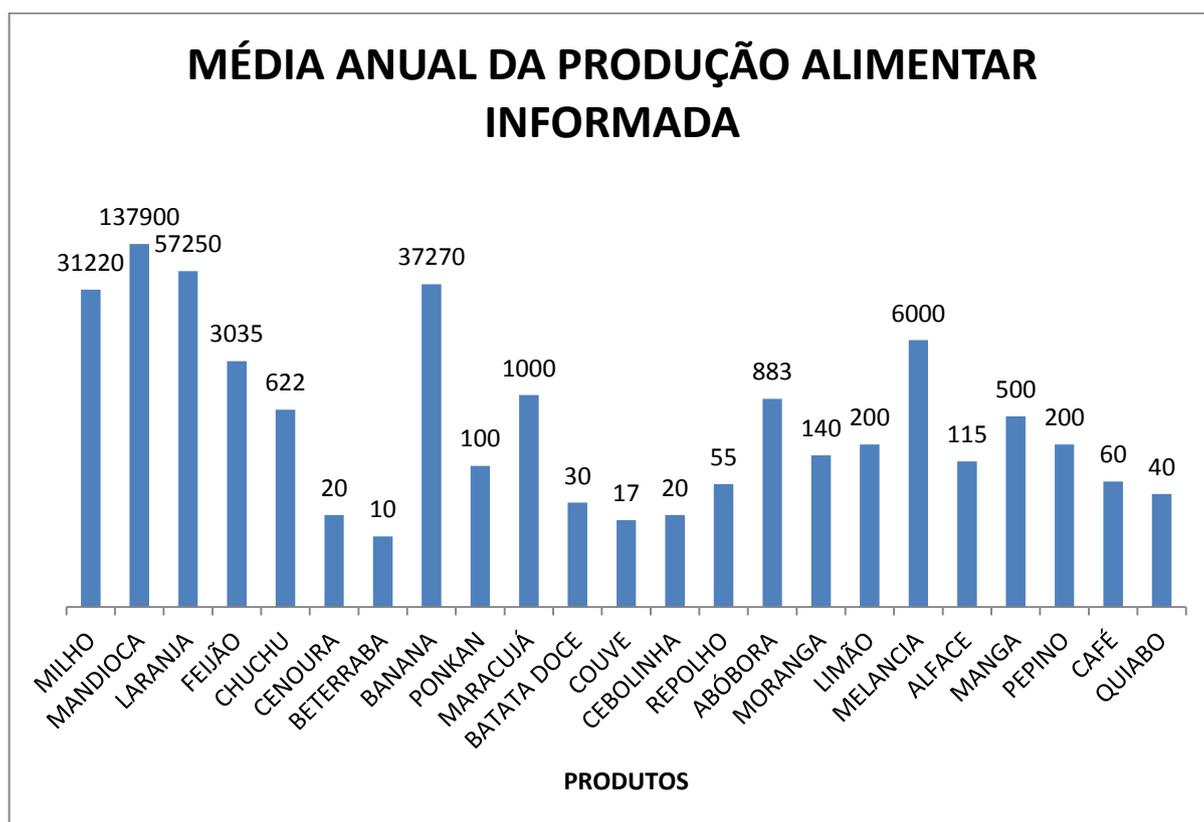


Gráfico 1: Média Anual de Produção Alimentar

Fonte: Pesquisa de campo, 2012/2013.

¹³ Existem na comunidade duas associações de agricultores familiares. Todavia, somente uma delas a Associação Dos Agricultores da Península do Cavernoso, está com projetos ativos para o PAA. Os alimentos produzidos para o PAA são coletados semanalmente por veículo do SESC/Guarapuava-Pr. O SESC/Guarapuava, através do Programa Mesa Brasil, faz a coleta e distribuição dos alimentos produzidos pelos agricultores, para instituições e comunidades em insegurança alimentar. Os valores oriundos do PAA são repassados mensalmente para a associação local que paga os agricultores.

A produção alimentar, embora apresente diversificação, está limitada: a) à questão geográfica das propriedades e do solo que é bastante “quebrado”, o que dificulta a produção de certas culturas; b) à preferência dos agricultores em cultivar mais hortifruti. Nota-se que, dos alimentos mencionados, as famílias tiveram mais facilidade em informar os alimentos comercializados com o PAA. Tais como a couve, a cebolinha, o repolho e a abobora, que, no quadro acima, foram contabilizadas em quilo, conforme informado pelos agricultores. Tal assertiva denota que para o agricultor ter acesso ao PAA possibilita que ele planeje suas atividades levando em conta: a quantidade de alimentos que será produzida, o que será cultivado e as condições de entrega dos produtos. Em suma, essas condicionantes perfazem um rol de solicitações que reforçam a capacidade organizativa do agricultor, bem como o compromisso de entregar os alimentos informados no projeto para a CONAB.

Portanto, através da pesquisa de campo, procurou-se compreender a dinâmica da agricultura familiar e observar a sua multifuncionalidade. Para isso, analisaram-se as condicionantes ambientais, sociais e econômicas, as quais estão presentes na dinâmica das famílias entrevistadas e que participam ativamente do desenvolvimento rural local. Assim, intencionalmente, dividiu-se a apresentação do diagnóstico, revelando cada uma de suas dimensões.

Dentro dessa diversificação, a produção alimentar, que tem como objetivo suprir as necessidades básicas do arranjo familiar, é reconhecida como uma produção para o autoconsumo. A partir dessa produção, o agricultor tem a certeza que pode se lançar para outras estratégias de vivência¹⁴, pois há uma garantia real de que a sobrevivência da família (no que compete à segurança alimentar) está garantida.

Acredita-se que o autoconsumo é a esfera da unidade doméstica que vai dar a base e o lastro para que haja a diversificação das estratégias de vivência na agricultura familiar. É com uma produção para autoconsumo fortalecida internamente na unidade de produção que, por sua vez, o grupo doméstico poderá lançar-se a outras atividades e à obtenção de outras fontes de renda. Isso se justifica devido ao fato de que, sem autoconsumo, o agricultor familiar não consegue a diversificação das estratégias de vivência, pois com a renda e atividades que desenvolver vai gastar para comprar no mercado, a preços de mercado, o consumo alimentar necessário ao grupo doméstico dispendendo, assim, quase todas as suas “forças” para isso. (GAZZOLA; SCHNEIDER, 2007, p. 98).

¹⁴ O termo deriva das análises de Frank Ellis, que cunhou a expressão *livelihoods*, para designar as estratégias que os agricultores desenvolvem para sobreviver. O autor menciona algumas estratégias. A diversificação da produção e das fontes de renda; ampliação das relações sociais para fortalecer o grupo; venda de alguns ativos; e, em último caso, a venda da propriedade.

O autoconsumo compreende, na perspectiva da produção alimentar, aquilo que o grupo familiar desenvolve para o seu provimento, ou seja, ele é uma segurança para a agricultura familiar. A partir dessa provisão, ele assenta outras estratégias que têm como foco o destino da produção alimentar para a venda, o acréscimo de outras atividades, tais como programas de SAN, venda direta para terceiros, o turismo rural, a formação das agroindústrias familiares, etc.

O autoconsumo não está restrito somente à produção alimentar. Ele "compreende todo o tipo de produção, bens, ferramentas de trabalho ou outros produtos que são gerados no interior da unidade familiar e utilizados pelos seus membros para suprir as suas necessidades" (GAZZOLA; SCHNEIDER, 2007, p. 02). Aliás, para efeito de análise que tem como foco a SAN, a produção para o autoconsumo é aqui entendida em como o arranjo familiar constrói a sua pauta alimentar com base na produção local. Os alimentos provenientes do meio externo compreendem a pauta, porém, são percebidos como acréscimos.

A agricultura familiar tem uma profunda relação com o mercado e a provisão de alguns alimentos oriundos, dessa relação, são essenciais para a vivência no meio rural. Deste modo, a farinha de trigo, por exemplo, é um alimento que, embora faça parte da pauta alimentar das famílias pesquisadas, não é produzida por elas e está presente nessa pauta advinda da interação com o mercado externo.

O quadro abaixo contém o rol de alimentos que fazem parte da pauta alimentar global das famílias pesquisadas. Dos alimentos elencados, não houve diferenciação entre as famílias que fazem uso do PAA e das que ainda não aderiram ao programa.

Tipos	Alimentos
Laticínios e derivados	Leite de vaca/queijo/nata
Frutas e hortaliças	Laranja/manga/ponkan/limão/tomate/chuchu/quiabo/ repolho/alface/cebolinha/salsinha/banana/couve/moranga/ abóbora/limão/melancia/pepino
Carnes	Frango/porco/gado/peixes
Tubérculos	Batata doce/beterraba/cenoura/mandioca
Grãos	Milho/feijão/arroz

Quadro 3: Produção para o autoconsumo

Fonte: Elaborado pelo autor de acordo com a pesquisa de campo, 2012/2013.

No tocante à produção para o autoconsumo, constatou-se que as famílias (mesmo as que trabalham com o PAA) também utilizam esses produtos para o autoconsumo. É importante citar que os produtos comercializados com o PAA, por exemplo, já faziam parte da pauta alimentar das famílias antes delas ingressarem no programa. Ocorre que, com o programa, elas ampliaram a produção, de modo a atender a uma demanda específica e obter uma renda a mais para a manutenção das necessidades da propriedade e da família.

Sob esse aspecto, é relevante mencionar que, das famílias pesquisadas, a descendência de caboclos (de ilhéus) tem uma organização da propriedade e da produção alimentar voltada para a subsistência, a qual é constituinte desta identidade: "Identidade ao mesmo tempo resultado e plasmadora de um modo de vida particular que caracteriza sua relação com o meio social e ambiental e, portanto com a reprodução da vida" (GEHLEN, 1998, p. 51). O autor afirma que, à respeito da formação do social no meio rural no Brasil, a terra é um espaço e lugar de trabalho" (GEHLEN, 1998, p. 54), que propicia a (re)produção da vida, ao mesmo tempo que é responsável pela formação de uma identidade.

A conceituação do Gehlen (1998) reforça o caráter central de reprodução social com base nas atividades desenvolvidas diretamente com a terra. Para isto, ele faz uma diferenciação entre os colonos e os caboclos, conceitos tão difundidos no Brasil. Para o autor, os colonos são orientados por uma lógica de mercado "aproximando-se mais ou menos do empresário, no sul denominados colonos e identificados ideologicamente como produtores modernos" (GEHLEN, 1998, p.54). Já os caboclos "se orientam pela lógica da subsistência familiar, assemelhados ao que na literatura tradicional chamam de camponeses." (GEHLEN, 1998, p.54).

Ambos os conceitos falam sobre o agricultor. Na pesquisa, ficou evidente a existência desse conceitos quando se identificou a afinidade direta com o mercado, com uma produção de subsistência e fortalecimento do grupo familiar. De certo modo, os agricultores familiares da Península são colonos no sentido de serem produtores na agricultura moderna permeada pelo mercado. Por outro lado, são caboclos, pois descendem dessa matriz etnológica e desenvolvem uma produção para a subsistência familiar. Ressalta-se que, mesmo não havendo o comércio identificado de frango e peixes, eles fazem parte da pauta. Todas as famílias entrevistadas possuem, em média, de 5 a 30 galinhas, as quais são exclusivas para

o autoconsumo. No caso dos peixes, a pesca é realizada no alagado que margeia a comunidade e compõe a pauta.

Já para a produção de leite, observou-se que as famílias estão se organizando para atender ao mercado de laticínios, o que requer novas adaptações, instalações adequadas e mecanismos de escoamento da produção, que, no caso da comunidade, é feito por um único laticínio existente no município. Denota-se, ainda, que os derivados de leite não são comercializados com o laticínio, somente o leite *in natura*. A nata e o queijo são constituintes da pauta alimentar

Por outra via, a produção de mandioca, por exemplo, compreende tanto o autoconsumo, como a produção para o mercado exógeno. Para o comércio com terceiros, nos dias da pesquisa, observou-se que o preço pago para o agricultor pelo quilo desse tubérculo foi estipulado em R\$ 0,42. Já, para o PAA, na região de Candói, o valor do mesmo produto, em 13/05/13, foi de R\$ 0,75.¹⁵ Uma diferença, portanto, de R\$ 0,33. Isso significa a importância dada ao PAA. Os agricultores que não utilizam o programa desenvolvem outras estratégias de comercialização, e normalmente, o preço pago pelos produtos é inferior ao PAA, além de incorrer na incerteza da comercialização, derivada da sazonalidade de mercado.

Embora exista uma diferença monetária paga pelo quilo, há que se elucidar que a comercialização com o PAA é limitada, o que não ocorre com a venda para terceiros e para o mercado. A estratégia utilizada pelos agricultores para escoar a produção atende principalmente aos interesses da manutenção da propriedade e, nesse aspecto, o PAA é um importante instrumento. Das 12 famílias que, à época da pesquisa, não estavam inseridas no PAA, todas mencionavam intenções de tal inserção.

Nota-se, assim, que as estratégias utilizadas pelos agricultores envolvem: a) os ganhos com a renda da produção; b) o tipo de produção; c) os meios de escoamento; d) a alimentação do grupo familiar; e) a venda de partes da propriedade. Sobre o item "e", notou-se a existência de moradores não oriundos da agricultura familiar, mas sim das cidades vizinhas do município, que compraram parte das terras de agricultores da Península e construíram ali habitações para o lazer. São propriedades compostas, basicamente, por uma casa com garagem e que margeiam o alagado, principalmente a parte leste da ilha. Essas residências são

¹⁵ Segundo: <http://consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultaprecopaa.do?method=consultar>. Acesso em: 30/09/2013.

majoritariamente de alvenaria, com algumas piscinas, espaço para guardar barcos a motor e lanchas. Uma realidade que contrasta com a realidade social e econômica da comunidade em si.

6.1.2 Aspectos Sociais: “A gente tem uma casa boa, mas estamos lutando pra melhorar”

A fala que segue o subtítulo complementa a realidade em relação à análise sobre os aspectos sociais. No entendimento de um agricultor, lutar para obter melhores condições de moradia é uma busca por mais qualidade de vida e dignidade. O reconhecimento do verbo lutar expõe, por outro lado, que o trabalho na agricultura é encarado como uma tarefa a ser cumprida, e que tem suas vantagens e o seu reconhecimento.

Para a construção desse diagnóstico, foram elencadas questões que versam sobre o acesso à moradia, (condições da casa), serviços de transporte público, educação, saúde e lazer. As questões bases para a construção desses diagnósticos estão expressas no formulário de campo do Item I ao Item IV e em algumas questões como a utilização de mão de obra constante no item V (Anexo X).

No que diz respeito à constituição dos membros das famílias entrevistadas, o gráfico abaixo traz informações sobre a porcentagem de idosos, crianças, adolescentes e adultos que vivem na comunidade:

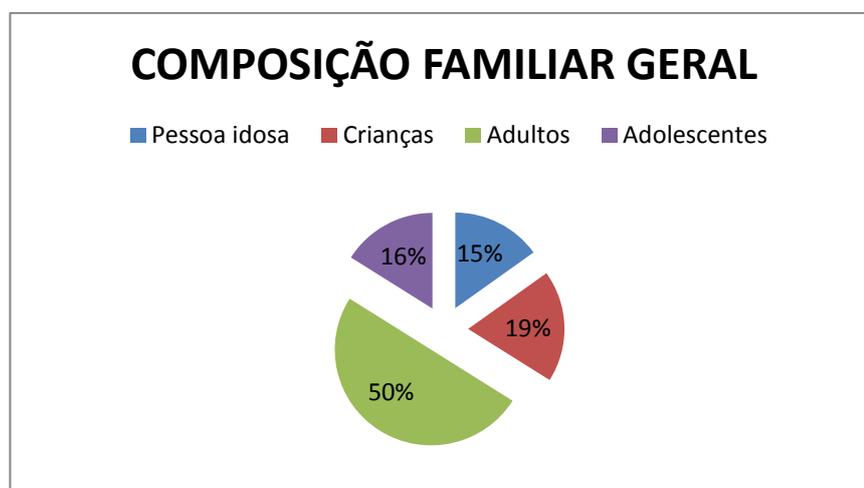


Gráfico 2: Composição Familiar Geral

Fonte: Elaborado pelo autor de acordo com a pesquisa de campo, 2012/2013.

Em termos, gerais observa-se que a maioria das famílias é constituída de pessoas em idade adulta, portanto, em tese, com capacidade laborativa maior. Entretanto, dois segmentos mais vulneráveis, as pessoas idosas e as crianças, somam, conjuntamente, um total de 36 membros. Ressalta-se que todos as pessoas idosas recebem ou aposentadoria ou BPC, o que contribuiu para renda das famílias. Do mesmo modo, as crianças, ao receberem o benefício do Programa Bolsa Família, também incrementam a renda familiar.

Assim, por uma questão de estratificação, os adolescente foram analisados separadamente das crianças, por respeito à condição de idade e por entender que o adolescente desenvolve, juntamente com os adultos, trabalhos na propriedade, ampliando a mão de obra familiar. Esse aspecto denota que, em se tratando da agricultura, de certo modo, todos os membros desenvolvem alguma atividade que contribui para a manutenção da família.

Por sua vez, no item que envolve as condições de moradia, analisou-se o tipo de construção da casa (madeira, alvenaria, pré-fabricada, ou mista – madeira-alvenaria), o tempo de construção, se há acesso à água encanada, luz elétrica e telefonia. Os dados mostraram que o tempo de construção das casas alternou-se entre 06 a 20 anos. Já para o tipo de construção, houve o predomínio das casas de madeira (40%), seguida de alvenaria (25%), pré-moldado (20%) e mista (15%). Todas as casas possuem água encanada, proveniente de fontes de água e poços existentes na propriedade. Da mesma forma, todas as residências tem acesso à luz elétrica.

As condições de moradia foram classificadas segundo as respostas dos sujeitos em: bom, razoável e ruim, sendo preponderante na pesquisa o conceito bom, perfazendo um total de 50%. O conceito bom pode ser apreendido em duas vertentes: uma, que denota certa qualidade de vida dos moradores em relação à moradia (de proteção, de refúgio, de aconchego); e outra, que expressa uma condicionante comparativa em relação às moradias anteriores com a atual.

No que compete à identificação dos responsáveis pela propriedade rural, na questão das origens étnicas, o gráfico abaixo retrata o que foi informado por cada sujeito da pesquisa, ou seja, cada agricultor mencionou a etnia que é descendente. Entretanto, em uma mesma família poderia existir membros de descendências diferentes. A pesquisa, portanto, congregou essa diferenciação, conforme mencionado por cada grupo familiar. Para exemplificação, cita-se o caso da família

66, onde um dos cônjuges é descendente de ucranianos e o outro é de origem étnica cabocla (utilizou-se o termo brasileiro, como sinônimo de caboclo). A pesquisa congregou cada um em sua respectiva origem étnica.

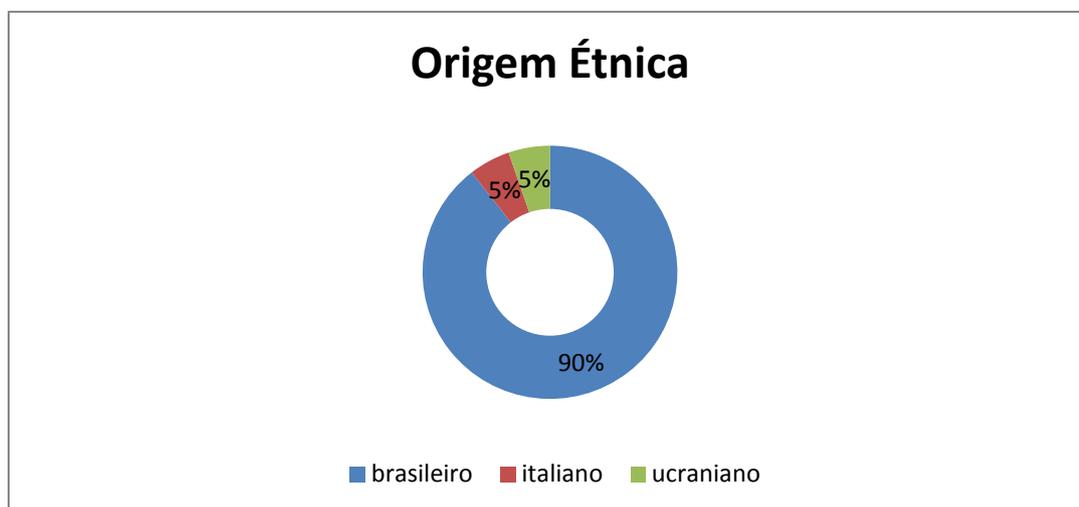


Gráfico 3: Origem étnica
Fonte: Pesquisa de campo 2012/2013.

Observa-se que a origem étnica brasileira ou cabocla comporta a grande maioria dos sujeitos da pesquisa. Tal porcentagem ocorre pelo fato de que os moradores da península são provenientes da Ilha Grande do Rio Paraná, (transformado no Parque Nacional Ilha Grande). De certo modo, esse caboclo (ou o brasileiro) apresenta uma semelhança com o conceito de camponês analisado por Mendras (1978). Porém, Gehlen (1998) analisou o caboclo como aquele que tem sua preocupação com a manutenção e o fortalecimento do grupo familiar, além de apresentar uma agricultura de subsistência, da qual os Ilhéus derivam.

Menciona-se, ainda, que as descendências italianas e ucranianas são mais recentes na comunidade, pois em sua maioria são de famílias que compraram a propriedade de alguns ilhéus.

No âmbito das políticas públicas de desenvolvimento rural local, com a emancipação do município de Candói foi construído na sede da comunidade um posto de saúde e uma escola com Ensino Fundamental até o 5º Ano. Para a continuidade dos estudos, os alunos viajam diariamente 40 quilômetros (20 km ida e 20 km de volta) até o distrito de Cachoeira, no qual têm acesso às séries finais do Ensino Fundamental e a todas as séries do Ensino Médio.

Essa realidade que envolve a educação denota que o desenvolvimento local, ao mesmo tempo em que contempla a importância da esfera municipal, também expressa a relevância da comunidade que, inserida no município, é objeto de ação direta das prerrogativas de desenvolvimento. Assim, o município tem um planejamento de desenvolvimento local, que atendendo ao global, compreende diretrizes para as comunidades pertencentes a território. No entendimento de Buarque:

O desenvolvimento local dentro da globalização é uma resultante direta da capacidade dos atores e da sociedade locais se estruturarem e se mobilizarem, com base nas suas potencialidades e a sua matriz cultural, para definir e explorar suas prioridades e especificidades, buscando a competitividade num contexto de rápidas e profundas transformações (BUARQUE, 1999, p.16).

A presença do local na esfera global revela a importância para um tipo de desenvolvimento que mostra as potencialidades locais. Na comunidade em estudo, essas potencialidades perpassam a questão da produção de frutas, pois o clima é propício para tal cultivo. Deste modo, a SAN,(aqui enquanto acesso ao PAA,) é entendida pela comunidade através do incremento de novos programas. Esses programas devem ter como centralidade a produção de alimentos e a renda adjacente a esse fator.

Somando-se aos aspectos sociais, a pesquisa sobre a escolaridade dos agricultores, revelou que a maioria deles não possui a educação básica completa. Isso reflete um critério para que um município, como é o caso de Candói, faça parte de Territórios de Cidadania.

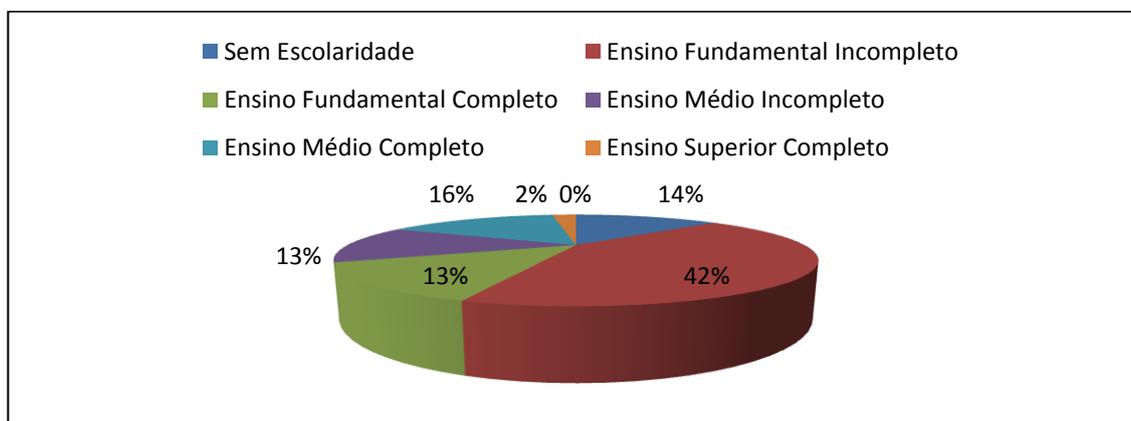


Gráfico 4: Escolaridade

Fonte: Elaborado pelo autor de acordo com a pesquisa de campo, 2012/2013

Do percentual daqueles que não tem o Ensino Fundamental Completo, a faixa etária está situada entre 40-70 anos. Já para aqueles que concluíram o Ensino Médio, a faixa etária situa-se dos 16 aos 29 anos. Embora exista nas famílias estudadas um número significativo de jovens (17 ao total), não se identificou a participação desse grupo em uma formação técnica direcionada para o trabalho na agricultura. O que, por um lado, é curioso, pois, existe uma casa familiar rural no município.

No que compete à questão da saúde, a política de atenção básica no Brasil, desde ano de 2006, tem sido amplamente divulgada através da descentralização, articulando sociedade civil e organismos públicos em defesa da vida baseado nos princípios da universalidade, integralidade e equidade. Deste modo, “A atenção básica considera o sujeito em sua singularidade e inserção sociocultural, buscando produzir a atenção integral” (BRASIL, 2012, p. 19).

O acesso aos serviços de saúde pelas famílias está todo voltado para o Sistema Único de Saúde, com uma unidade de saúde na comunidade, com médicos que atendem uma vez por semana ou quinzenalmente. Não há assistência médica do sindicato dos trabalhadores rurais. Isso se deve ao fato de que, dos entrevistados, nenhum é associado ao sindicato. O acesso às clínicas e hospitais ocorrem via SUS. Ressalta-se que os hospitais utilizados pelos agricultores são aqueles pertencentes à 5ª Regional de Saúde do Paraná, com sede no município de Guarapuava. Os atendimentos emergenciais são realizados em Candói, no posto de Saúde ou no hospital local. Para tratamentos que requerem cirurgias, com mais especialidades médicas, os munícipes de Candói são encaminhados para Guarapuava.

Seguindo essa linha de compreensão sobre a saúde da comunidade, sabe-se que a saúde passa necessariamente pela questão alimentar. Para tanto, a comunidade, embora tenha um portfólio bem diversificado de produção alimentar, recebe por mês uma cesta básica de alimentos fornecida pelo Movimento dos Atingidos por Barragens¹⁶- MAB. Segundo informações dos agricultores, há uma contribuição de R\$ 20,00 paga por eles por cada cesta básica recebida do MAB.

¹⁶ Em documento publicado por ocasião do I Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens (1989), afirma-se: “O Movimento de Atingidos por Barragens é, talvez o movimento social no campo com maior diversidade (...) A população diretamente atingida reflete as especificidades sociais, culturais e econômicas do campesinato no Brasil (BENINGÁ, 2011, p. 95).

Essa taxa é considerada mais uma "ajuda de custo" do que um pagamento da cesta. Em se tratando de SAN, certamente a cesta complementa a pauta alimentar. O que se questiona é a necessidade do pagamento, mas, para os agricultores, tal ato não é percebido como incorreto.

E, por citar benefícios, outros três tipos de benefícios sociais foram identificados na comunidade: Programa Bolsa Família - PBF; aposentadorias por idade; e o Benefício de Prestação Continuada - BPC. O PBF é um programa de transferência de renda para famílias em situação de pobreza extrema. Tem como critério para acesso uma renda *per capita* inferior a R\$ 70,00. Ele é dividido em benefício variável para crianças e adolescente de 0 a 15 anos; Benefício variável gestante; Benefício Nutriz; Benefício Variável Vinculado ao Adolescente de 16 a 17 anos; e, ainda um Benefício para a Superação de Extrema Pobreza, que pode não ter pessoas com os critérios dos outros benefícios informados, mas que se faz necessário para a transferência do recurso.

Segundo o INSS (2013), a aposentadoria por idade é irreversível. Para os trabalhadores rurais são exigidos como critérios: contribuição de no mínimo 180 meses; ter 55 anos, se for mulher e 60 anos se for homem. Para o BPC, regulamentado pela Lei 8.742, de 7/12/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS), assegura-se a transferência de um salário mínimo para idosos (com 65 anos ou mais) ou pessoa com deficiência (natureza física, mental, intelectual ou sensorial) de longa permanência, que a impeça de participar da sociedade em igualdade de condições. Para a pessoa com deficiência, não há critério de idade. Todavia, para a pessoa idosa, a renda *per capita* não pode ultrapassar o percentual de 1/4 do salário mínimo vigente.

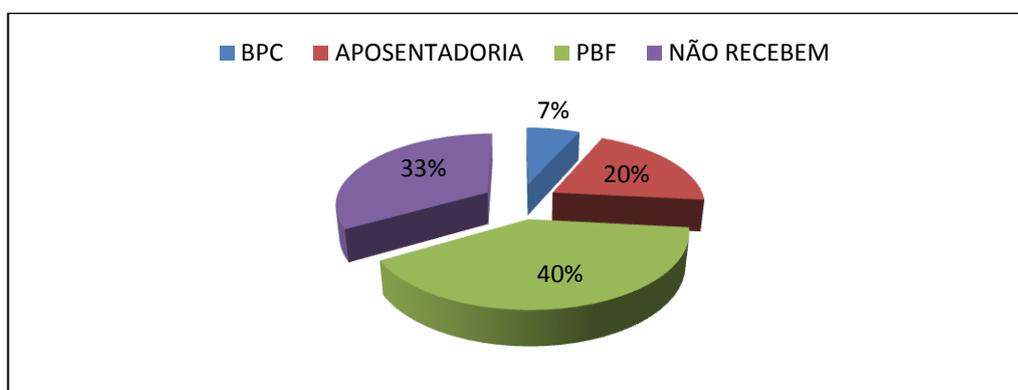


Gráfico 5: Benefícios Sociais

Fonte: Elaborado pelo autor de acordo com a pesquisa de campo, 2012/2013.

Do percentual de famílias que não recebem nenhum tipo de benefício, observou-se que elas não têm o perfil que cada benefício requer, tais como: crianças em idade escolar; pessoa idosa; pessoa portadora de algum tipo de deficiência e/ou em idade para requerer a aposentadoria rural.

Ressalta-se que o PBF, instituído através da lei 10.836/04, atualmente faz parte do Plano Brasil Sem Miséria, que contribui para a segurança alimentar e nutricional de famílias em extrema pobreza no Brasil. Pelo percentual exposto no gráfico 5, frisa-se que as famílias que utilizam o referido programa estão identificadas pelo Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

Complementariamente aos itens de atenção básica e seguindo a lógica estruturada pelo instrumento de pesquisa, notou-se que o transporte utilizado na comunidade, predominantemente, é o transporte público (78% das famílias utilizam esse transporte), que é disponibilizado pela prefeitura municipal a cada 15 dias. O transporte em questão destina-se para as comunidades do interior se deslocarem até a sede do município para: acessar serviços de saúde (dentistas, médicos, realizar exames, etc.), de bancos, de compra e venda de produtos e serviços, dentre outros.

Em relação à participação na vida da comunidade, somente ficou evidente a participação nas atividades da associação de agricultores. Por outro lado, na questão da religiosidade, prepondera a religião católica e na ordem segue: a Assembleia de Deus, Igreja Mundial do Poder de Deus, Igreja Cristã do Brasil, Igreja Batista e Igreja Tabernáculo da Fé.

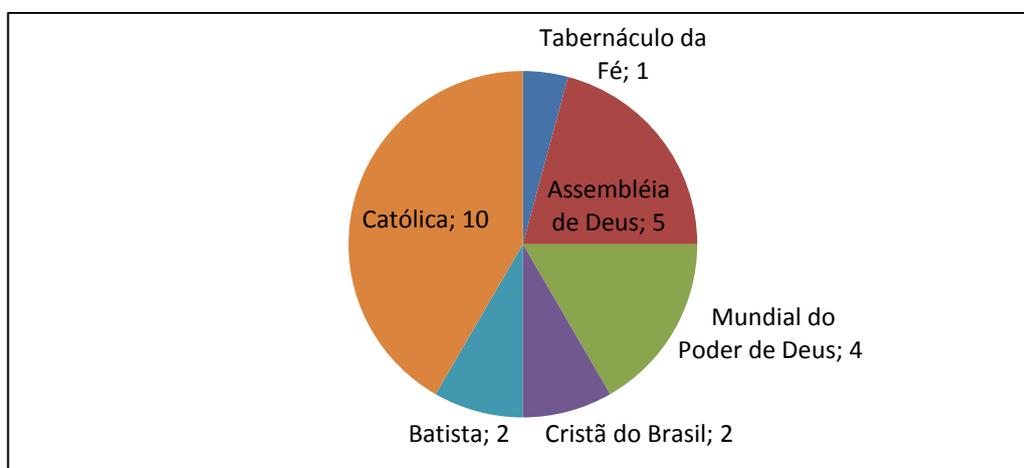


Gráfico 6: Religiões

Fonte: Elaborado pelo autor de acordo com a pesquisa de campo, 2012/2013.

Todas as religiões mencionadas se referem ao cristianismo, com templos ou espaço para cultos das Igrejas: Católica, Mundial do Poder de Deus e Assembleia de Deus. Para as demais religiões, os adeptos ou realizam cultos em suas residências, ou se deslocam para outras comunidades, ou, ainda para fora do município para participar da sua religiosidade.

Do ponto de vista das expressões religiosas no meio rural, historicamente houve a predominância da Igreja Católica. [A presença dessa instituição, foi tão forte que, se olhar para as comunidade rurais, percebe se que entorno da Capela Católica está organizado o centro comunitário (composto por: clubes, associações, campo de futebol, escolas, cemitérios,etc.).] O centro comunitário da Península apresenta uma particularidade, pois no mesmo espaço estão duas denominações religiosas: o templo da Igreja Católica e da Assembleia de Deus. O templo da Mundial do Poder de Deus fica em outra parte da comunidade.

Os aspectos apresentados nessa parte congregam um rol de atividades, de conceitos, de inserção de benefícios sociais, de religiosidade, de escolaridade e de descendência étnica, as quais retratam a agricultura familiar atual. É um espaço composto por uma diversidade de expressões que traduzem o rural como um campo de desenvolvimento de uma sociabilidade única. O rural é, também, o espaço do social.

É nesse campo, que a vida humana rural se desenvolve. Um campo marcado por ações políticas e de melhoria na qualidade de vida. Essas ações envolvem o estudo, a habitação, a logística, o acesso ao mercado e aos serviços de saúde. Tais tópicos mostram uma agricultura incorporada e atenta aos direcionamentos que a dinâmica política municipal proporciona. A questão da representatividade, por exemplo, da associação local é uma diretriz que congrega os interesses das famílias rurais em sua manutenção, no viés interesses internos *versus* proposições externas. A complementaridade de ambos ocorre pelas estratégias de cada família.

6.1.3 Aspectos ambientais: “pescar a gente quase não pesca. Dá até vergonha de falar, porque o alagado ta aqui do lado”

A questão ambiental foi identificada através da produção agrícola (tipos e manejos), das condições de saneamento básico e da preservação ambiental. A

figura abaixo retrata de forma clara a estrutura geográfica da península margeada pelo alagado, onde foram alocadas as 79 famílias que foram assentadas na década de 1980. Elas receberam, em média, 15,70 a 19,80 hectares. Preponderando 16,80 hectares por família.

A foto 1 (abaixo) mostra a localização da Península, margeada pelo alagado, compondo a extensão geral da comunidade, bem como revela a única entrada por terra, a qual dá acesso a comunidade.



Foto 1: Localização Geográfica da Península do Cavernoso.

Fonte: <https://www.google.com.br/maps/preview?authuser=0#!q=candoi&data=!1m4!1m3!1d38011!2d-52.3595502!3d-25.6750006!2m1!1e3!4m10!1m9!4m8!1m3!1d400758!2d-51.5523486!3d-25.3706367!3m2!1i1366!2i667!4f13.1&fid=7>. Acesso em: julho de 2013.

A produção agrícola contemplou os critérios das práticas desenvolvidas pelas famílias ao longo do tempo de moradia na comunidade. Tempo este que ficou em torno de 20 anos. Para isso, o quadro abaixo foi construído visando a mostrar como ocorreu a produção nesse período. O objetivo foi identificar, na questão da área disponível para a família, se houve aumento, diminuição ou se, no decorrer do tempo, não houve mudanças nos indicadores que envolvem a produção.

Para tanto, o quadro tem origem a partir das informações das 24 famílias. Os critérios foram os mesmos para todas elas. No campo denominado "não/sim", ou para fins de explicação campo 2, está a compreensão da existência dos critérios questionados no campo 1. As respostas contidas no campo 2 e 3 (Outros), são a somatória dos 24 formulários. Para cada resposta dada ao campo 2 ou 3, estipulou-se uma média preponderante nas respostas, ou seja, os valores descritos no quadro somaram uma média de 98% das respostas e, portanto, foram validados como dados representativos. Ressalta-se, ainda, que esse mesmo critério de percentual foi utilizado em todos os quadros deste trabalho. Aos quadros que, porventura, tiveram alguma alteração, constaram explicações.

Crítérios	Não/Sim	Outros
Curva de nível, plantio direto	Sim	Mesma
Cultivo áreas quebradas	Sim	Mesma
Rotação de culturas	Sim	Aumentou
Queimadas	Não	Diminuiu
Adubação verde	Não	Diminuiu
Adubação Química	Sim	Aumentou
Erosões de solo	Não	Mesma
Área com lavoura	—	Diminuiu

Quadro 4: Uso do solo e adubação química

Fonte: Elaborado pelo autor de acordo com a pesquisa de campo, 2012/2013.

As informações dos agricultores sobre as condicionantes acima refletem a realidade da agricultura familiar focada no processo do aumento do uso de adubação química em detrimento da adubação verde. Navarro (2001) compreende que a agricultura na década de 50/60 passou por mudanças estruturais que ensejam um tipo de desenvolvimento voltado para a substituição de formas e/ou práticas tradicionais da agricultura pela “moderna”, baseada na indústria montante - uma necessidade a ser incorporada. Dito isto, evidencia-se que, no caso do Brasil, o aumento de insumos químicos e/ou agrotóxicos é uma realidade. Na pesquisa em análise, todos os entrevistados utilizam agrotóxicos e adubação química na produção.

Na questão das queimadas, a diminuição pode ser analisada sob duas vertentes: uma, que reflete a imposição de legislações, como o decreto nº 2.661/98; e outra, pelo entendimento dos agricultores em não realizar esse tipo de técnica. Para tanto, a respeito de uma orientação técnica para a agricultura familiar, evidenciou-se que na comunidade tal assistência é ausente. A ausência de assistência por parte do poder municipal, da associação, do SENAR, das universidades e demais segmentos citados no item 5.6, do formulário de pesquisa. Esse é um dado preocupante, pois no município predomina a agricultura familiar. Todavia, como a pesquisa ocorreu desde meados do ano de 2012 até 2013, essa assistência pode ter ocorrido, uma vez que, à época da aplicação dos primeiros formulários, o governo municipal estava em transição.

O uso de máquinas e equipamentos agrícolas atende à lógica da modernização da agricultura, na qual a comunidade também está inclusa. Dos

equipamentos (trator, plantadeira, grade), os agricultores associados os encontram na Associação e os demais, alugam. O trabalho com tração animal é, ainda, uma alternativa para algumas famílias, porém, mesmo nessas famílias, esse tipo de prática não supre a necessidade da propriedade e é preciso o uso de máquinas. De fato, a agricultura é um universo heterogêneo e o uso de força animal, próprio do campesinato, está presente na comunidade, bem como o trabalho com atividades em grupo, normalmente feito em pequenas áreas de cultivos, em lugares onde a máquina não tem acesso

Pensar o desenvolvimento nessa conjuntura social, em um ambiente em que convivem práticas de manejo manual e modernas, é reconhecer que o conceito de desenvolvimento não se faz homogêneo e está permeado por um devir e por expressões humanas de algo que foi e, no entanto, ainda estão presentes, mesmo que modificadas pelas relações historicamente construídas pelos atores sociais nas comunidades rurais.

Essa construção denota a questão do saneamento básico, da utilização de água potável e do cuidado com o destino de embalagens de agrotóxicos. Assim, as questões do formulário que envolviam o destino do lixo, das embalagens de agrotóxicos e dos produtos veterinários, assim como o acesso a água potável, foram identificáveis pela maior incidência das respostas dadas para cada item averiguado, ou seja, o destino final de cada um deles.

Itens Averiguados	Respostas dos Agricultores
Água Potável	Encanada
Lixo orgânico	Enterra/Céu aberto/vala
Lixo doméstico não orgânico	Queima/Enterra
Embalagens de agrotóxicos e produtos veterinários	Enterra/Queima
Esgoto	Fossa Negra

Quadro 5: Saneamento Básico

Fonte: Elaborado pelo autor de acordo com a pesquisa de campo, 2012/2013.

A questão do saneamento básico na comunidade é percebida pelo destino do esgoto em fossa negra, o que traduz uma preocupação com a questão ambiental. Os demais critérios mostraram-se preocupantes à medida que o destino do lixo e das embalagens é a queima, enterra ou mesmo a céu aberto e vala. A Lei

9.974/2000, que alterou parte da Lei 7.802/89, preconiza que é de responsabilidade das empresas produtoras e comercializadoras o destino final dessas embalagens.

O saneamento básico no Brasil é direcionado pela Lei 11.445/2007, que atua em parcerias com políticas públicas de desenvolvimento regional. Ele visa a uma sustentabilidade econômica e alicerçar medidas que potencializam, junto à população, acesso à água potável e à rede de esgotos. Na questão da água, todas as famílias estudadas dispõem de água encanada e proteção das fontes. Quanto a ela ser potável ou não, como as famílias não recebem visitas técnicas, também surgem dúvidas quanto à qualidade da água que consumida.

Deste modo, há uma incerteza quanto à qualidade da água, mas existe uma preocupação na preservação dela e dos demais recursos ambientais. O termo preservar remete a algo. Só se preserva algo de alguma coisa. Esse termo tem sido muito debatido na atualidade e caminha junto com a sustentabilidade, em um patamar que compreende a preservação, cujas prerrogativas são direcionadas para o futuro. A agenda 21, na seção II, enfatiza a importância da conservação e do gerenciamento dos recursos para o desenvolvimento e dedica o capítulo 14 para a preservação e o desenvolvimento rural agrícola sustentável. Ela direciona planejamentos que tenham com base ações que compreendam o aspecto multifuncional da agricultura.

Crítérios	Aumento/diminuição/mesma
Área com mato/floresta	Mesma
Área com pastagem	Mesma
Volume de peixes nos rios	Mesma ¹⁷
Diversidade de animais silvestres	Mesma
Proteção artificial das nascentes	Aumentou

Quadro 6: Preservação ambiental

Fonte: Elaborado pelo autor de acordo com a pesquisa de campo, 2012/2013.

Para a área total disponível para a família não houve acréscimo ou diminuição. Ela continua a mesma, ou seja, a quantidade de terras disponibilizadas pelo INCRA, em 1984, continua igual. Isso demonstra a compreensão do quadro acima nos dois primeiros critérios, os quais estão ligados diretamente com a

¹⁷ Ressalta-se o perfil da comunidade, a qual é margeada pelo alagado do Cavernoso e, portanto, as respostas sobre o volume dos peixes nos rios foi identificada como sendo a mesma nos últimos 20 anos.

quantidade de terra. O primeiro critério é marcado pelo código florestal, no que diz respeito à quantidade da reserva legal. Segundo a lei 12.651/2012, essa reserva é de 20% da área total da propriedade e que, segundo as respostas dos agricultores, é preservada. O segundo critério está limitado à quantidade de terra que a família possui. Para que ocorra o aumento da pastagem é necessária a diminuição da área reservada para outra cultura. No caso, por exemplo, da família 20, que acessou o Pronaf Gado de Corte, há uma diminuição da área plantada para o aumento de área disponibilizada para o gado.

6.1.4 "Com um Pé de Abóbora Consegui Quatrocentos Reais"

A descrição que abre esse item é de uma moradora que, durante a colheita de abóbora, conseguiu vender o produto por R\$ 400,00. Essa descrição denota a importância que assume na propriedade a venda dos hortifruti, bem como o que isso agrega à renda familiar. Assim sendo, o fator econômico na perspectiva do desenvolvimento tem uma centralidade (para o mercado, pois mantém a circulação e o aumento da mercadoria) que pode ser mensurada levando em consideração aspectos pontuais da realidade das famílias agricultoras. O aumento da renda *per capita*, as condições de habitação, a aquisição de produtos eletroeletrônicos e veículos, congregam um rol de itens que, diretamente, derivam da renda proveniente da produção. Desse modo, a existência de políticas públicas na comunidade pode ser avaliada pela sua contribuição econômica e social, ampliando as estratégias do desenvolvimento nesse segmento.

De outro modo, a questão econômica para o meio rural é percebida como uma unidade que direciona a manutenção da propriedade e a permanência no campo. Para a composição do critério renda, foi utilizado a renda anual bruta informada pela família, de maneira a englobar, os programas sociais, os programas de SAN, a venda da produção e pluriatividade. A renda teve uma variação entre R\$ 9.400,00 a 45.466,00, conforme tabela abaixo.

Tabela 1- Renda Anual Bruta Informada por família (continua)

FAMILIA	RENDA MÉDIA ANUAL	MAIOR FONTE DE RENDA FAMILIAR
1	R\$ 29.000,00	PRODUÇÃO/HORTIFRUTI
3	R\$ 11.176,00	PRODUÇÃO/HORTIFRUTI

8	R\$ 19.550,00	PRODUÇÃO/HORTIFRUTI
10	R\$ 28.272,00	PRODUÇÃO/HORTIFRUTI
12	R\$ 14.500,00	PRODUÇÃO/HORTIFRUTI
14	R\$ 15.000,00	BPC
18	R\$ 10.500,00	PRODUÇÃO/HORTIFRUTI
20	R\$ 31.440,00	PRODUÇÃO/HORTIFRUTI
23	R\$ 45.466,00	PRODUÇÃO/HORTIFRUTI/LEITE
30	R\$ 16.000,00	PRODUÇÃO/HORTIFRUTI
31	R\$ 11.600,00	PRODUÇÃO/HORTIFRUTI
46	R\$ 21.060,00	PRODUÇÃO/HORTIFRUTI
48	R\$ 21.000,00	PRODUÇÃO/HORTIFRUTI
49	R\$ 11.500,00	APOSENTADORIAS
51	R\$ 22.000,00	PRODUÇÃO/CEREAIS
53	R\$ 11.600,00	PRODUÇÃO/CEREAIS
55	R\$ 17.000,00	PRODUÇÃO/CEREAIS
56	R\$ 9.400,00	APOSENTADORIAS
63	R\$ 16.595,00	PRODUÇÃO/CEREAIS
63	R\$ 17.000,00	PRODUÇÃO/CEREAIS
65	R\$ 18.500,00	PRODUÇÃO/HORTIFRUTI/CEREAIS
65	R\$ 19.561,00	PRODUÇÃO/HORTIFRUTI/CEREAIS
70	R\$ 10.000,00	PRODUÇÃO/FRUTAS
77	R\$ 18.996,00	PRODUÇÃO/FRUTAS

Fonte: Elaborado pelo autor de acordo com a pesquisa de campo, 2012/2013.

Conforme a tabela 1, nenhuma família recebe menos que um salário mínimo mensal vigente. Há uma diferença significativa entre os valores informados nas rendas das famílias que acessam ou não o PAA. Essa diferença ultrapassa R\$ 50.000,00. Em termos quantitativos, esse percentual representa um incremento significativo na renda das famílias, por parte do PAA, em específico. Isso denota que a importância do Programa. Embora, esta pesquisa não tenha como foco identificar qualquer menção comparativa entre o referido programa e outros presentes na comunidade.

Alias, no decorrer de 20 anos, os agricultores constataram que houve aumento na sua renda familiar, sendo que os programas de desenvolvimento rural colaboraram. Para isso a aquisição de equipamentos domésticos, por exemplo, é fruto de uma renda equilibrada, a qual permite ao agricultor adquirir novos itens. O gráfico a seguir expõe a quantidade desses equipamentos.

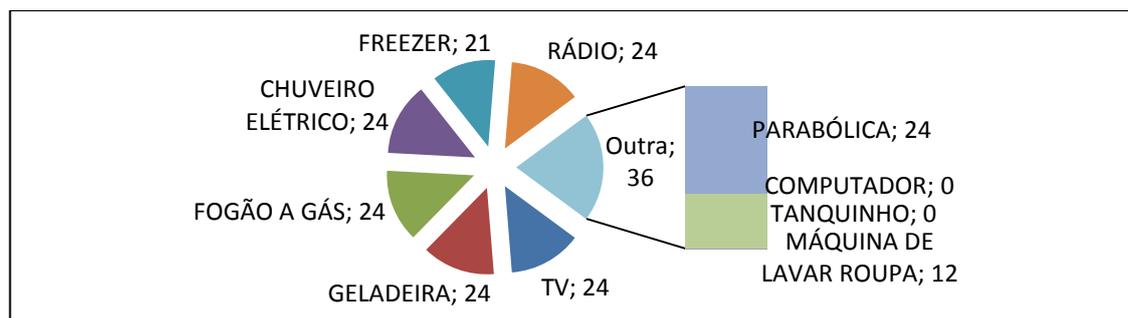


Gráfico 7: Equipamentos domésticos

Fonte: Elaborado pelo autor de acordo com a pesquisa de campo, 2013.

Nota-se a ausência do item computador, algo que na contemporaneidade é dito como essencial. Porém, o uso de tal equipamento requer certo domínio da informática. As famílias não mencionaram o uso de tal equipamento e nem se mostraram interessadas em adquiri-lo. Ao indagar sobre o item exposto, as famílias informaram que o valor é muito alto pelo pouco uso. Em síntese, o custo benefício para a agricultura que é desenvolvida na comunidade é muito baixo.

Por sua vez, quando os itens analisados se referem aos veículos, identificou-se que os carros de passeio são a maioria, em um total de 10 veículos. As bicicletas somam 08; e as motos somam um total de 13. Do total das 24 famílias, 09 não têm carro e/ou moto. A existência desse itens tem ligação com o aumento da renda. O agricultor tem uma segurança econômica que lhe permite contrair financiamentos ou empréstimos para tais aquisições. Em termos de logística, os carros e as motos facilitam o acesso à sede do município e aos demais lugares, ampliando o conceito de qualidade de vida na agricultura familiar.

Por essa via, o desenvolvimento rural, compreendido e delimitado na comunidade em estudo, traz à tona a importância de políticas públicas para esse segmento, com reconhecimento das particularidades da agricultura familiar, de suas limitações (área produtiva, mão de obra, etc) e de suas potencialidades (valorização do grupo familiar, da permanência na agricultura, da produção e diversificação de alimentos, etc).

No capítulo que segue, a SAN é apresentada através da existência de programas específicos, assim como a sua relação com o desenvolvimento rural sustentável, compreendendo de que forma os sujeitos da pesquisa entendem a

sustentabilidade. Desse modo, as dimensões da sustentabilidade foram apreendidas pela prática dos agricultores no seu cotidiano.

7. A DISCUSSÃO SOBRE A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA COMUNIDADE E OS ASPECTOS CENTRAIS DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

A pesquisa procurou evidenciar a relação existente entre a produção alimentar e o desenvolvimento na comunidade. Para tanto, a abordagem que segue tem com o foco discutir como a questão do desenvolvimento é compreendida pelos agricultores. Sabe-se que no Brasil a agricultura familiar é a responsável por fornecer a maioria dos alimentos consumidos por humanos, conforme apontou o Censo Agropecuário de 2006.

Em municípios porte 1 com até 20.000 habitantes, como Candói, por exemplo, a relação entre os agricultores familiares e as instâncias de governo devem se mostrar mais próximas. Resulta dessa proximidade, ações de fortalecimento do desenvolvimento local através de programas como o PAA. Deste modo, não é possível falar em um município com base na agricultura familiar que não dê ou incorpore nas ações políticas locais,, esses direcionamentos.

As diretrizes para o fortalecimento do desenvolvimento rural, após analisadas as respostas dos entrevistados, mostraram-se marcadas pela incidência de alguns programas de transferência - Programa Bolsa Família - e por programas de fortalecimento da agricultura familiar, como o PAA, o Pnae e o Pronaf. Estes últimos assumem uma significativa importância, à medida que contribuem diretamente para a permanência dos agricultores familiares na agricultura.

O foco macro do desenvolvimento é incorporar nas atividades de um grupo, sociedade ou comunidade ações que, em suma, melhorem a qualidade de vida dos envolvidos. Essas ações devem lhes dar condições de se manterem no mercado (numa lógica de acesso de venda e compra de mercadorias), além de contribuírem para o desenvolvimento do sistema em bases sustentáveis. O desenvolvimento para o meio rural, na comunidade em questão, contemplou os programas citados, mas também comportou estratégias de sobrevivência de alguns agricultores que, mesmo não tendo acesso ao PAA, já intencionam esse acesso por reconhecer a importância econômica dada à produção alimentar.

A questão, portanto, da reprodução social das famílias é permeada por um "senso prático contido nas estratégias estabelecidas para garantir a reprodução

social, as quais são informadas pelo *habitus* e pelos projetos de futuro dos atores sociais circunscritos num espaço físico e social" (CORONA, 2006, p. 3 com base em BOURDIEU, 2001). É esse senso prático que direcionará as ações intencionadas (no caso da pesquisa) dos agricultores no que compete ao desenvolvimento do grupo.

Para que esse desenvolvimento perceba a contribuição da SAN, propôs-se no âmbito da pesquisa, questões abertas que identificassem quais os motivos de acesso, as dificuldades, os benefícios e as finalidades das políticas de SAN. O foco estava centrado em três programas (PAA, PNAE, e Bolsa Família).

O quadro abaixo sintetiza as informações das 12 famílias que utilizam o PAA (como exposto no critério para a amostra). As respostas foram agrupadas pelo critério de maior incidência nos formulários. E, para efeitos de compreensão da tabela, no critério dificuldade, por exemplo, para o PAA, nenhuma família citou alguma dificuldade, porém todas, no critério das sugestões, mencionaram o aumento do valor do programa.

Programa	Período que acessa a política?	Motivos do acesso	Dificuldades	Benefícios	Finalidades	Sugestões
PAA	2 anos	Renda	Não houve	Renda e não desperdiçar alimentos produzidos	Aumentar a renda	Aumentar o valor do programa
PNAE ¹⁸	6 meses	Renda	Construção pra industrialização do produto	Renda	Aumento da renda da familiar	Não mencionada
Prog.Bolsa Família	4-8 anos	Renda	Não mencionada	Contribui na renda mensal	Comprar alimentos/ roupa/ Mat. Escolar	Aumentar o valor e o tempo para cada filho.

Quadro 7: Motivos de Acesso a Programas de SAN

Fonte: Elaborado pelo autor de acordo com a pesquisa de campo, 2012/2013.

No item motivos de acesso, para todos os programa mencionados, a questão da renda ficou em evidência. De certo modo, essa é uma lógica que insere a

¹⁸ Somente uma família da pesquisa está utilizando o programa.

agricultura familiar da comunidade, inserida ao mercado. Ocorre um distanciamento conceitual do campesinato, conforme analisado por Mendras (1978) e Wanderley (2000), que o analisam como uma expressão de ruralidade que não tem uma dependência necessária com a economia exógena.

Por sua vez, das 12 famílias que não utilizam o PAA e nem o PNAE. O quadro apresenta outro perfil.

Programa	Período que acessa a política?	Motivos do acesso	Dificuldades	Benefícios	Finalidades	Sugestões
PAA	Não acessa	---	Não sabia como funcionava	Quer acessar/ aumentar a renda	Renda	Não mencionado
PNAE	Não acessa	---	---	Aumentar a renda	Renda	Não mencionado
Prog.Bolsa Família	4-8 anos	Renda	Não houve	Contribui um pouco no mês para família	Comprar alimentos/ roupa/ Mat. Escolar	Aumentar o valor e o tempo para cada filho

Quadro 8: Não Acesso aos Programas de SAN.

Fonte: Elaborado pelo autor de acordo com a pesquisa de campo, 2012/2013.

No quadro 8, foi possível evidenciar que nas famílias que não utilizam o PAA e o PNAE a renda também aparece como centralidade. Oportunamente as estratégias dos agricultores são pensadas para atingir esse fim. Deste modo, agir estrategicamente é incorporar na noção de desenvolvimento a multifuncionalidade da agricultura familiar, uma vez que, o próprio desenvolvimento local é a soma de aspectos diversos que trabalham para um mesmo fim, ou seja, o de contribuir para modificar a realidade de determinado território e/ou região.

Desenvolvimento local é um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas. (BUARQUE, 1999, p. 9).

A contribuição dos programas para a SAN, na questão da renda, refletem, que a produção alimentar é voltada para atender a essa demanda. O desenvolvimento local, portanto, deve compreender essa dinâmica da realidade inscrita em um determinado espaço.

Na pesquisa, as potencialidades dos agricultores familiares foram identificadas pela produção alimentar. O alimento, como parte de uma sociabilidade única, marcada por uma realidade singular, inscrita em uma dimensão global, é percebido pelas famílias como uma tarefa inerente à agricultura, atendendo à dimensão produtiva da MFA. Nesse aspecto, o gráfico 1 perfaz essa compreensão à medida, que demonstra o rol de alimentos produzidos pela comunidade no último ano. Nota-se que todos os alimentos elencados no referido gráfico foram comercializados, com exceção do milho e feijão. Os demais produtos foram todos comercializados com o PAA.

O desenvolvimento rural só tem sentido de existir se, de fato, produz mudanças na forma como a propriedade é gerida e nas condições materiais e imateriais dos envolvidos nesse processo. O desenvolvimento sustentável, por sua vez, e a sua ligação com a SAN, pode ser evidenciado por práticas que primam majoritariamente pelo aspecto ambiental, do cuidado com as nascentes de água e da diminuição das queimadas.

No aspecto social, as políticas para o meio rural foram percebidas como oportunidades sociais, melhoria da renda e competitividade da economia local. De outro modo, a manutenção dos recursos naturais, o cuidado com o solo, com os animais silvestres, com água (nascentes, córregos), com as matas/florestas e com os peixes, mostrou-se de extrema importância. Todos os itens mencionados que envolviam esse aspecto não se identificou na amostra, nem na diminuição da quantidade de peixes, nem no cuidado com a preservação.

Na península existe uma grande movimentação de pescadores, os quais são provenientes das mais diferentes regiões e que circulam ou mesmo residem às margens do alagado, contribuindo para o aumento da pesca, da população, do lixo, das construções, etc. Esse dado observável deriva da venda de parte da terra disponível para os agricultores para a construção destas propriedades. No entanto, dos sujeitos desta pesquisa, nenhum havia comercializado suas terras, o que justifica as respostas quanto ao desenvolvimento rural sustentável e a manutenção dos recursos naturais.

Nesses aspectos, reforça-se que a comunidade é oriunda da reforma agrária e, no que compete, a sua população há uma diversidade preponderante de três etnias. Os descendentes de ucranianos, de italianos e os de origem brasileira. Na questão da produção de alimentos, as famílias de origem italiana e ucraniana não expressam uma pauta alimentar significativamente diferente das famílias de origem brasileira.

Esse dado pode ser pensado a partir de um mercado maior onde a agricultura familiar é parte integrante. Ele regula aquilo que será comercializado e produzido, "o desenvolvimento de assentamentos da reforma agrária também é uma forma particular de desenvolvimento local delimitado pelo espaço da comunidade vinculada a projetos de assentamentos" (BUARQUE, 1999, p. 11).

As facilidades econômicas, analisadas por Sen (2000), denotam que as políticas públicas para o rural permitem que os recursos econômicos serão acessados pelos indivíduos. Ele ressalta que "à medida que o processo de desenvolvimento econômico aumenta a renda e a riqueza de um país, estas se refletem no correspondente aumento de intitamentos econômicos da população" (SEN, 2000, p. 56). Ao garantir um aumento no poder aquisitivo, as possibilidades de melhora na qualidade de vida são contempladas. Em outro sentido, as oportunidades sociais, também elencadas pelo autor, foram identificadas na pesquisa pelo acesso aos programas sociais, aos programas de fortalecimento da agricultura familiar e ao comércio com empresas, associações e/ou terceiros.

Nas oportunidades sociais, prepondera o acesso aos serviços de saúde, de trabalho, de transporte, de educação, concretizados dentro das liberdades instrumentais. Esse instrumental é essencial à medida que os agricultores puderam identificar que tais oportunidades estão ao seu alcance com alguns desafios, os quais não estão inscritos na esfera substantiva de cada família.

Nessa esfera dos desafios, encontram-se políticas de geração de renda para o meio rural, com destaque para os programas que reconhecem a diversidade da produção local e a garantia de comércio. Assim, o PAA e o PNAE são singulares, pois o agricultor trabalha com uma base segura de que a produção informada no projeto terá retorno. Para tanto, ao assegurar garantias econômicas para manter o grupo familiar dentro do sistema vigente, expressa que, de fato, a agricultura e suas práticas produtivas não contemplam a noção do camponês tradicional, posto que sua ligação é dependente do mundo externo.

7.1 O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL: APROXIMAÇÕES EMPÍRICAS DA PESQUISA.

Os conceitos de políticas públicas e de desenvolvimento refletem determinada realidade e o tipo de ação proposta para ela. Nesse aspecto, o desenvolvimento rural pode ser identificado na pesquisa por programas oriundos de políticas públicas que primam pela diversidade da vida social e da produção alimentar. Dessa forma, o conceito de segurança alimentar e nutricional é ampliado.

O desenvolvimento rural sustentável de acordo com a Agenda 21 (2001, p.98) tem como "principal objetivo [...] aumentar a produção de alimentos de forma sustentável e incrementar a segurança alimentar". Para tanto, a produção de alimentos, na comunidade, trouxe a sustentabilidade com foco na manutenção do grupo familiar. Os alimentos comercializados, são partes do autoconsumo. A SAN, por sua vez, é compreendida sob duas óticas: uma, que reconhece os programas já citados; e a outra, que apreende a soberania alimentar de cada grupo familiar.

A sustentabilidade está pautada por políticas públicas, as quais se desenvolvem no meio rural ao mesmo tempo em que ocorre a permanência do ser humano nesse ambiente. Das dimensões da sustentabilidade, citadas por Sachs (1993), a social foi apreendida, também, pela participação dos membros das famílias rurais em entidades de classes. Nesse quesito, as famílias entrevistadas não aderiram ao sindicato de trabalhadores rurais existente no município de Candói. Essa não adesão suscita um olhar sobre o tipo de representação que essa entidade tem junto aos agricultores. Na análise das estratégias, essa situação pode ser compreendida como uma representação negativa. Por outro lado, na dimensão cultural, a participação social se desenvolve através das instituições religiosas.

Na dimensão ambiental, o destino das embalagens de agrotóxicos, o acúmulo na propriedade e/ou a queima delas, compreendem uma (in)sustentabilidade do desenvolvimento. Reporta-se a isso a ausência do poder público municipal, de assistência técnica, das empresas para fazer a coleta, dentre outros fatores que coadunam com uma insegurança à saúde.

Nesse propósito, a sustentabilidade das famílias está direcionada por ações oriundas de seu cotidiano. Assim, por exemplo, Sachs (1993) propõe na dimensão econômica a alocação eficiente dos recursos. Na pesquisa, essa dimensão assume uma fragilidade, pois os agricultores não têm assessoria especializada. No que

tange a esse quesito, a gestão da agricultura familiar fica comprometida. Questões como: melhores formas de alocar os recursos, gerar lucratividade, escoamento da produção, novas inserções de tecnologias, incentivo à produção para o comércio local, ampliação de programas de desenvolvimento rural, dentre outros, não são contemplados pelos sujeitos da pesquisa.

Para os agricultores que acessam o PAA (todos estão na modalidade Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea) existe uma assessoria por parte da associação local. Ela organiza o projeto de cada família, a quantidade a ser comercializada e quais os produtos que serão cultivados. Além dessa assessoria, o Sesc/Guarapuava (que faz a retirada dos alimentos da comunidade) conta com uma equipe formada por profissionais de nutrição e de Serviço Social, no qual acompanha o processo de coleta da produção na comunidade desde a sua retirada até a distribuição para as pessoas em situação de insegurança alimentar. Para os agricultores que não fazem parte do PAA, esse acompanhamento não ocorre, o que acaba por distanciar a atividade da agricultura familiar de uma perspectiva mais técnica.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, o tema da segurança alimentar e nutricional da agricultura familiar foi discutido com base no entendimento de que o alimento é parte essencial à existência humana. O alimento é encontrado e desenvolvido prioritariamente, na interação do ser humano com a terra, cuja parceria perpassa toda a história da humanidade. Nesse percurso, encontra-se na sociedade capitalista o alimento - mercadoria, cujo acesso depende de condições econômicas favoráveis.

No século XXI, ainda persiste a morte de milhares de pessoas em todo o mundo. Essas mortes são, advindas da insegurança alimentar, marcada pela ausência do alimento, pela irregularidade do acesso e pela baixa capacidade nutricional. Um período considerado desenvolvido (em termos do advento da industrialização e das tecnologias) é, por outro lado, um século que ainda enfrenta uma realidade rudimentar, ou seja, a luta diária para garantir a sobrevivência via supressão alimentar, infringindo a dignidade humana adjacente a SAN.

Portanto, situando-se com a dimensão da economia, da construção social e política que atingem o mundo globalizado¹⁹, encontram-se as diretrizes para o desenvolvimento em nível global, regional ou local. Dessa relação, a comunidade da Península Ilha do Cavernoso atende ao desenvolvimento, o qual tem na agricultura familiar um campo de ação e (re) produção social.

O desenvolvimento na comunidade pode ser identificado por ações do Estado (através de políticas públicas para o meio rural) e por iniciativas de alocação de recursos marcadas por estratégias dos próprios agricultores. Nesse enfoque, a importância dada ao Pronaf, ao PAA e ao PNAE pode ser identificada pelos seguintes aspectos: a) sem o acesso ao Pronaf, os agricultores não teriam acesso ao PAA, pela exigência da DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf; b) O PNAE está em fase de desenvolvimento na comunidade e foi identificado na pesquisa por somente uma família que está iniciando as atividades para o comércio de suco de

¹⁹ Para Leff, a globalização é a globalização da economia: "A globalização econômica está gerando uma retotalização do mundo sob o valor unidimensional do mercado, superexplorando a natureza, homogeneizando culturas, subjugando saberes e degradando a qualidade de vida das maiorias" (LEFF, 2001, p.40).

laranja; c) O Pronaf/ Gado de Corte foi identificado também em sua fase inicial por uma única família que já utiliza o PAA.

O desdobramento dessa ruralidade (da qual a comunidade como um todo faz parte) expressa uma nova construção histórica, uma nova ruralidade como já expôs Wanderley (2000). Uma ruralidade que congrega elementos do desenvolvimento para o núcleo familiar e que denotam, também, uma interação com as esferas globais da economia. A SAN e a compreensão dela enquanto elemento central desta pesquisa conteve um direcionamento que se pautou pela existência de programas de SAN e outro com o entendimento da SAN enquanto constituinte da comunidade. Esse último é, particularmente, focado na identificação da pauta alimentar e da produção para o autoconsumo. Ao reconhecer o autoconsumo, reconhece-se as expressões da sustentabilidade cultural e social.

O desenvolvimento que emerge da relação ser humano e natureza esteve presente dentro das limitações das famílias, da comunidade e da região. O processo de mecanização e modernização da agricultura, alicerçado às atividades, com o uso de agrotóxicos e de maquinários, congrega a visibilidade do desenvolvimento tecnológico. Os eletrodomésticos, as motos, os carros, em suma, o rol de tecnologias presente na realidade contribuem para o processo de modernização do meio rural.

Nesse debate, a sustentabilidade nas suas mais amplas dimensões está presente enquanto um projeto que, via de regra, não está impresso como o conceito de sustentabilidade, mas atina-se às ações que fazem o conceito emergir à realidade. Se há uma diminuição das queimadas, um cuidado com as águas, uma manutenção da cultura alimentar e da segurança alimentar e nutricional, há sustentabilidade.

Assim, o conceito de desenvolvimento que contribuiu para a comunidade está marcado por um desenvolvimento rural sustentável que "converte-se num projeto destinado a erradicar a pobreza, satisfazer as necessidades básicas e melhorar a qualidade de vida de população" (LEFF, 2001, p. 60), ou seja, uma tipologia de desenvolvimento que congrega as limitações do espaço temporal da comunidade e que pode ser apreendida pela presença efetiva do PAA, da implantação do PNAE e do efetivo reconhecimento do Pronaf.

Por outro lado, a MFA é intrínseca à agricultura e, no aspecto ambiental, as famílias demonstram que entendem da temática. Todavia, o fim das embalagens de

agrotóxicos não têm o destino correto. De um lado, há a responsabilização por parte das empresas produtoras dos agrotóxicos que não fazem o recolhimento das embalagens. De outro lado, estão os agricultores, os quais reconhecem que não estão dando o destino correto, mas encontram-se sem alternativa para o armazenamento por falta de espaço e lugar adequado na propriedade.

No tocante à questão ambiental que envolve o alimento, o uso de agrotóxicos se fez presente em todas as propriedades, ou seja, os alimentos não estão isentos de agroquímicos, atendendo a uma lógica de mercado para a agricultura. Como a comunidade está em área de alagados, esses produtos podem, ao longo do tempo, causar a contaminação das águas. Isso não significa que a comunidade seja a responsável por tal contaminação, pois o rio que foi alagado percorre grandes cidades antes de ser represado e, certamente, traz consigo um tipo de contaminação. É a sociedade de risco da qual Beck (1997) comentava. Uma sociedade que nos torna as pessoas de certo modo inseguras.

A agricultura não é, portanto, um espaço de produção alimentar unicamente. A (re)produção social que está envolvida com essa produção e o contato com ambiente fazem com que a MFA tome forma e concretude. Na Península, a questão do social, de um desenvolvimento que envolve essa dimensão, é centrado pela relação direta com o comércio da produção alimentar e com a renda advinda desse processo. Isso denota as condições favoráveis da economia, da produção e do clima.

Nesse aspecto, o desenvolvimento que permeou esta pesquisa pode ser identificado como aquele que interage com as diretrizes globais, porém é no local que ele se materializa. No caso da alimentação, ou da segurança alimentar e nutricional, a questão da produção em quantidade suficiente para as famílias, da regularidade, do acesso ao alimento, estão muito presentes na comunidade. Por isso, é possível afirmar que o desenvolvimento adjacente à SAN está contemplado não pela questão econômica, mas sim pela manutenção das famílias no que compete à alimentação.

Desenvolvimento na atualidade é sinônimo de qualidade de vida. Se o desenvolvimento fosse unicamente focado no crescimento econômico, não seria possível analisá-lo com uma visão mais ampla sobre a totalidade das expressões da sociedade que comportam suas tipologias. Desse modo, o desenvolvimento na

Península do Cavernoso contém esse direcionamento, ou seja, compreender a dinâmica particular do local, mas que também se abra para o mercado exógeno.

A pesquisa contribuiu para a compreensão de que a agricultura é uma mescla de atividade do mundo moderno, como práticas de um campesinato marcado no Brasil pelo modo de vida do caboclo, o qual encontra na subsistência a sua reprodução social. Resulta dessa análise que as famílias, residentes na comunidade da Península do Cavernoso são agricultores familiares que, ao longo dos 30 anos de residência, têm vivenciado significativas mudanças em sua rotina. Essas modificações ora foram causadas pelo abandono de algumas propriedades, ora pelo aumento de casas às margens do alagado para pescadores ou turistas.

A existência de duas pousadas na comunidade expressa o potencial turístico da comunidade. Ela tem no alagado uma fonte de diversas espécies de peixes, a qual é são o motivo dessas pousadas. [Denota-se assim que embora o consumo de peixe não foi expressivo por parte dos agricultores (tanto no que envolve o autoconsumo como o comércio), porém, ele o é para o comércio exógeno e/ou para consumo desse moradores sazonais.]

Como a produção de alimentos revelou-se primordial para o desenvolvimento da comunidade, é pertinente mencionar que os alimentos, em sua maioria são comercializados *in natura*. Transformar esses alimentos, industrializá-los, é uma diretriz que agrega valor ao produto. Esse propósito requer cursos específicos, o que demanda acompanhamento técnico e recursos para a construção do aparato necessário. Como na pesquisa o acompanhamento técnico foi ausente, isso dificultou o incremento dessa possibilidade.

O estudo apontou que a agricultura familiar é contínua como produtora de alimentos. Ela expressa uma ruralidade específica (que ainda tem muito próximo o ser humano e a natureza, com poucos recursos tecnológicos), a qual contém uma reprodução social que sobrevive ao tempo. A agricultura assegura ao grupo a manutenção da vida no meio rural, da qual, a sociedade geral (urbano e rural) tem uma profunda dependência. O Censo Agropecuário de 2006, ao citar que 70% dos alimentos consumidos no Brasil proveem da agricultura familiar, afirma a importância desse segmento.

A agricultura familiar então, não pode ser motivo de descaso, pois sua relevância se reflete em todo o país. Há uma outra via, imposta pela ideologia do agronegócio, que propõe, um viés neoliberal e de supressão da agricultura na

expressão familiar. O agronegócio aparece como meta para o meio rural. Esquecem, portanto, que quando se está falando de agronegócio, a agricultura familiar também é parte, pois ela participa do desenvolvimento do rural. Além disso, a agricultura familiar apresenta uma distinta relação com a monocultura. Ela incorpora a produção diversificada e permite que milhares de famílias se (re)produzam no meio rural, contrariando o monopólio de terras, alicerçado pela "expressão do agronegócio".

Deste modo, concluir a presente dissertação não é uma tarefa fácil, até porque a realidade nunca é concluída, mas sim um processo contínuo. Certamente, ao término dessa escrita, se fosse aplicado o mesmo instrumento de coleta de dados, ter-se-ia outra realidade, com dados e análises diferentes. A agricultura está em constante transformação, cuja realidade é plural, múltipla e singular, mutável e temporal, composta por atores sociais que agem sobre o meio modificando-o e sendo por ele modificados.

Essa leitura, aponta para um direcionamento que envolve outras pesquisas, as quais podem surgir na comunidade, de maneira a envolver os programas de SAN, tais como o PAA. Para esse programa em específico, é notório a importância que ele assume para a agricultura familiar da Península.

Ao fecho deste trabalho, a polícia Federal havia deflagrado a operação Agro Fantasma, iniciada em 2011, que investigou desvios de recursos destinados ao PAA. A operação trouxe ao cenário nacional a importância da fiscalização da Polícia Federal, no que compete ao cumprimento da legislação vigente. Por outro lado, os agricultores da Península no período que seguiu as investigações e apreensões tiveram o programa suspenso. É lastimável que um programa de visa a prever a insegurança alimentar e propor para a agricultura familiar índices de desenvolvimento seja motivo de desvios. Resulta, que, segundo o MDA (2014), em uma década o programa investiu 5,3 bilhões de reais para aquisição de 4 milhões de toneladas de alimentos. Esse investimento expressa a relevância da continuidade do programa nos municípios que foram, suspensos.

A agricultura do município estudado é o reflexo da região do Cantuquiriguacu. é uma região em vulnerabilidade social, com predominância da agricultura familiar. Ela é um Território da Cidadania, do qual, o rural é, por vezes, percebido como sinônimo de pobreza, de exclusão e de desigualdade. A SAN, permeada pelo PAA, fez com que a agricultura familiar tivesse uma valorização de sua essencialidade. Portanto, mais uma vez se percebe que o agricultor e a pequena produção estão

sendo prejudicados. Certamente, a justiça continuará fazendo a sua parte e os envolvidos serão afastados, mas a continuidade do programa é fundamental.

Assim, se inicialmente objetivo foi identificar se a SAN contribuiu para o desenvolvimento da agricultura familiar, nesse momento se percebe que esse objetivo é real. A SAN como política contribuiu com a renda e com a comercialização dos produtos. Como autoconsumo, a SAN, permite que a pauta alimentar seja mantida e as famílias desfrutam de uma autonomia alimentar. Portanto, a SAN e a sua relação com o PAA merecem atenção especial na comunidade, pela importância dada ao programa.

9. REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICOS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 3ª ed. São Paulo: Edusp, 2007.

ALMEIDA, Luiz M de M. C.; PAULILLO, Luiz F; BERGAMASCO, Sônia M P.P; FERRANTE, Vera L S B. **Políticas Públicas, redes de segurança alimentar e agricultura familiar: elementos para construção de indicadores de eficiência**. In: Rev. Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, vol. 14 nº 2,2006: 205-235.

AGENDA 21. **Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento**. (1992: Rio de Janeiro) Agenda 21. Curitiba: IPARDES, 2001.

BECK, Ulrich. 1944. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. Trad de Magda Lopes. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1997.

BELIK, Walter. **Política de Segurança Alimentar e Combate a Pobreza**. In: ROCHA, Marlene (org.). **Segurança Alimentar: um desafio para acabar com a fome no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. - (Coleção Cadernos da Fundação Perseu Abramo)

BENINGÁ, Dirceu. **Energia & Cidadania: a luta dos atingidos por barragens**. São Paulo: Cortez, 2011.

BOISIER, Sergio: **América Latina em um médio siglo (1950/2000): El desarrollo¿Dónde estuvo?** In: OIDLES Rev. Académica. Grupo EUMED . NET de laUniversidad de Málaga. Año1. Nro.1- Julio, Agosto, Septiembre de 2007, PP 3-41.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações Pascalianas**. Trad. Sergio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. Pierre Bourdieu; texto revisto pelo autor com a colaboração de Patrick Champagne e Etienne Landais; Trad. Denice Barbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BRASIL, Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006. **Institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm. Acesso em: julho de 2012.

_____, Decreto 1946, de 28 de junho de 1996. **Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm. Acesso em: julho de 2012.

_____, Decreto 64, de 04 de fevereiro de 2010. **Altera o art 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc64.htm. Acesso em: setembro de 2013.

_____; Lei 11.326, de 24 de julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: julho de 2013.

_____; Portaria Ministerial 194, de 30 de abril de 2013. **Regulamenta o Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR, integrante do Programa Minha Casa.** Disponível em: <http://www.in.gov.br/visualiza/index.jsp?data=02/05/2013&jornal=1&pagina=65&totalArquivos=104>. Acesso em: julho de 2013.

_____; Lei Nº 9.974, de 6 de junho de 2000 . **Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9974.htm#art1. Acesso em: julho de 2013.

_____; Lei 11.445, de 05 de janeiro de 2007. **Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico;** altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm. Acesso em: agosto de 2013.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política nacional de atenção básica** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção à Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

_____. Decreto nº 2.661, de 08 de julho de 1998. **Regulamenta o parágrafo único do art. 27 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (código florestal), mediante o estabelecimento de normas de precaução relativas ao emprego do fogo em práticas agropastoris e florestais, e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2661.htm. Acesso em: agosto de 2013.

_____, Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. **Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa;** altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm>. Acesso em: agosto de 2013.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Atenção Básica** / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2012. 110 p. il. – (Série E. Legislação em Saúde).

_____. Ministério de Desenvolvimento Agrário. Em dez anos, Programa de Aquisição de Alimentos investiu R\$ 5,3 bilhões - Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portalmda/noticias/em-dez-anos-programa-de-aquisi%C3%A7%C3%A3o-de-alimentos-investiu-r-53-bilh%C3%B5es#sthash.rm24IYGa.dpuf>. Acesso em fevereiro de 2014

_____, Lei 8.743, de 07 de dezembro de 1993. **Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm. Acesso em: dezembro de 2013.

_____, Lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004. **Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm. Acesso em: dezembro de 2013.

_____, Decreto de 25 de fevereiro de 2008. **Instituiu o Programa Territórios de Cidadania e dá outras providências**: Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Dnn/Dnn11503.htm. Acesso em: dezembro de 2013.

BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/IICA PCT. Brasília, junho. 1999.

CASTRO, Josué, **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro : Edições Antares, 1984. (Clássicos das Ciências Sociais no Brasil)

CAZELLA, Ademir A; BONNAL, Philippe; MALUF, Renato S. (Orgs.): **Agricultura Familiar Multifuncionalidade e desenvolvimento Territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

CHAYANOV, Alexander. **La organizacion de La unidad econômica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 1974.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2005.

CMMAD – Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1991. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/12906958/Relatorio-Brundtland-Nosso-Futuro-Comum-Em-Portugues>. Acesso: 23 de julho de 2012.

COCA, Estevan L. de F.. **Um estudo da diversidade e atualidade da reforma agrária**: análise dos tipos de assentamentos do Território Cantuquiriguaçu - Estado do Paraná. Presidente Prudente, São Paulo: [s.n], 2011. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/dissertacao_coca_2011.pdf. Acesso em: julho de 2013.

CORONA, Hieda M. Pagliosa. **As estratégias dos Agricultores Familiares do Sudoeste do Paraná Frente à Modernização no Campo**. Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Xt05I_ftb2kJ:www.sbsociologia.com.br/portal/index.php%3Foption%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_download%26gid%3D840%26Itemid%3D171+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: julho de 2012.

_____. **A reprodução social da agricultura familiar na região metropolitana de Curitiba em suas múltiplas interações**. 317 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

DELGADO, Guilherme C; CONCEIÇÃO, Júnia C. P.R da; OLIVEIRA, José Jader. **Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)**. Textos para Discussão nº 1145. Brasília: IPEA, Dez de 2005.

DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

ESCOBAR, Arturo. **O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?**. En libro: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciênciassociais. Perspectivas latino-americanas**. Edgardo Lander (org). Colección Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro 2005. pp.133-168.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio: o dicionário da língua portuguesa**. Coordenação e edição: Margarida dos Anjos, Marina Baird Ferreira – 6ª ed. rev. atual. Curitiba: Positivo, 2005.

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**; Trad. Marta Teresa Machado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FRANÇA, Caio G. de. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil** / Caio Galvão de França; Mauro Eduardo Del Grossi; Vicente P. M. de Azevedo Marques. – Brasília: MDA, 2009.

FRANCO, Maria de A. R.. **Planejamento ambiental para a cidade sustentável**. 2ª ed. São Paulo: Annablume Fapesp, 2008.

FURTADO, Celso. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: CIA Ed. Nacional, 1979.

GARCIA, Junior R.; BUAINAIN, Antonio M.. **Contextos locais ou regionais: importância para a viabilidade econômica dos pequenos agricultores**. In: **A Pequena**

produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário Brasileiro: ganhar tempo é possível? Brasília: CGEE, 2013.

GAZOLLA, Márcio; SCHNEIDER, Sérgio. **A produção da autonomia:** os "papéis" do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiar. In: **Rev. Estudos Sociedade e Agricultura.** UFRJ. v15, p-89-122. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/esa/index.php?cA=db&al=273&vT=da&vA=40>. Acesso em: setembro de 2013.

GEHLEN,IVALDO. **Agricultura familiar de subsistência e comercial: identidade cabocla e inclusão social.** In: **Para pensar: outra agricultura.** FERREIRA, Angela D. D.; BRANDENBURG, Alfio. (Organizadores). Curitiba: Editora da UFPR, 1998.

GEORGE, Susan. **O mercado da fome.** Trad. de Eneida Cidade Araújo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade.** Trad. de Raul Fiker. São Paulo: Ed. Da Universidade Estadual Paulista, 1991. (Biblioteca Básica).

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade do serviço social.** 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

HECK, Selvino. BETO, Frei (Org). **Sentido ético-político e transformação social.** In: **Fome Zero: textos fundamentais.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

IBGE. **Informações sobre o Município de Candói.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=410442&search=parana|candoi>. Acesso em: agosto de 2013.

_____. **Censo agropecuário de 1996.** Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/1995_1996/default.shtm. Acesso em: dezembro de 2013.

INSS. **Aposentadoria por Idade.** Disponível em: <http://www.inssaposentadoria.com/aposentadoria-idade/>. Acesso em: fevereiro de 2014.

JUNIOR, Newton N. G.; FILHO, Flávio B. B.: **A Agricultura Familiar e a Construção da Segurança Alimentar e Nutricional:** A Multifuncionalidade como Fator de Resistência à Insegurança Alimentar. Acre: Sober, 2008 Disponível em: <http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/109715/2/699.pdf>. Acesso em: julho 2013.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental:** sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Trad. de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Rio de Janeiro: Petrópolis, 2001.

LEWGOY, Alzira, M.B. SILVEIRA, Esalba. M.C. **A entrevista nos processos de trabalho do assistente social (the interview in the social workers's work process).** Disponível em:

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/2315/3245>. Acesso em: setembro de 2013.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli e D.A: **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MALUF, Renato S: **Segurança alimentar e nutricional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MARX, Karl. 1818-1883. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I/ Karl Marx; Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 21ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MDS, **Territórios da Cidadania**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/desenvolvimentoterritorial/territorios-da-cidadania-1>. Acesso em: setembro de 2013.

MENDRAS, Henri. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MENEZES, Francisco; VALENTE, Flávio L; MALUF, Renato S. **Contribuição ao tema da Segurança Alimentar no Brasil**. In: **Rev. Cadernos de Debate**. NEPA, pág 66-88. V, IV. UNICAMP, 1996.

MINAYO, M. C. S. & SANCHES, O. **Quantitativo - Qualitativo**: oposição ou complementariedade? *Cad. Saúde Públ.*, Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/sep, 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v9n3/02.pdf>. Acesso em: julho 2013.

MINAYO, Maria C. de S. (org); DESLANDES, Suely F.; GOMES, Romeu; NETO, Otávio C.. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

NAVARRO, Zander. **Desenvolvimento rural no Brasil**: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Estud. av.* [online]. 2001, vol.15, n.43, pp. 83-100 . Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000300009>. Acesso em: julho de 2013.

O'CONNOR, James. **Desarrollo desigual y combinado y crisis ecológica**. *Ambient. soc.* [online]. 2003, vol.6, n.2, pp. 9-23. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S1414-753X2003000300002&lng=en&nrm=iso&tlng=es. Acesso em: dezembro de 2013.

ORSO, Paulino J.. **Os desafios do conhecimento e o método da pesquisa científica**. In: **Educação Temática Digital**, Campinas, v.5, n.1. p.25-39, Dez. 2003.

Pacto internacional sobre direitos econômicos, sociais e culturais. Disponível em: http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/pacto_dir_economicos.htm. Acesso em: março de 2013.

PLOEG, Jan D. van der. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da

UFRGS, 2008.

RAMOS, Erasmo Marcos. **Direito Ambiental Comparado (Brasil - Alemanha - Eua):** uma análise exemplificada dos instrumentos ambientais brasileiros à luz do direito comparado. Maringá: Midiograf II, 2009.

RAYNAUT, C.; ZANONI, M. **Reflexões sobre princípios de uma prática interdisciplinar na pesquisa e no ensino superior.** In: PHILIPPI Jr., A.; NETO, A. J. S. (Editores). **Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação.** Barueri: Manole, 2011, p. 143-208.

Relatório sobre o desenvolvimento mundial de agricultura para o desenvolvimento. Disponível em: www.wdronline.worldbank.org/worldbank/a/langtrans/28. Acesso em setembro de 2013.

RUCHEINSKY, Aloísio. **No conflito das Interpretações:** o enredo da sustentabilidade. In: **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental.** V.10. UFRG: Jan-Jun, 2003.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o Século XXI.** São Paulo: Nobel, 1993.

SANTOS, Milton. **Por outra globalização – do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2003, 174p.

SAQUET, Marcos A.. SPOSITO, Eliseu S.. **Território, territorialidade e desenvolvimento:** diferentes perspectivas no nível internacional e no Brasil. In: **Desenvolvimento Territorial e Agroecologia.** ALVES, Francelinei A.; CORRIJO, Beatriz R. (Orgs). 1ª.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil.** Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 16, p. 164-184, 2001.

SCHNEIDER, Sergio. **Tendências e temas dos estudos sobre desenvolvimento rural no Brasil.** Versão Ampliada. Trabalho apresentado no Congresso Europeu de Sociologia Rural. Wageningen, Holanda, 20-24, agosto, 2007. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/o/884942>. Acesso em 2: de julho 2012.

SEN, Amartya K.. **Desenvolvimento como liberdade.** Trad. Laura Teixeira Motta. Rev. Téc. Ricardo D. Mendes. São Paulo: Cia das Letras, 2000

SEPÚLVEDA, Sérgio A. R. (et al). **El enfoque territorial de desarrollo rural.** San José, C.R.: IICA, 2003. Disponível em: <http://www.territorioscentroamericanos.org/experiencias/Documentos%20sobre%20desarrollo%20territorial/Enfoque%20territorial%20del%20desarrollo%20rural%20sostenible.pdf>. Acesso em: julho de 2013.

SILVA, Christian L. da (Org.). **Desenvolvimento Sustentável:** um modelo analítico integrado e adaptativo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

SILVA, Maria das G. e. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao serviço social.** São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, José G.; TAKAGI, Maya. **Fome Zero: política pública e cidadania.** In: **Segurança Alimentar: um desafio para acabar com a fome no Brasil.** ROCHA, Marlene (org). 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. (Coleção Cadernos da Fundação Perseu Abramo)

SILVA, Edna L. da.; MENEZES, Estera M.. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** 4ª ed. rev.atual. Florianópolis: UFSC, 2005.

SIMÕES, Lisângela. **Estudos semânticos e diacrônico do sufixo 'dade' na língua portuguesa.** São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-04022010-161225/pt-br.php>. Acesso em: novembro de 2013.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual.** RJ: Editora Bertrand Brasil S.A, 1988.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da modernidade.** Petrópolis RJ: Vozes, 1994.

ULTRAMARI, Clovis; DUARTE, Fábio. **Desenvolvimento local e regional.** Curitiba: Ibpex, 2009.

VALENTE, Flávio L.S. **O Direito Humano à Alimentação.** São Paulo: Cortez, 2002.

VEIGA, Jose E.. **Do global ao local.** Campinas: Armazém do Ipê (autores associados), 2005.

VERDE, Valéria V.. **Territórios, ruralidade e desenvolvimento.** Curitiba: IPARDES, 2004.

WALDMAN, Maurício. **A Eco-92 e a necessidade de um novo projeto.** In: SALES, Vanda C. (org.). **Ecos da Rio-92: Geografia, meio-ambiente e desenvolvimento em questão.** AGB-Fortaleza: Fortaleza, 1992.

WANDERLEY, Maria de N. B.. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas - "rural" como espaço singular e ator coletivo.** In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, 15 de outubro de 2000. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/quinze/nazare15.htm> Acesso em: março de 2013.

_____. **Capital e Propriedade Fundiária na Agricultura Brasileira.** In: **Reflexões sobre a agricultura Brasileira.** Coord. Braz José de Araújo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **A valorização da Agricultura Familiar e reivindicação da ruralidade no Brasil.** In: **Cadernos de Desenvolvimento e Meio Ambiente.** Nº 2, p.29-37, jul/dez. Curitiba: Ed. UFPR, 2000.

10. ANEXO

10. 1 ANEXO: FORMULÁRIO DE PESQUISA DE CAMPO

I – IDENTIFICAÇÃO

Nº. Questionário _____

- 1.1) Data da entrevista _____
- 1.2) Comunidade: _____
- 1.3) Nome do responsável pelo estabelecimento _____
- 1.4) Tem outros domicílios no estabelecimento: sim () não () Quem () (1) Filho, (2) Filha, (3) Pais/Sogro, (4) Genro/nora, (5) Irmãos, (6) Empregados/Caseiros, (7) Outros
- 1.5) Quanto tempo a família reside nessa propriedade: _____
- 1.6) Título da propriedade é: do responsável () ; dos pais do responsável () ; dos pais do cônjuge () ; não têm título ()

II - CARACTERIZAÇÃO DA FAMÍLIA

2.1) Origem étnica dos pais:

1. Do responsável: () brasileiro, () português, () polonês, () ucraniano, () italiano, () alemão, () outros _____
2. Do cônjuge: () brasileiro, () português, () polonês, () ucraniano, () italiano, () alemão, () outros _____

2.2) Composição da família

1) Membros/nome	2) Grau de parentesco	3) Idade	4) Escolaridade	5) Residência	6) Ocupação atual	7) Horas trabalho/ dia atividades produtivas
1						
2						
3						
4						

5						
6						
7						
8						
9						
10						
11						

1) Primeiro nome de cada membro da família, do mais velho ao mais novo.

2) (1) Responsável, (2) Cônjuge, (3) Filho, (4) Filha, (5) Pais/Sogro, (6) Pais, (7) Irmãos, (8) Netos, (9) outros

4) (1) Sem escolaridade, (2) Pré escola, (3) Ensino Fundamental Incompleto, (4) Ensino Fundamental Completo, (5) Ensino Médio Incompleto (6) Ensino Médio Completo, (7) Ensino Superior Incompleto, (8) Ensino Superior Completo.

No caso de estar estudando acrescentar o numero 1; se não estuda o 2.

5) Residência:

(1) no estabelecimento; (2) no meio rural; (1) da comunidade; (2) do município; ; (3) da região; (4) outros;

(3) no meio urbano: (1) do município; (2) da região; (3) outros

6) Ocupação: (1) Agricultor; (2) do lar; (3) Agroindústria; (4) Estudante; (5) Trabalho assalariado agrícola; (6) Trabalho assalariado não agrícola; (7) Aposentado/pensionista, (8)

Autônomo, (9) Caseiro, (10) outros.

III. CONDIÇÃO DO DOMICÍLIO

3.1) Condições da moradia

() Madeira () Alvenaria () Mista

Ano de construção da casa _____

Tamanho da casa _____

Estado atual: () Bom () Razoável () Ruim

Possui forro: () Sim () Não

Banheiro: () Externo () Interno

Esgoto: () Fossa negra () Rede () Vala, sanga

Água: () Poço/vertente individual () Poço coletivo comunidade () Rede pública

Encanada sim () não ()

Telefone () Fixo próprio () Fixo outros () Celular () Público

Luz elétrica () Sim () Não

Destino lixo orgânico:

() Enterra () Céu aberto/vala () Compostagem/adubo () Coleta pública

Destino lixo não orgânico doméstico:

() Enterra () Queima () Coleta pública _____vezes/ano

3.2) Veículos e equipamentos domésticos

Tipo	TV	Geladeira	Fogão a gás	Chuveiro Elétrico	Freezer	Rádio	Parabólica	Computador	Máquina lavar/roupa	Tanquinho
Quantidade										

IV. ACESSO AOS SERVIÇOS

4.1 Saúde

1. Quando precisa de assistência médica, onde tem sido atendido?

1. Posto público: () na comunidade; () na cidade; () na região

2. Clínicas médicas particulares: () no município; () na região; () Estado. Utiliza plano de saúde () sim; () não

3. Assistência médica do sindicato ()

4. Hospital pelo SUS: () no município; () na região; () no Estado

5. Hospital particular: () no município; () na região; () no Estado. Utiliza plano de saúde () sim; () não

6. Dentistas: () no sindicato; () na saúde pública; () particular. Utiliza plano de saúde () sim; () não

7. Benzedeira () e/ou curandeira ()

14. Farmácia: ()

15. Outros _____

4.3. Assistência social

1. Cesta básica: 1. sim () 2. não ()

2. Bolsa família: 1. sim () 2. não ()

3. Bolsa do Programa de erradicação do trabalho infantil: 1. sim () 2. não ()

4. Outros benefícios: 1. sim () 2. não () _____

4.4 Transporte utilizado pela família:

1. Transporte coletivo público: 1. sim () 2. não ()

2. Transporte coletivo privado: 1. sim () 2. não ()

3. Carro próprio: 1. sim () 2. não ()

4. Moto própria: sim () não ()

5. Bicicleta própria: sim () Não ()

4. Outros: 1. sim () 2. não ()

5 Participação na vida da comunidade e do município

1. Entidades/Instituições na comunidade	2. Entidade/Instituições no município
1. Igreja: sim (), qual: _____; não ()	1. S.T Rurais: filiado:sim () não (); diretoria: sim () não ()
2. Associação agricultores: sim () não ()	2. S. Rural : filiado: sim () não (); diretoria: sim () não ()
3. Clube de mães: sim () não ()	3. Conselhos: sim (), qual: _____; não ()
4. ONG's: sim () não ()	4. Cooperativas: sim (), qual _____; não ()
5. APM's: sim () não ()	5. ONG's 1. sim (), qual: _____; não ()
6. Associação da CFR sim() não ()	6. Associação da CFR sim () não ()
7. Outros: _____	7. Associações de agricultores sim (), qual _____; não ()
8. Não sabe ()	8. Outros: _____

4.6. Participa de cursos de formação profissional sim () não (). Cite os mais importantes

V. UTILIZAÇÃO DA ÁREA E PRODUÇÃO

5.1) Condição do produtor

Estabelecimento	1. Proprietário	2. Arrendatário	3. Parceiro	4. Meeiro	5.Ocupante	6.Total
1. Área						

5.2) Utilização da área (ha)

Tipo de uso	1.Área
1. Lavoura Temporária	
2. Lavoura Permanente	
3. Horta e Pomar doméstico	

4. Horta e pomar comercial	
5. Mata Natural	
6. Mata Plantada	
7. Pastagem plantada (espécies)	
8. Pastagem natural	
9. Construções	
10. Pousio	
11. Outros usos	
12. Sem uso	

5.3) Manejo e conservação

1. Curva de nível () ; Terraceamento () ; plantio no nível ()
2. Cultiva em áreas quebradas: sim () não ()
3. Rotação de culturas sim () não ()
4. Queimadas sim () não ()
5. Adubação verde sim () não ()
6. Adubação orgânica sim () não ()
6. Plantio Direto sim () não ()
7. Sistemas Agroflorestais e ou Agrossilvopastoril sim () não ()
8. Sistema de integração Lavoura pecuária sim () não ()

5.4) Problemas com os recursos naturais do estabelecimento

1. Existem tipos diferentes de solos: sim () não () Frequência: _____
2. Existem erosões de solos: sim () não ()
3. Existem nascentes, sangas, córregos? sim () não () Quantas? ____
4. Existe proteção artificial nas nascentes sim () não ()
5. Existe mata ciliar nestas áreas de nascentes e córregos sim () não ()
6. Se utiliza água da propriedade, para que finalidade: Irrigação () ; Abastecimento de pulverizadores () ; Limpeza de maquinas e equipamentos () ; Criação () ; Outros () _____.
7. Perda de fertilidade do solo sim () não ()
8. Algum local da propriedade com solo visivelmente compactado sim () não ()
9. Existe projeto de recuperação da mata ciliar sim () não ()
10. Utiliza madeira da propriedade: sim () não ()

--	--	--	--	--	--	--

6) (1) Cooperativa; (2) Supermercado; (3) Empresas agropecuárias; (4) Direto ao consumidor; (5) Feiras; (6) Intermediários; (7) PAA; (8) PNAE, (9) Outros (quem?).

Uso de tecnologia (do 6 ao 10): (X) Sim e em branco para Não

5.12) Principais derivados da produção animal nos últimos 12 meses

Produto	1) Quantidade Total	2) Quantidade vendida	3) Quantidade consumida	4) Para quem vende	5) Trocas	6) Compras externas

6) (1) Cooperativa; (2) Supermercado; (3) Empresas agropecuárias; (4) Direto ao consumidor; (5) Feiras; (6) Intermediários; (7) PAA; (8) PNAE, (9) Outros (quem?).

Uso de tecnologia (do 6 ao 10): (X) Sim e em branco para Não

5.13) Principais derivados da produção agrícolas nos últimos 12 meses

Produto	1) Quantidade Total	2) Quantidade vendida	3) Quantidade consumida	4) Pra quem vende	5) Trocas	6) Compras externas

6) (1) Cooperativa; (2) Supermercado; (3) Empresas agropecuárias; (4) Direto ao consumidor; (5) Feiras; (6) Intermediários; (7) PAA; (8) PNAE, (9) Outros (quem?).

Uso de tecnologia (do 6 ao 10): (X) Sim e em branco para Não

5.14) Renda bruta nos últimos 12 meses - em R\$

1 Produção Agrícola	
2 Produção pecuária	
3 Derivados da produção vegetal e animal	
4 Aposentadorias e pensões	
5 Renda não agrícola	
6. Arrendamento de terras	

7 Aluguel de máquinas	
8 Renda trabalho agrícola fora estabelecimento	
9. Programas sociais	
10. Outros	
Renda Total	

VI. FINANCIAMENTO.

a) Tipo de financiamento	b) Fontes financiadoras	c) Valores financiados	d) montante da dívida
1. Investimento			
2011/2012			
2010/2011			
2. Custeio			
2011/2012			
2010/2011			

6.1.) Quais são as estratégias da família para evitar frustrações na produção? (seca, geada, granizo, pragas, etc)

() Nenhuma () Diversificação de produção () Seguro agrícola () Poupança bancária () Poupança familiar () Outros

VII. MUDANÇAS OCORRIDAS NO ESTABELECIMENTO

7.1) Tipos das mudanças na propriedade desde sua entrada na comunidade.

Tipos de mudança	Aumentou	Diminuiu	Mesma	Motivo
1) Área total do estabelecimento				
2) Área com lavoura				
3) Área de mato/floresta				
4) Área com pastagem				
5) Numero de culturas				
6) Volume da criação de animais				
7) Uso de insumos químicos/agrotóxicos				
8) Uso de insumos orgânicos/verde				

8) Uso de máquinas e implementos agrícolas				
9) Volume de peixes nos rios				
10) Diversidade de espécies de peixe nos rios				
11) Tipos de pragas e doenças				
12) Fertilidade do solo				
13) Volume de água das nascentes				
14) Volume de água dos córregos e rios				
15) Qualidade de água das nascentes				
16) Qualidade da água dos córregos e rios				
17) Produção para consumo próprio				
18) Compra externas de alimentos				
19) Volume de animais silvestres				
20) Diversidade de animais silvestres				
20) Mão de obra empregada na propriedade				
21) Renda familiar				

7.2) Mudanças ocorridas na comunidade nos últimos 20 anos? _____

VIII. Impactos das Políticas públicas de SAN:

Programas	Acesso	Período que a política?	Motivos do acesso	Dificuldades	Benefícios	Finalidades	Sugestão
PAA	() Sim () Não						
PNAE	() Sim () Não						
Bolsa família	() Sim () Não						

IX. Quais são os projetos/perspectivas de futuro da família no estabelecimento? _____